

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

JOÃO FELIPE BRONZATO

**A Comuna de Paris de 1871:**

a gestão coletiva e a inovação das instituições político-econômicas na França do  
século XIX

SÃO PAULO

2022

JOÃO FELIPE BRONZATO

**A Comuna de Paris de 1871:**

a gestão coletiva e a inovação das instituições político-econômicas na França do século XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola

SÃO PAULO

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B869c Bronzato, João Felipe  
A Comuna de Paris de 1871: a gestão coletiva e a  
inovação das instituições político-econômicas na  
França do século XIX / João Felipe Bronzato;  
orientador Osvaldo Luis Angel Coggiola - São Paulo,  
2022.  
141 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São  
Paulo. Departamento de História. Área de  
concentração: História Econômica.

1. Comuna de Paris. 2. Estado. 3. Revolução. I.  
Coggiola, Osvaldo Luis Angel, orient. II. Título.

BRONZATO, João Felipe. **A Comuna de Paris de 1817**: a gestão coletiva e a inovação das instituições político-econômicas na França do século XIX. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_  
Julgamento \_\_\_\_\_  
Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_  
Julgamento \_\_\_\_\_  
Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_  
Julgamento \_\_\_\_\_  
Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição \_\_\_\_\_  
Julgamento \_\_\_\_\_  
Assinatura \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos os que de alguma forma contribuíram para esta pesquisa, pois, assim como a insurreição dos trabalhadores parisienses, alvo desta dissertação, trata-se de um trabalho coletivo.

Inicialmente, agradeço a meu orientador, prof. Osvaldo Coggiola, pelas indicações, referências e auxílios, mas, também, aos outros professores com quem tive contato durante o mestrado, e desde a graduação, e à minha professora de francês, Bruna. Agradeço também aos funcionários da FFLCH, que sempre me auxiliaram nas inúmeras vezes que precisei.

Não poderia deixar de agradecer a minha família, João, meu pai, e Ivani, minha mãe, Camila, minha irmã, pelo apoio incondicional, conselhos e toda a ajuda que eu precisei. Em especial, quero agradecer à minha companheira, Vanessa, que tem estado do meu lado desde o início desse mestrado, acreditando em mim e me fazendo prosseguir até quando eu não queria. Obrigado! Sem você, isso não seria possível. Agradeço pelo apoio também a família que passei a integrar mais recentemente, Beatriz, Fabiana e Felipe, que me emprestou um computador quando o meu morreu a dois meses da entrega da dissertação. Valeu mesmo!

Por último, gostaria de agradecer aos meus amigos que, há tantos anos, são grandes companheiros para todas as ocasiões, alguns há quase vinte anos. Não posso deixar de nomear, dentre eles, Mateus, Diego, Rudge, que nos últimos meses me ajudou com simples conversas ou bons conselhos. Bruno, que foi o primeiro a me incentivar a prestar o processo seletivo para o mestrado. Elder e Igor, que tantas vezes me ajudaram com conselhos para esta pesquisa. Em especial, agradeço à Ruth que, nos últimos anos, se tornou uma grande amiga, e Danilo, que tenho como um irmão, um verdadeiro amigo para todas as horas, com quem tive conversas das mais enriquecedoras, mesmo discordando de tanta coisa.

Obrigado a todos.

“Du passé faisons table rase,  
Foule esclave, debout, debout  
Le monde va changer de base,  
Nous ne sommes rien, soyons tout.”

Eugène Pottier. 1871

## RESUMO

Essa pesquisa tem por finalidade o estudo das instituições de gestão coletiva criadas pelos trabalhadores parisienses e postas em prática durante a Comuna de Paris. Para isso, foi feito, inicialmente, um exame do movimento revolucionário francês no decorrer do século XIX, para a compreensão da constituição da classe operária e de seus aprendizados políticos, além das principais influências dentro desse processo. Como foco principal, foi feita a análise do período da Comuna de Paris, entre março e maio de 1871, e também do período anterior, desde a declaração da República, na França, com o objetivo de compreender a criação e o funcionamento de instituições de gestão coletiva, num todo, na administração da cidade de Paris, e a formação de um modelo dissolvido de Estado. Por fim, utilizou-se de estudos sobre o Estado burguês e seu funcionamento para a compreensão das mudanças criadas pelos trabalhadores franceses durante a Comuna de Paris.

**Palavras-chave:** Comuna de Paris. Estado. Revolução.

## **ABSTRACT**

This research aims to study the collective management institutions created by Parisian workers and put into practice during the Paris Commune. Therefore, an examination of the French revolutionary movement during the 19th century was initially taken to understand the constitution of the labouring class and its political learnings, in addition to the main influences within this process. As main focus was the analysis of the Paris Commune period between March and May 1871, also the previous period since the republic declaration in France, where it was sought to understand the creation and functioning of the collective management institutions, as the whole control of Paris city and the formation of a dissolved model of State. Finally, studies on the bourgeois state and its functioning were used to understand the changes created by French workers in the Paris Commune.

**Key words:** Paris Commune. State. Revolution.



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>10</b>
<b>Capítulo 1 – A França anterior à Comuna</b> .....	<b>13</b>
1.1 O movimento revolucionário francês.....	15
<b>1.1.1 Blanqui</b> .....	<b>19</b>
<b>1.1.2 Proudhon</b> .....	<b>22</b>
<b>1.1.3 Jacobinismo</b> .....	<b>25</b>
1.2 As Revoluções de 1830 e 1848.....	27
<b>1.2.1 A Revolução de 1830 e o governo de Luís Felipe I</b> .....	<b>28</b>
<b>1.2.2 A Revolução de 1848</b> .....	<b>32</b>
1.3 O Segundo Império.....	40
1.3.1 A Associação Internacional dos Trabalhadores.....	44
1.3.2 O fim do Segundo Império.....	51
<b>Capítulo 2 – A Comuna de Paris</b> .....	<b>54</b>
2.1 A Terceira República Francesa sob o Governo Provisório.....	54
<b>2.1.1 A insurreição de 31 de outubro</b> .....	<b>57</b>
<b>2.1.2 As instituições de gestão coletiva</b> .....	<b>59</b>
2.2 A derrota francesa e o governo dos rurais.....	63
<b>2.2.1 O fim da guerra franco-prussiana e o acirramento das tensões entre Versalhes e Paris</b> 66	
2.3 O 18 de março.....	68
<b>2.3.1 As tentativas nas províncias</b> .....	<b>72</b>
2.4 A Comuna se organiza.....	72
<b>2.4.1 O autogoverno da Comuna</b> .....	<b>78</b>
2.5 A educação na Comuna.....	88
2.6 As mulheres na Comuna.....	92
2.7 A Guerra civil.....	97
<b>Capítulo 3 – Estado, Revolução e Instituições na Comuna de Paris</b> .....	<b>101</b>
3.1 O funcionamento do Estado moderno.....	101
<b>3.1.1 A disputa pelo Estado</b> .....	<b>104</b>
<b>3.1.2 A contradição do Estado moderno</b> .....	<b>108</b>
<b>3.1.3 Ideologia e luta de classes</b> .....	<b>112</b>
<b>3.1.4 Materialismo e consciência de classe</b> .....	<b>114</b>
3.2 Partido, revolução e ditadura do proletariado.....	117
<b>3.2.1 A organização dos trabalhadores</b> .....	<b>118</b>
<b>3.2.2 O processo revolucionário</b> .....	<b>120</b>

<b>3.2.3 O governo proletário.....</b>	<b>128</b>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>133</b>
<b>Referências .....</b>	<b>136</b>
Livros e capítulos de livros .....	136
Artigos .....	138
Textos contemporâneos .....	139
Teses e dissertações.....	140
Fontes eletrônicas .....	140

## INTRODUÇÃO

A Comuna de Paris, que ocorreu entre março e maio de 1871, foi um marco para as lutas dos trabalhadores, enaltecida e utilizada para embasar teorias socialistas de diversas vertentes. Tamanha importância não se deu por acaso. Os trabalhadores parisienses, extenuados por uma guerra contra o exército prussiano, que manteve um longo cerco à cidade, e pela traição por parte do governo oficial, se levantaram em uma insurreição autônoma e espontânea, instaurando um governo popular de gestão coletiva e inovadora, que modificou a visão de teóricos revolucionários quanto ao formato que um governo operário deveria ter.

Durante o século XIX, o movimento operário francês constituiu-se através das disputas políticas que tomaram conta do país, ao mesmo tempo em que se formavam enquanto classe social. Totalmente inseridos no contexto da luta de classes, ainda em um período em que a parcela republicana da burguesia era uma aliada contra a monarquia, os trabalhadores criaram suas formas de organização e se desenvolveram politicamente, a ponto de levar a cabo uma insurreição, por si próprios, em 1848.

A partir da queda do Terceiro Império, o movimento revolucionário francês passou a atuar de forma mais enfática nas lutas políticas do país. Nesse contexto, foram criadas diversas instituições populares que geraram uma dualidade de poder e contribuíram para a efetivação da revolução. A Guarda Nacional, o Comitê Central dos Vinte Distritos e o próprio governo comunal, com suas comissões e divisões difundidas pelos bairros de Paris, foram as de maior relevância dentro da lógica impressa pelo contexto revolucionário.

Na organização do governo comunal, existiram diferenciações do Estado existente até então, a começar pela sua própria constituição e pelas condições de funcionamento. A presença da classe proletária no controle do processo produtivo, assim como das questões da vida social, atuando como detentora dos meios de produção coletivos na prática da autonomia operária, não é o mesmo que a intervenção do Estado na planificação da economia e no controle da produção, que é uma das formas do capitalismo.

Procurou-se analisar, no desenvolver do presente estudo, essas instituições, bem como as formas de organização criadas pela população de Paris, e em que medida elas se diferenciavam do modelo de Estado burguês, vigente em momento anterior à deflagração da insurreição. Deve-se levar em conta que, devido ao sítio e

ao constante estado de guerra civil, muitas das ações planejadas pelos *communards* não foram postas em prática ou tiveram uma experiência efêmera.

Pode-se ver, em diversas fontes, que existem inúmeras interpretações sobre os erros e acertos daqueles que fizeram parte da Comuna. Contudo, não nos cabe aqui definições sobre os caminhos que tomariam essas instituições ou a revolução derrotada na Comuna de Paris se por acaso fosse vencedora.

Quanto aos limites cronológicos destacados nesta investigação do objeto apresentado, temos como foco principal o período a partir da queda do Império até a vigência da Comuna de Paris, quando o Governo Comunal, eleito em 26 de março de 1871, conjuntamente com a população da cidade, se empenhou em mantê-la, trabalhando nas comissões centrais ou nos distritos e nos serviços. Tal divisão justifica-se pelo entendimento de que a formação de instituições populares em Paris iniciou-se a partir da formação da Terceira República. Entretanto, uma análise da formação política da classe operária se faz importante para a compreensão do evento, sem a qual ter-se-ia a ideia de que uma insurreição de tal amplitude surgiu do nada.

Neste contexto, procurou-se, compreender os eventos em questão através da análise documental: jornais, cartazes e documentos do período, publicações feitas posteriormente por membros da Comuna e contemporâneos. Também se realizou uma análise bibliográfica de estudos mais recentes sobre o assunto, procurando examinar de que forma foram constituídas as instituições coletivas que fizeram parte da Comuna, como elas funcionavam e a efetivação dessa outra forma de Estado.

Quanto ao conteúdo da pesquisa, esta apresenta-se dividida em três capítulos. O primeiro faz um apanhado histórico da formação da classe operária francesa e do movimento revolucionário. As principais vertentes que se estenderam até a Comuna de Paris, como as formadas por Blanqui e Proudhon, e as influências políticas e econômicas que atravessaram o século XIX. Nesse capítulo também se analisou as insurreições e revoluções implementadas pelos revolucionários franceses no decorrer do século XIX, e que formaram, enquanto classe, os trabalhadores que tomaram a cidade em 1871. Temporalmente esse capítulo se inicia ainda no período da Restauração, quando se formou o movimento revolucionário posterior à Revolução Francesa, passando pelas Revoluções de 1830 e 1848, o golpe de Louis Napoleão, até a queda do Terceiro Império, em 1870.

No segundo capítulo, buscou-se demonstrar a formação das instituições de gestão coletiva que ocorreu durante o processo de formação do Governo Provisório e

a continuidade da guerra contra a Prússia até a instauração da Comuna. Durante a Comuna, o funcionamento dessas instituições, criadas pelos trabalhadores, e as suas ações, partindo de uma insurreição heterogênea, gerou um levante em defesa da cidade contra os inimigos estrangeiros e o próprio governo. Levante que se transformou em uma revolução com um governo popular. Temporalmente este capítulo trata dos eventos ocorridos a partir da queda do Império e a instauração da República, em setembro de 1870, até a derrota da Comuna, em maio de 1871.

No terceiro e último capítulo realizou-se um exame teórico do formato de Estado burguês, sua organização e funcionamento, comparando com as mudanças implantadas pelos *communards*, para que se pudesse compreender até que ponto a inovação das instituições da Comuna permitiu a formação de um novo modelo de Estado.

## CAPÍTULO 1 – A FRANÇA ANTERIOR À COMUNA

Durante o século XVIII a França iniciou seu processo de industrialização, ainda atrelado a um sistema de monarquia absolutista de base feudal, que mantinha seu poder sustentado na hierarquia da nobreza, na posse da terra e nos monopólios mercantis. Essa fase inicial da industrialização francesa foi então impulsionada pelos governos que se sucediam no poder e fundavam grande número de manufaturas. Momentos de altos e baixos se sucederam na produção industrial francesa do século XVIII. Apesar do avanço, a indústria francesa desse período, e durante boa parte do século XIX, será majoritariamente formada por manufaturas, muitas delas de artigos de luxo. Controladas por organismos estatais, essas empresas eram regulamentadas pelo governo, sendo os industriais auxiliados por esses órgãos. Mesmo com o avanço da indústria na França, sua produção não era comparável com a inglesa. Nesse processo se formaram vários centros industriais como: Lyon, Saint-Etienne, Carcassonne, Paris etc. Aumentava assim a produção industrial e a movimentação comercial, conseqüentemente a burguesia passou a ter cada vez mais poder econômico e a visar o poder político.

A França no final do século XVIII ainda tinha sua economia majoritariamente agrária. A maior parte da população crescia e morria nas proximidades de onde havia nascido. Sua industrialização teve seu ritmo diminuído durante a Revolução, devido à economia de guerra constante e à política de pequenas propriedades agrárias.

A transformação capitalista da agricultura e da pequena empresa, a condição essencial para um rápido desenvolvimento econômico, foi reduzida a um rastejo, e com ela a velocidade da urbanização, expansão do mercado doméstico, a multiplicação da classe trabalhadora e, conseqüentemente, o ulterior avanço da revolução proletária.<sup>1</sup>

Durante o governo de Napoleão Bonaparte, apesar da guerra, existiu um período de prosperidade para a burguesia francesa. A Revolução Francesa aumentou o controle burguês da sociedade através do Parlamento, passando a ser palco de disputa entre as frações da classe burguesa.

O período de 1800 a 1830 foi de grande expansão demográfica, esse crescimento estimulou a economia, mas foi, antes disso, uma causa da revolução econômica. A segunda grande mudança do período ocorreu nas comunicações e nos

---

<sup>1</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789–1848. São Paulo: Paz e Terra, 2016, p. 122.

transportes. O mundo ficou maior devido à expansão humana e menor devido ao aumento da velocidade dos transportes. O ritmo de mudança social e econômica se acentuou de 1830 em diante, após um período de crise e reestruturação.

O crescimento de centros urbanos – a população de Paris já passava dos 500 mil habitantes – e o processo de privatização de áreas comuns nas províncias criou uma massa de trabalhadores desempregados e à beira da miséria. As cidades cresciam sem planejamento e organização, para os pobres faltava saneamento e rede de água. As epidemias, como cólera e tifo, se espalharam pela Europa nas primeiras décadas do século XIX. A situação dos trabalhadores do campo também não era boa, talvez ainda pior que os das cidades. Estes estavam sujeitos não somente à opressão do capital, fossem assalariados ou camponeses, mas eram diretamente afetados pelo ritmo das colheitas. Uma ou mais safras de baixa produtividade trazia a fome para esses trabalhadores.<sup>2</sup>

Após a derrota da França revolucionária, a Europa foi tomada por um período reacionário, liderado pelos países vencedores da guerra contra Napoleão, baseados no princípio monárquico do Antigo Regime. A Santa Aliança foi a instituição criada para garantir a permanência desse ideal conservador monárquico, contando com a força dos antigos impérios europeus defensores do absolutismo. A Inglaterra foi uma exceção dessa política defensora de uma reação absolutista, contudo, formou uma outra aliança com países monárquicos europeus com o intuito de deter o retorno de Napoleão ou de seus ideais.

Na França esse movimento reacionário foi representado pela monarquia restaurada dos Bourbons, o que não significava uma volta completa à sociedade pré-revolucionária. “Isto, porque ocorreram profundas transformações políticas na organização estatal e alterações na estrutura social”.<sup>3</sup> Havia se formado um campesinato detentor da pequena propriedade, um número cada vez maior de trabalhadores urbanos e uma nobreza aburguesada que mudava o cenário pré-Revolução. Além disso foi promulgada uma Carta Constitucional e formado um legislativo que, apesar de limitado pelo voto censitário, manteve eleições. Formou-se então um governo centralizado na figura do rei, mas com a manutenção da igualdade

---

<sup>2</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789–1848. São Paulo: Paz e Terra, 2016. p.122.

<sup>3</sup> COSTA, Silvio. **Revolução e contrarrevolução na França**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999. v. 1, p. 194.

civil. Trabalhadores das classes baixas, tanto rurais quanto urbanos, foram excluídos do processo eleitoral e da participação nas instituições estatais.

### 1.1 O movimento revolucionário francês

Na França, a influência direta da Revolução Francesa do século XVIII perdurou por muito tempo, podemos dizer até a Comuna de Paris, como o modelo básico das organizações que almejavam a revolução. Isso é visível durante a Comuna, quando foi refundado o Comitê de Salvação Pública. Os jacobinos e a Conjuração dos Iguais foram influências na teoria e na ação de muitos líderes durante o século XIX, incluindo Blanqui e Marx. Até mesmo Lênin, já no século XX, com a sua ideia de vanguarda revolucionária, contudo, essa ascendência vem principalmente através de Marx.

A luta contra o capitalismo e por uma sociedade diferente já existia antes do surgimento do movimento operário propriamente dito, já com uma consciência de classe, que teve seu início ainda durante a Revolução Francesa, sobretudo após a queda de Robespierre e dos jacobinos, quando os girondinos assumiram o poder formando o Diretório e instauraram a Constituição de 1795. Assim, reunindo uma parte mais radical da esquerda e os jacobinos, descontentes com o caminho que tomava a Revolução, considerando os girondinos antirrevolucionários, formaram a Conspiração dos Iguais para tentar derrubar o Diretório.<sup>4</sup>

Na Conspiração dos Iguais defendiam-se ideias que depois passaram a fundamentar o movimento comunista do século XIX e boa parte do XX. A formação de um governo que utilizasse a força do Estado para derrubar a burguesia após uma revolução popular, como meio de transição de um sistema capitalista para um socialista, era um dos princípios desses revolucionários. Esse modelo de governo era defendido com base na afirmação de que a população, viciada nos costumes e nas práticas capitalistas, não teria meios para controlar a transição, por isso deveria ser comandada por um grupo de pessoas instruídas, sábias e corajosas que, desligadas dos vícios capitalistas, poderiam conduzir a revolução. A posse coletiva da terra, o trabalho obrigatório para todos e a instauração da justiça social eram outros pontos defendidos pela Conspiração.<sup>5</sup> Os principais líderes da Conspiração dos Iguais foram

---

<sup>4</sup> BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

<sup>5</sup> MOLON, Alessandro M. **Graco Babeuf: o pioneiro do socialismo moderno**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.



Gracchus Babeuf, Felipe Buonarroti e Darthé, sendo a eles conferidos os ideais do movimento, tendo Robespierre como principal influência teórica.

Foi o movimento operário que proporcionou uma resposta à situação do trabalhador pobre. Diferente de ações anteriores, iniciadas por parte de trabalhadores, a inovação do movimento operário no início do século XIX foi a consciência de classe. Essa, logicamente, não era completa e direcionada, com um objetivo e uma ideologia minimamente concisa, como compreende-se no século XX. Mas a partir de 1830, pelo menos na França e Inglaterra, pode-se dizer que existia um confronto na sociedade entre classe operária e capitalistas, não mais somente entre ricos e pobres. Na França, a consciência jacobina se somou à consciência proletária e, no caminhar das lutas, insurreições e dificuldades diárias, os trabalhadores formaram organizações e instituições adequadas à sua realidade. Entretanto a classe operária francesa desse período, principalmente os mais envolvidos no movimento operário, não era composta por trabalhadores fabris, e sim por artífices, artesãos e trabalhadores domésticos: “Os homens que se rebelaram contra a burguesia parisiense em 1848 foram os habitantes da velha comunidade artesã Faubourg Saint-Antoine, e não (como na Comuna de 1871) os habitantes proletários de Belleville.”<sup>6</sup>

A situação do proletariado era tal que a reação veio de várias formas. “Eram três as possibilidades abertas aos pobres que se encontravam à margem da sociedade burguesa e não mais protegidos nas regiões ainda inacessíveis da sociedade tradicional”.<sup>7</sup> Poderiam lutar para se tornarem burgueses, pois nessa nova sociedade a ascensão social era teoricamente possível. Mas, para isso, seria necessário conhecimento técnico e um investimento inicial, limitações às possibilidades de ascensão dadas pelo capitalismo. A segunda opção era se conformar e permitir que fossem explorados, continuando a viver nas péssimas condições que lhes eram impostas. Ou podiam se rebelar:

A alternativa da fuga ou da derrota era a rebelião. A situação dos trabalhadores pobres, e especialmente do proletariado industrial que formava seu núcleo, era tal que a rebelião era não somente possível, mas virtualmente compulsória. Nada foi mais inevitável na primeira metade do século XIX do que o aparecimento dos movimentos trabalhista e socialista, assim como a intranquilidade revolucionária das massas.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789–1848. São Paulo: Paz e Terra, 2016, p. 333.

<sup>7</sup> Idem, p. 314.

<sup>8</sup> Idem, p. 320.

Devido às péssimas condições de vida e de trabalho, os operários franceses se levantaram contra o governo repetidas vezes durante o século XIX. E mesmo derrotados em suas insurreições passam, com a movimentação política, a estabelecer uma consciência de classe e uma auto-organização.

A organização política do proletariado característica a partir da Restauração na França são as sociedades secretas, que utilizavam métodos conspiratórios. Esse formato de organização, fosse operário ou não, cresceu após o período napoleônico e foi dominante até a Comuna de Paris. Durante a década de 1820 essas organizações foram formadas com o intuito principal de derrubar a monarquia dos Bourbons e tinham um caráter geralmente liberal-burguês ou republicano-democrata. No entanto, os liberais deixaram de participar das sociedades secretas conspiracionistas após a Revolução de Julho, em 1830.

O movimento organizado por Blanqui, posteriormente chamado de blanquismo, é um dos principais desse modelo. Esse formato de organização na França do século XIX está ligado à forte repressão por parte do governo, fosse a monarquia restaurada dos Bourbons, a Monarquia de Julho dos Orléans ou o Segundo Império de Napoleão III. As repúblicas francesas do século XIX não se mostraram mais abertas ao movimento operário. Temos como exemplos da repressão republicana a insurreição de 1848 e a própria Comuna de Paris. Devido a essa repressão, o período com maior ação dessas associações foi durante a década de 1830, isso porque, posteriormente, muitos de seus líderes estavam presos.

A tática das sociedades secretas era a insurreição armada feita pelos membros da organização, a derrubada do governo e a instauração de um novo governo. As sociedades secretas que agiram durante a Restauração e também durante a Monarquia de Julho (1830–1848) não tinham, na sua maioria, um caráter de classe definido, eram formadas por membros de diversas classes e interesses que formavam a sociedade francesa da primeira metade do século XIX. Dentre esses membros estavam pessoas extremistas e outras mais moderadas. Essas normalmente conspiravam contra o governo, com a intenção de derrubá-lo do poder, mas sem ter definido seu programa para o novo governo, justamente por serem compostas por membros de diversas classes e pela falta de um programa. Apesar disso, tinham algumas coincidências em seus ideais. Em sua maioria, eram republicanas, democráticas e liberais. Em 1820 houve uma tentativa de insurreição na França

comandada por conspiradores organizados em irmandades, mas, sem apoio popular, fracassou totalmente. O mesmo ocorreu em 1822.

A inspiração desse tipo de organização, além da Revolução Francesa, ainda próxima, eram os *carbonari* italianos que pregavam a ideia de ter sempre um fuzil à mão para agir assim que necessário e obedecer a uma rígida hierarquia de comando. Durante a década de 1830 havia na França quatro grandes sociedades desse formato: Sociedade dos Amigos do Povo, Sociedade dos Direitos do Homem, Sociedades das Famílias e Sociedades das Estações. As duas primeiras tinham um caráter mais republicano-burguês, enquanto as duas últimas eram de maioria proletária-comunista. A ampliação da ação proletária no interior das sociedades secretas se deu de forma progressiva, sob a influência do próprio movimento operário francês, que promovia greves e insurreições, e de líderes como Buonarroti, que havia participado da Conspiração dos Iguais. Os ideais de ação direta contra o governo e a formação de um governo popular eram defendidos pelos membros das sociedades proletárias e a ideia de governo revolucionário se expandiu no movimento conspiratório francês.<sup>9</sup>

Apesar de sua organização aumentar enquanto classe, o proletariado não conseguiu mais do que uma insurreição rapidamente controlada pelas forças do Estado. Por vezes, os trabalhadores se insurrecionaram contra o governo aliado à burguesia contra um inimigo comum, a aristocracia. Várias foram as vezes que moderados reformadores da classe média mobilizaram as massas.

Durante o século XIX o movimento revolucionário e o movimento operário francês ganharam forma e se estruturaram com as experiências ocorridas na vida política do país. Apesar de Paris ser o centro da vida política e intelectual francesa, outras cidades grandes e com um número razoável de proletários fizeram parte desse processo. Mesmo o movimento revolucionário francês teve ampla participação de uma burguesia liberal, principalmente durante o período da Restauração, após a Revolução de 1830, e ainda mais após 1848. O movimento revolucionário na França deixa de ter caráter burguês e movimento revolucionário e proletário passam a ser uma única coisa.

Nas diversas insurreições e revoluções que ocorreram em Paris, desde a Revolução Francesa do século XVIII até a Comuna de Paris em 1871, houve pessoas ou grupos que fizeram parte, se destacaram e construíram a vida política e o

---

<sup>9</sup> BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

movimento revolucionário francês. Três deles influenciaram diretamente a Comuna de Paris, estando seus discípulos presentes naquele evento.

### 1.1.1 Blanqui

Louis-Auguste Blanqui, nascido em 1º de fevereiro de 1805, em Puget-Théniers, foi um revolucionário francês que atuou no movimento operário. Liderou diversas insurreições em Paris e seus seguidores formaram parte importante do movimento revolucionário europeu, pois suas ideias e ações influenciaram movimentos em outros países. Blanqui morreu em 1º de janeiro de 1881, depois de passar mais de 30 anos de sua vida como preso político e ter sido condenado duas vezes à morte e outras duas à prisão perpétua.<sup>10</sup>

Seu pai foi vice-prefeito da cidade e deputado girondino na Convenção. Seu irmão, Adolphe Blanqui, foi um famoso economista. Louis-Auguste Blanqui estudou, durante a Restauração, no Liceu e posteriormente na Universidade de Paris, cursando medicina e direito. Com 17 anos, em 1822, militou no processo de sargentos acusados agitação e de pertencer a uma sociedade secreta conspirativa. A partir de 1825, passou a ser membro das sociedades secretas francesas e a escrever para jornais políticos.<sup>11</sup> O primeiro deles foi o *Le Globe*, um jornal liberal de esquerda que se tornou órgão dos saint-simonistas.

Foi membro ativo dos combates nas barricadas da Revolução de 1830, que derrubaram os Bourbons do trono, e acabou por colocar nele outra família nobre, os Orléans. Desapontado com os resultados da revolução, Blanqui se filiou à Sociedade dos Amigos do Povo e por isso foi preso em 1832. Em sua defesa durante o julgamento, Blanqui demonstrou clareza e engajamento quanto à luta de classes, afirmando ser proletário e aquela, a luta de ricos contra pobres.<sup>12</sup>

Durante esses anos Blanqui foi influenciado por Buonarroti e pelas práticas carbonárias, recebendo, assim, influência direta da Conspiração dos Iguais. Durante anos ele se aprofundou nos ideais das práticas conspiratórias e participou também da

<sup>10</sup> BRUHAT, Jean. Auguste Blanqui. **Encyclopedia Britannica** [s. d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Auguste-Blanqui>. Acesso em: 19 set. 2022.

<sup>11</sup> COGGIOLA, Osvaldo. **Um Che Guevara do Século XIX: BLANQUI**. Revista Espaço Acadêmico. 2011. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2011/06/04/um-che-guevara-do-seculo-xix-blanqui/>. Acesso em 17 set. 2022.

<sup>12</sup> BECKERMAN, Olinto. (org.). **O Socialismo pré-marxista**. São Paulo: Global, 1980.

Sociedade dos Direitos do Homem. A perseguição política da Monarquia de Julho o encarcerou novamente e, após ser solto, passou a dirigir a Sociedade das Famílias.

A sua participação no movimento revolucionário e as influências ideológicas que recebeu durante sua vida levaram Blanqui a ser defensor do formato de uma insurreição feita por uma vanguarda revolucionária e consciente que tomaria o poder do Estado e, apoiados pela população pobre, implantaria a ditadura revolucionária para derrubar o poder da burguesia. Essa vanguarda revolucionária deveria ser extremamente disciplinada para agir corretamente quando necessário.<sup>13</sup>

Suas ações e sua dedicação ao movimento revolucionário lhe deram notoriedade, tanto que Blanqui, durante a década de 1830, se tornou um líder. Apesar de ter deixado alguns escritos, Blanqui foi um homem mais voltado à ação do que à teoria. No dia 12 de maio de 1839 tentou uma insurreição, que fracassou. Foi sentenciado à morte, mas a pena foi comutada para prisão perpétua. Apesar de fracassada, a insurreição de 1839 demonstrou seu pensamento político. Cerca de 500 homens armados tomaram o Hôtel de Ville, mas isolados, sem o apoio popular, foram derrotados pelas forças legalistas depois de dois dias de luta. O formato de organização do movimento revolucionário francês durante o século XIX era conspiratório, e não um movimento de massas. Não havia uma organização, instituição, ou partido que congregasse um grande número de trabalhadores para reunir forças contra as tropas do governo. Assim, quando um pequeno grupo de revolucionários armados, a vanguarda, decidia que era o momento para derrubar o governo, não havia um apoio na massa de trabalhadores como resposta.

Blanqui não foi um grande teórico do socialismo, mesmo assim é um dos mais importantes líderes do movimento operário do século XIX. Sua atuação se dava muito mais no campo da prática, tendo modificado o formato de ação das sociedades secretas francesas e o modelo jacobino de insurreição para as causas proletárias.<sup>14</sup> A organização blanquista das décadas de 1830 e 1840 era majoritariamente composta de trabalhadores urbanos das classes mais baixas. No entanto, o modelo de insurreição de esclarecidos que iriam tomar o poder político para, então, serem apoiados pelas massas, fez do blanquismo um movimento de insurreições vazias, que frequentemente falharam.

---

<sup>13</sup> BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

<sup>14</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2016, p. 199.

Em suas concepções teóricas, voltadas para economia, Blanqui era um crítico do capitalismo, mas não via no processo de extorsão da mais-valia a causa da acumulação do capital nas mãos da burguesia e a pobreza dos proletários. Blanqui filiava-se em teorias de subconsumo, entendendo que a acumulação do capital se dava pelos altos preços cobrados pelos produtos, muito acima do valor de produção. Com isso, o trabalhador não teria maneiras de consumir o valor do que produzia, pois os preços chegavam a ele muito maiores, e essa diferença ficava com o capitalista.

O lucro do capital, para Blanqui, não se originava na esfera da produção (a fábrica), mas na esfera da circulação (o comércio). Chegou à conclusão da necessidade de uma economia desmonetizada, em que os produtores cambiassem seus bens pelo seu exato valor de custo, uma teoria pré-proudhoniana que fincava suas raízes em um país ainda eivado de pequenos produtores rurais e urbanos.<sup>15</sup>

Blanqui foi libertado pela revolução de fevereiro de 1848. Retorna a Paris e se reencontra com uma cidade fervilhante.

Blanqui defendia a instauração de uma ditadura popular para que a população tivesse tempo de aprender e se acostumar com a democracia e a economia coletiva. Para ele a revolução por si só não transformava as pessoas ou as coisas, mas permitiria apenas reformas. Para que ocorressem mudanças reais seria necessário um período de educação para o povo.<sup>16</sup> A necessidade e importância da educação para Blanqui fica clara quando se mostra a favor de uma prorrogação das eleições, afirmando que a população, e principalmente os camponeses, não estariam prontos para escolher seus representantes. Sua teoria se demonstra correta quando as eleições ocorrem e os escolhidos são, em maioria, conservadores.

Nesse momento já há um movimento blanquista, ou seja, seguidores políticos do homem que há tantos anos se dedicava às causas da revolução. Por anos seus seguidores tinham construído uma organização longe de Blanqui, que estava aprisionado, e se movimentavam à sua revelia, apesar de seguirem suas ideias. No dia 15 de maio uma multidão tomou as ruas de Paris e ocupou a Assembleia Nacional. Blanqui participou do evento e falou à tribuna perante uma plateia que parou para ouvi-lo. Segundo relatos, foi contra a insurreição. Ele falou da situação do povo francês, mesmo que aquela manifestação fosse em defesa dos poloneses.

<sup>15</sup> COGGIOLA, Osvaldo. **Um Che Guevara do Século XIX: BLANQUI**. Revista Espaço Acadêmico. 2011. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2011/06/04/um-che-guevara-do-seculo-xix-blanqui/>. Acesso em 17 set. 2022.

<sup>16</sup> BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968. p. 445.

no dia 15 de maio uma multidão ouviu Blanqui no parlamento. Foi um acontecimento real. Suas roupas provocavam o estranhamento que talvez o próprio conjunto de manifestantes também provocasse nas testemunhas que atuavam no teatro político do parlamento. Seu rosto era pálido como o dos pobres de Paris. Mas naquele instante, era mais do que um rosto empírico e ordinário. Ele era a face da Revolução.<sup>17</sup>

Após essa tentativa falha de dissolver a Assembleia Nacional, Blanqui foi preso e condenado a dez anos de prisão. Por isso não participou presencialmente de dois importantes levantes populares parisienses por estar preso – as Jornadas de Julho, em 1848, e a Comuna de Paris, em 1871 – mas sua atuação em levantes em momentos anteriores a esses são parte crucial do movimento revolucionário francês no século XIX, mesmo com erros de cálculo no momento de agir.

### 1.1.2 Proudhon

Nascido em 15 de janeiro de 1809, em uma família pobre, na cidade de Besançon, próximo à fronteira com a Suíça, Pierre-Joseph Proudhon foi um escritor de teorias econômicas e sociais que pretendia o fim da exploração do trabalho, um dos primeiros a se intitular anarquista. Suas teorias, também influenciadas por autores socialistas como Charles Fourier, o tornaram notório tendo diversos seguidores durante o século XIX, na França, dentre eles diversos membros da Comuna de 1871. Influenciou também a formação do movimento anarquista, através de seus seguidores e de outros teóricos, como Bakunin. Morreu em Paris, em 19 de janeiro de 1865.<sup>18</sup>

Pierre-Joseph Proudhon passou a infância no campo, a ancestralidade camponesa e a realidade de sua família de pequenos artesãos influenciaram sua visão de sociedade ideal de trabalhadores livremente associados. Apesar da infância pobre, Proudhon recebeu educação, tendo estudado no Liceu em sua cidade e, já adulto, foi aprendiz em uma tipografia, onde teve contato com diversas obras filosóficas e econômicas. Em 1838 foi estudar em Paris. Em 1840 escreveu seu primeiro livro significativo, e talvez o mais comentado, *Qu'est-ce que la propriété*, onde se declarou anarquista e escreveu a célebre frase: “a propriedade é um roubo”. Nos anos seguintes publicou outros livros e foi a julgamento, mas não foi preso. Em 1843

<sup>17</sup> SECCO, Lincoln. A face da Revolução. **Fim do Mundo**, n. 5, p. 273-285, mai/ago, 2021, p. 284.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n5.p273-285>. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/12052>. Acesso em: 19 set. 2022.

<sup>18</sup> WOODCOCK, George. Pierre-Joseph Proudhon. **Encyclopedia Britannica** [s. d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Pierre-Joseph-Proudhon>. Acesso em: 19 set. 2022.

ele se muda para Lyon, para trabalhar em uma empresa de transporte de água, onde entrou em contato com o movimento operário local. Uma sociedade secreta da cidade que se diferenciava do modelo centralista jacobino, comum na França, dizendo que as fábricas poderiam geri-las através de associações de trabalhadores baseadas em ações econômicas, sem a necessidade de uma revolução violenta. Essas ideias influenciaram Proudhon, que posteriormente as organizou chamando-as de mutualismo.<sup>19</sup>

Durante a década de 1840 Proudhon passou a ser conhecido dentre os escritores socialistas e conheceu Marx, em Paris, com quem teve debates e desavenças, criticando as concepções autoritárias e centralistas de Marx. Esses debates foram também organizados em publicações. Assim, em 1846, Proudhon publicou *Sistema de contradições econômicas ou a filosofia da miséria* e, no ano seguinte, Marx publicou sua crítica: *A miséria da filosofia*.<sup>20</sup> Essa disputa quanto às concepções de revolução e liberdade no movimento operário, além da efetividade de ações e reformas econômicas, continuaram entre Marx e Proudhon e, posteriormente, entre marxistas e anarquistas.

Um dos principais pontos na teoria de Proudhon é sobre a propriedade e a defesa não da sua extinção, mas sua democratização.

Proudhon considerou a propriedade, na acepção jurídica que o vocábulo adquiriu no século XIX, como um alicerce da sociedade e deu um papel de relevo à sua relação com as questões econômicas, considerando-a responsável pelo fracionamento da sociedade entre proprietários e proletários.<sup>21</sup>

Atentando-se mais à terra do que às fábricas, Proudhon defendia que os meios de produção deveriam ser de posse do trabalhador, e não uma propriedade. Isso porque era a propriedade privada que levava à exploração do trabalho e à acumulação do capital, separando a sociedade em classes. Proudhon propôs como resolução da questão da propriedade a criação do Banco do Povo, que daria créditos facilitados ou gratuitos, para os trabalhadores e organizaria a troca da produção destes, eliminando assim a propriedade e determinando justamente o valor do trabalho. Proudhon

---

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.p. 449.

<sup>21</sup> RUGAI, Ricardo Ramos. Proudhon anarquista? Estado, mercado e o pensamento econômico proudhoniano. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 24, 2018, Guarulhos. **Anais** [...], Guarulhos, 2018, p. 1. Disponível:

[https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530840057\\_ARQUIVO\\_RUGAI\\_Ricardo\\_Proudhon.pdf](https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530840057_ARQUIVO_RUGAI_Ricardo_Proudhon.pdf). Acesso em: 19 set. 2022.



defendia não uma inexistência do Estado, mas uma reforma deste, colocando a política subordinada à economia. Em suas publicações, explicou a função que o Estado deveria ter em organizar a economia, as instituições integrantes desse Estado e o funcionamento delas. O Estado deveria ser um funcionário da sociedade.

Assim, ele considerou o Estado sucessivamente como: guardião da lei; instituição político-administrativa necessária à sociedade; receptáculo legal de reformas sociais; objeto de uma reforma política em seus poderes, instâncias e cargos; objeto de estudo numa seção específica da Economia Política; interventor na economia contra os monopólios privados; e, finalmente, guardião de um direito econômico a ser incorporado pelo Código Civil.<sup>22</sup>

Contudo, houve mudanças no pensamento de Proudhon quanto ao Estado, particularmente após a Revolução de 1848, e nos artigos reunidos em *Confessions d'un révolutionnaire*, chegando a defender a supressão do Estado. Durante esse período, Proudhon foi eleito deputado e ocupou o cargo no legislativo francês, onde tentou implantar, sem sucesso, suas medidas econômicas como o Banco do Povo. Decerto as publicações do autor mostram que ele mudou suas concepções em alguns aspectos, gerando uma incongruência em seu pensamento em relação aos seus seguidores.

Proudhon foi um grande defensor da liberdade, que para ele é a base para a igualdade, e é nesse ponto que seus seguidores se atentam. Para ele, a autoridade deturpa a sociedade natural, e por isso defende a livre federação de pequenos produtores. “O poder leva à escravidão e à dominação, aniquilando a justiça e a igualdade. Nesse contexto, a sociedade deve ter como pilar a liberdade, o que garantiria a justiça e a igualdade”.<sup>23</sup> Seguindo esse pensamento, Proudhon passou a defender uma sociedade sem Estado, pois, para ele, todo o cerceamento da liberdade é uma forma de opressão. E é nesse sentido que ele é considerado um dos fundadores do movimento anarquista.

Proudhon foi preso em 1849 por criticar Louis Napoleon. Contudo, as condições de sua prisão foram brandas se comparadas com a de outros presos políticos da época, como Blanqui, que passou anos na solitária. Em seu período de cárcere, Proudhon podia receber visitas de amigos e chegou a se casar e ter um filho. Foi

---

<sup>22</sup> Idem, p. 6.

<sup>23</sup> Kraemer, C.; Franco, P. L.; Nascimento, L. R. Pierre-Joseph Proudhon e a Educação Tecnícista. **Revista Húmus**, [s. l.], v. 2, n. 6, 2012, p. 60. Disponível em: <https://periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1548>. Acesso em: 20 set. 2022.

também o período em que terminou de escrever seu livro *Confessions d'un révolutionnaire*, textos que influenciaram diretamente outros anarquistas, como Bakunin. Após sua soltura, em 1852, passou a ser monitorado pela polícia e foi novamente condenado à prisão em 1858, mas não chegou a ser preso pois se exilou na Bélgica até 1862. Voltando a Paris, tornou-se mais influente no movimento operário. Seu grupo de seguidores participou da fundação da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT) e de parte importante da Comuna de Paris.<sup>24</sup>

### 1.1.3 Jacobinismo

Os jacobinos, grupo político organizado durante a Revolução Francesa do século XVIII, foi uma grande influência do movimento revolucionário do século XIX. Não por seu direcionamento ideológico, pois eram essencialmente pequeno-burgueses, mas pelo seu formato de organização e pelos feitos durante o período da Convenção. O governo ditatorial de Robespierre não tinha um direcionamento proletário, apesar das reformas e ações econômicas implantadas que favoreceram a população. A Constituição de 1793 defendia o direito à propriedade privada como inalienável. A perseguição contra qualquer dissidente, instaurada por Robespierre e seus seguidores, guilhotinaram muitos revolucionários, abrindo caminho para a contrarrevolução do Diretório. A importância do período de governo jacobino para o movimento revolucionário e operário está em ter estabelecido uma ditadura revolucionária, ideia que posteriormente foi moldada de acordo com as necessidades operárias, em ter nascido nesse período uma oposição que defendia vastas reformas sociais e em desenvolver princípios da insurreição de Babeuf.<sup>25</sup>

A Conspiração dos Iguais adotou elementos jacobinos de tomada do poder político e instauração de um governo revolucionário, que foram incorporadas pelas sociedades secretas organizadas no século XIX. O próprio Buonarroti participou dessas organizações carbonárias, influenciando líderes como Blanqui. Contudo, não se pode classificar a Conspiração dos Iguais como puramente jacobina, uma vez que seus princípios elementares eram muito mais próximos aos dos operários do que aos dos jacobinos, como a crítica à propriedade privada.

---

<sup>24</sup> WOODCOCK, George. . **Encyclopedia Britannica** [s. d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Pierre-Joseph-Proudhon>. Acesso em: 19 set. 2022.

<sup>25</sup> BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

Os jacobinos originais, sobreviventes do período revolucionário no século XVIII, estenderam sua atuação política durante a primeira metade do século XIX. Durante o período napoleônico houve uma perseguição aos jacobinos e muitos deles foram presos ou mortos. A partir de 1830 passaram a existir novas gerações de autoproclamados jacobinos, herdeiros político-ideológicos dos anteriores, muitas vezes conjuntamente com outras denominações, como republicanos radicais ou democratas sociais. De uma geração à outra, as mudanças na constituição dos trabalhadores urbanos parisienses e a reflexão sobre as ações dos jacobinos originais geraram mudanças nas concepções políticas. “Os novos liberais não eram mais – ou ainda não eram – jacobinos, ainda que Maurice Agulhon possa evocar o jacobinismo do Quartier Latin, do jovem Blanqui.”<sup>26</sup>

A partir da derrubada dos Bourbons, em 1830, houve um impulso revolucionário na França. O republicanismo ganhou força e começou a se formar uma nova geração de jacobinos, que juntou as influências da Primeira República, no Ano II da Revolução, e da Conspiração dos Iguais. O ano de 1848 foi o apogeu do neojacobinismo, que havia amadurecido nas duas décadas anteriores. Criticados por Marx de se travestirem de jacobinos do Ano II, os jacobinos desse período eram republicanos fervorosos, por vezes denominados de radicais, mas que não almejavam uma revolução proletária, ideia ainda muito recente em meados do século XIX. Havia também ideais de conciliação de classes com a pequena-burguesia. O jacobinismo não era parte do movimento operário, apesar de serem revolucionários.<sup>27</sup>

Durante o período revolucionário de 1848, o governo provisório, de maioria burguesa, e a Assembleia eleita, de maioria conservadora, procuraram rechaçar a imagem do período jacobino e da Revolução do Ano II. Após 1848 e as Jornadas de Julho, o véu da conciliação de classes caiu por terra. O movimento operário percebeu que suas pautas não seriam atendidas por um governo burguês. Assim, parte do ideal jacobino foi se perdendo e as características pequeno burguesas já não mais encontravam espaço no movimento operário. Restou uma lembrança quase lendária de resistência e bravura, instituições e expressões simbólicas, uma ideia de tomada violenta do poder.

Durante a Comuna de Paris houve um grupo que foi classificado como “jacobinos”. Contudo, nem todos se autointitulavam dessa maneira. Divididos entre

---

<sup>26</sup> VOVELLE, Michel. **Jacobinos e jacobinismo**. Bauru: Edusc, 2000. p. 173.

<sup>27</sup> Idem.

blanquistas e internacionalistas, revolucionários sem uma doutrina definida, mas admiradores do movimento de 1793 foram intitulados de jacobinos. No entanto, pouco sobrou do que havia sido criado por Robespierre no século anterior, além de uma ideia de centralidade de poder.<sup>28</sup>

## 1.2 As Revoluções de 1830 e 1848

O amadurecimento do movimento operário francês e europeu, durante o século XIX, ocorreu em diversos âmbitos. Enquanto a sociedade se tornava cada vez mais industrializada, o número de proletários cresceu e conjuntamente a consciência de classe. As experiências cotidianas e a luta pela sobrevivência feitas de forma coletiva pelos trabalhadores deram as bases do movimento operário, enquanto os filósofos desse meio se pautaram nessas experiências para tecer suas teorias. Portanto, é imprescindível a análise tanto das teorias quanto das ações práticas para se compreender o processo como um todo.

O movimento revolucionário francês, devido ao formato de organização nas sociedades secretas e a influência carbonária, tinha a prática de promover insurreições constantes. Diversas foram as vezes que um grupo de homens armados tomou prédios públicos para, pouco tempo depois, ser derrotado pelas forças do Estado. “A verdade é que não se sabia ao certo como isso havia de acontecer. Mas a própria reivindicação, ainda quando indefinidamente sustentada, continha perigo para a ordem social estabelecida”.<sup>29</sup>

Além de diversas insurreições iniciadas pelas sociedades secretas com o objetivo de levar à revolução social ou apenas à derrubada de um governo, houve, na França, dois momentos em que classes se uniram e conseguiram derrubar o governo vigente, em 1830 e 1848.

O período posterior à Revolução Francesa até a Primavera dos Povos, na metade do século XIX, foi marcado por grandes agitações políticas e revolucionárias. Segundo Hobsbawm, os governantes europeus da época tentavam, mas falhavam, em conter as ondas revolucionárias decorrentes da Revolução Francesa. “E, ainda assim, nunca na história da Europa e poucas vezes em qualquer outro lugar, o

---

<sup>28</sup> Idem, p. 185.

<sup>29</sup> MARX, Karl. **A Guerra Civil em França**. Lisboa-Moscú: Avante, 1983, p. 13.

revolucionarismo foi tão endêmico, tão geral, tão capaz de se espalhar por propaganda deliberada como por contágio espontâneo.”<sup>30</sup>

### **1.2.1 A Revolução de 1830 e o governo de Luís Felipe I**

A economia francesa do período da Restauração continuava sendo majoritariamente agrária. Apesar da Revolução do século XVIII ter encerrado os privilégios feudais e ter criado muitos pequenos proprietários, o avanço do capitalismo pelo país exerceu uma pressão sobre os pequenos proprietários empobrecidos e tornou o latifúndio cada vez mais comum. Esse processo de monopolização das terras nas mãos de poucos proprietários ricos e o avanço da mecanização do trabalho, antes artesanal, gerava um número enorme de desempregados nas cidades.

Paris apresentava características originais e inovadoras: um centro cultural, político e científico único, destacando-se entre os poucos da Europa. Em 1821, sua população era superior a 700 mil habitantes, ostentando lado a lado riqueza e miséria; e posições políticas revolucionárias e reacionárias. Como importante centro econômico, político e cultural, foi um exemplo vivo das contradições que perpassaram a França – a luta entre velho e novo; entre novas relações capitalistas – que se afirmavam e se desenvolviam – e Ancien Régime, insistindo em sobreviver.<sup>31</sup>

Em 1824 o Conde de Artois assumiu o trono com o nome de Carlos X, intensificando uma política de autoritarismo e perseguição aos opositores. Uma oposição liberal se formou e, em março de 1830, conseguiram mover uma moção de desconfiança contra Polinac, ministro do Interior. A oposição liberal tinha intenções de assegurar uma política favorável por parte do ministério de Carlos X, isso porque não estava em jogo a autoridade real ou a monarquia em si. No entanto, o rei interpretou o ato como parte de uma conspiração liberal e promulgou decretos reacionários que diminuía as liberdades políticas.<sup>32</sup>

A burguesia liberal respondeu rapidamente lançando um manifesto contrário aos decretos. No dia 27 um protesto contou com o apoio da população de Paris, que sofria com recorrentes crises econômicas, tomou grandes proporções. Barricadas foram levantadas e a insurreição tomou conta da cidade com a população ocupando as ruas por três dias, que ficaram conhecidos como Les Trois Glorieuses. O rei se

<sup>30</sup> HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**: Europa 1789–1848. São Paulo: Paz e Terra, 2016. p. 180.

<sup>31</sup> COSTA, Silvio. **Revolução e contrarrevolução na França**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999, v. 1. p. 199.

<sup>32</sup> COSTA, Silvio. **Revolução e contrarrevolução na França**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999, v. 1.

retirou de Paris, deixando o governo, que fora ocupado por uma comissão municipal sob o comando do general marquês La Fayette. No dia 30 de julho o nome do Duque de Orléans foi proposto pela burguesia como sucessor do trono, e aceito pelo general no governo. Uma semana depois, foi coroado rei da França sob o nome de Luís Felipe I, afastando definitivamente os Bourbons do trono francês. O período de governo do rei da casa de Orléans ficou conhecido como Monarquia de Julho.

A grande burguesia, aliada à nobreza liberal, encontrou, por intermédio de um novo golpe de Estado, uma solução política que lhe permitiu eliminar o perigo e conter a radicalização popular, assegurando-se de parte significativa do poder.<sup>33</sup>

Como uma revolução que abarcava diversos grupos, os interesses dos vencedores eram diferentes. Alguns queriam apenas uma mudança nas direções do governo, enquanto a esquerda pedia a República democrática. Por alguns dias até mesmo quem seria o sucessor ao trono de Carlos X foi uma incógnita. Cogitou-se outro Bourbon, mas quem assumiu o trono francês foi Luís Felipe de Orléans e, com ele, ascenderam banqueiros.<sup>34</sup>

A Revolução de 1830, na França, retomou um formato de movimentação política vinda de 1789, que é a da insurreição de massas. A população parisiense ocupou as ruas da cidade impelida por um descontentamento com a política dos Bourbons e a crise econômica. Barricadas foram levantadas por toda a cidade e se transformaram em um símbolo tão forte que foram usadas também nas insurreições do século seguinte, apesar de não terem mais a mesma efetividade.

As revoluções de 1830 mudam a situação inteiramente... O primeiro foi que a política de massa e a revolução de massa, com base no modelo de 1789, mais uma vez tornaram-se possíveis... Os Bourbons foram derrubados em Paris por uma típica combinação de crise do que se considerava a política da monarquia Restaurada e a intranquilidade popular devida à repressão econômica.<sup>35</sup>

A onda revolucionária de 1830 colocou definitivamente a grande burguesia no poder, aceita por uma aristocracia decadente que tentava manter seus privilégios. O sufrágio universal ainda não era uma ameaça, a pequena burguesia e os trabalhadores não tinham força para se levantar contra a fração da classe dominante no poder. Os resquícios do Antigo Regime e a alta burguesia dividiram o controle do Estado com o resto da sociedade em seus calcanhares.

<sup>33</sup> Idem, p. 203.

<sup>34</sup> MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Global, 1986.

<sup>35</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2016. p. 190.

Durante o período dos processos revolucionários na França, desde 1789, a burguesia e os trabalhadores urbanos lutaram por diversas vezes lado a lado, porque tinham a monarquia absolutista, o Antigo Regime, como um inimigo em comum. Entretanto, isso não fazia desaparecer o conflito entre a própria burguesia e os trabalhadores que, pelo contrário, se intensificava quanto mais a burguesia se consolidava no poder e o capitalismo industrial avançava.

Nesse período, a classe operária ainda não estava organizada em um movimento autônomo. Até mesmo na revolução de fevereiro de 1848, a burguesia ainda não era vista como um inimigo imediato. Contudo, 1830 serviu para separar moderados e radicais, que antes tinham a monarquia Restaurada como uma inimiga em comum. Quem levantou as barricadas, e nelas morreu, em julho de 1830, foram os trabalhadores pobres, porém quem se estabeleceu no governo foi a burguesia financeira.

O proletariado francês desse período, e até certo ponto também na época da Comuna, não era formado majoritariamente pelos trabalhadores das indústrias. “Os militantes do movimento da classe operária francesa em 1830–1848 eram fundamentalmente os ultrapassados artesãos e diaristas urbanos”.<sup>36</sup> Existia, nesse movimento operário, uma dupla e bem distinta influência política. Por um lado, a tradição jacobina e de Babeuf, que planejava e almejava revoluções e a tomada do Estado. Por outro, o movimento do socialismo utópico de influência de Saint-Simon, Fourier e Cabet que, apesar de compor o movimento operário, não se interessava por agitações políticas.

De forma geral, no movimento operário anterior a 1848, tanto as massas de trabalhadores quanto os intelectuais que se debruçavam sobre o assunto – essa divisão entre trabalho braçal e intelectual foi debatida durante a formação da AIT – acreditavam na construção de um movimento conjunto com outras classes para a formação de um governo democrático em uma república social. Esta seria uma etapa preliminar para se chegar ao socialismo. “Mesmo os mais conscientes comunistas proletários ainda se viam e agiam como a ala da extrema esquerda de um movimento geral radical e democrático.”<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Idem, p. 199.

<sup>37</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções**: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2016. p. 207.

A política econômica da Monarquia de Julho favorecia a alta burguesia, colocando assim grupos diversos lutando conjuntamente na oposição, organizando-se segundo a classe ou a fração a qual pertenciam. Dessa maneira, estavam do mesmo lado político os liberais moderados, democratas radicais e socialistas. A oposição não era, contudo, unida. Os membros da burguesia e da nobreza se beneficiaram com a reforma eleitoral que ampliava a participação nas eleições, mas mantinha o voto censitário. Os republicanos, socialistas e excluídos da política estatal formavam sociedades secretas.

Nos primeiros anos houve uma abertura e algumas liberdades foram conquistadas, diversos jornais foram criados. Entretanto, após atos insurrecionais e um atentado contra o rei, em 1835, a repressão à oposição voltou a crescer. A propagação de ideias republicanas foi proibida.

A economia continuou majoritariamente agrária e artesanal, mas, a partir de 1842, devido a uma lei que estabelecia condições favoráveis à associação do Estado aos capitais privados, as ferrovias começaram a se espalhar pela França. A burguesia, que controlava o Estado, utilizou-se do poder institucional para aumentar seu controle sobre a economia e lucrar com o processo de industrialização. O crescimento das ferrovias gerou um aumento das indústrias em diversos setores e um consequente aumento da população urbana e do proletariado. O governo era, de uma forma geral, organizado para manter o controle e aumentar os lucros da fração da burguesia que ocupava os altos cargos do Estado.

O Estado burguês, sob a forma monarquista, era apropriado pela grande burguesia associada a frações aristocráticas vinculadas ao capital financeiro e à especulação: banqueiros, especuladores da Bolsa e com as ferrovias, proprietários das minas de carvão e de ferro, e grandes proprietários territoriais – transformando o Estado em verdadeiro balcão de negócios.<sup>38</sup>

A política do Estado francês estava direcionada para a ascensão de uma parte da burguesia, que vivia da exploração de todo o resto da sociedade, através do Estado. Assim, conseguiam controlar e pôr à beira da bancarrota, por meio de empréstimos feitos ao Estado, com juros cobrados desses empréstimos e pelo controle e pela especulação das ações da bolsa de valores. Um governo corrupto, que fazia uma péssima administração, voltada apenas para uma pequena parte da burguesia, jogava a França ainda mais na crise e endividava o Estado.

---

<sup>38</sup> COSTA, Silvío. **Revolução e contrarrevolução na França**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999, v. 1. p. 211.



Sua penúria financeira colocava de antemão a monarquia de julho sob a dependência da alta burguesia e sua dependência da alta burguesia a transformava, por sua vez, em fonte inesgotável de crescente penúria financeira.<sup>39</sup>

### **1.2.2 A Revolução de 1848**

Entre os anos de 1846 e 1850 a Europa sofreu com uma crise causada inicialmente pela queda da produção agrícola e conseqüente aumento dos preços dos principais produtos alimentícios, o que atingiu diretamente as camadas populares, acentuando o empobrecimento. A extensão da crise atingiu a indústria e gerou aumento do desemprego, agravando a situação.

Na França, a falta de capitais fez com que a construção das ferrovias fosse paralisada e, como resultante, outras áreas da indústria foram afetadas, gerando uma reação em cadeia.

A crise agrícola e industrial entrelaçava-se à financeira. Houve uma significativa retirada de depósitos e a ampliação da procura de empréstimos que, associados à redução de produção e consumo, provocaram a queda na circulação de mercadorias e sobretudo dinheiro. Houve grande escassez na capital e o volume disponível tornava-se insuficiente para dar continuidade ao financiamento da produção.<sup>40</sup>

Esse agravamento da situação econômica gerou grande insatisfação e protestos por melhores condições de vida, fortalecendo a oposição ao governo. Para Hobsbawm,<sup>41</sup> em finais de 1847, a revolução já era esperada, não só na França, como também em diversas partes do continente europeu.

A oposição ao regime de Luís Felipe I realizou banquetes públicos para reunir a população e manifestar o descontentamento. Guizot, ministro do governo, proibiu a realização dos banquetes. O evento foi remarcado pela oposição e cancelado no dia anterior, mas a população, mesmo assim, compareceu ao local do banquete no dia 22 de fevereiro. O ato se transformou em uma manifestação popular, que se estendeu pela noite.

A guarda nacional, que foi chamada para reprimir as manifestações, acabou por aderir ao movimento. O governo tentou algumas medidas políticas, mas não obteve sucesso. Na noite do dia 23, um protesto realizado na frente de um dos ministérios, onde morava Guizot, foi reprimido a tiros. A partir daí, as manifestações

<sup>39</sup> MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Global, 1986. p. 52.

<sup>40</sup> COSTA, Silvio. **Revolução e contrarrevolução na França**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999, v. 1. p. 216.

<sup>41</sup> HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

se transformaram em uma insurreição. Barricadas foram levantadas pela cidade, quartéis e depósitos de armas foram tomados.

No dia 24 houve combates e as tropas do governo foram derrotadas. O rei, sem saída, abdicou do trono em nome de seu neto infante, que não chegou a ser coroado. Tanto o Palais Bourbon quanto o Hôtel de Ville foram tomados, e listas de deputados eram redigidas para formar um governo provisório. No dia seguinte, 25 de fevereiro de 1848, a Segunda República foi declarada na França, com as ruas ainda tomadas pela população armada.

A ideia de proclamar a república não foi algo imediato. No entanto, as opções monárquicas eram fracas. Dentre as três casas dinásticas francesas, os Bourbons eram vistos como antiliberais ligados à contrarrevolução, além de um herdeiro e sucessor jovem e sem carisma. Da casa de Orleães, Luís Felipe estava sendo deposto, ligado à crise, e seu sucessor era uma criança. A casa Bonaparte era vista como uma continuação da Revolução, contudo havia um receio por parte dos que almejavam a liberdade.

Assim, várias e importantes correntes políticas e espirituais parecem conduzir à República de 1848: a progressão da ideia republicana, a aspiração a melhorias sociais, a abertura do espírito – em suma, disponibilidade e generosidade, a verdadeira contribuição do romantismo à vida coletiva.<sup>42</sup>

Assumiu, assim, o governo provisório, que se ergueu através das barricadas e era reflexo, na sua composição, de um conglomerado das classes que haviam participado da revolução. A maioria dos representantes que formavam o novo governo era representante da burguesia e apenas alguns poucos de outras classes que compuseram a revolução. Os socialistas também visavam o controle do Estado, seus representantes passaram a fazer parte do governo e tentaram ampliar sua influência dentro das instituições estatais. A Revolução de Fevereiro foi proclamada como a revolução da união das classes, uma “revolução da fraternidade”.

As classes estavam separadas por um simples equívoco, e Lamartine batizou o governo provisório, a 24 de fevereiro, de “*un gouvernement qui suspend ce malentendu terrible qui existe les différentes classes*”. O proletariado deixou levar com agrado por esse enebriamento de fraternidade.<sup>43</sup>

As listas de nomes escolhidos no calor do momento para formar o governo provisório continham dois socialistas: Louis Blanc e Albert. Os outros nomes eram de

<sup>42</sup> AGULHON, Maurice. **1848 – O aprendizado da República**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 20.

<sup>43</sup> MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Global, 1986. p. 61-62.

deputados e ex-deputados, mais palatáveis à burguesia, que compuseram a oposição ao reinado de Luís Felipe I. Os ministérios foram distribuídos entre esses nomes ainda no dia 24, mas os dois socialistas ficaram de fora. Mesmo com o governo provisório formado, a proclamação da república ainda não estava assegurada, mas, receosos com a experiência de 1830, os deputados anunciaram a República que foi aclamada por 100 mil pessoas na Place de Grève. Por parte da burguesia liberal havia um medo de retorno do governo de 1793, e esse temor pautou diversas decisões tomadas.<sup>44</sup>

O Governo Provisório foi composto por diferentes classes sociais e alinhamentos políticos, e suas ações e seus debates demonstraram os conflitos entre elas. Enquanto organizavam o país para as eleições com sufrágio universal, as diferenças ficaram mais aparentes. O temor do socialismo aumentava com a participação de representantes dos trabalhadores no governo e a população, ainda armada, estava agitada pelas ruas da capital.

A Revolução de 1848 não ocorreu somente na França e, quando se espalhou pelo continente, chegaram a Paris pedidos de ajuda de revolucionários de outras nações. Contudo, tais pedidos não foram atendidos pelo governo, que ainda se consolidava no poder, devido a uma declarada repulsa à República Jacobina.

A mera derrubada da monarquia e a instauração de um governo de maioria liberal não mudou a situação econômica francesa. A burguesia industrial continuava receosa com a conjuntura do país e impedia a circulação de capitais. O Governo Provisório estabeleceu uma série de medidas econômicas e fiscais para tentar sanar a situação. Contudo um dos problemas mais iminentes a ser resolvido era o desemprego, a massa de trabalhadores urbanos permanecia na miséria agravada pela alta de preços. A medida aceita pelo governo foi a de formar empresas estatais para serviços gerais – chamadas de Oficinas Nacionais. Louis Blanc propôs, no entanto, a formação de fábricas onde os trabalhadores teriam maior controle da produção. Essa proposta foi formulada com base em uma prática exercida por trabalhadores durante as greves de anos anteriores, mas não foi aceita por atentar contra a propriedade privada.

Apesar da proposta de Blanc ter sido rejeitada, uma das conquistas do proletariado na República de 1848 foi a criação das Oficinas Nacionais. Essas fábricas estatais, que visavam empregar os operários atingidos pela crise, era o único meio da

---

<sup>44</sup> AGULHON, Maurice. **1848 – O aprendizado da República**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 39.

massa que passava fome nas cidades continuar vivendo, pois a economia continuava destruída. Além de trabalho, as fábricas nacionais sem tornaram um lugar onde o proletariado se organizava como classe.

Nos dias que se seguiram, ainda no mês de fevereiro, acossados pelas pequenas jornadas encenadas cotidianamente por grupos populares, o governo decretou a abolição da pena de morte para crimes políticos, extinguiu os títulos de nobreza e criou as Oficinas Nacionais.<sup>45</sup>

As Oficinas Nacionais eram um empreendimento estatal onde operários desempregados eram colocados em trabalhos que exigiam pouco ou nenhum nível técnico, com salários abaixo do normal. O intuito era conter os ânimos da população que permanecia armada. Longe de ser uma medida revolucionária onde os operários tinham o controle da produção, as Oficinas Nacionais mantinham os operários dentro de uma lógica de extrema exploração. Contudo, para muitos, eram o único meio de sustento de suas famílias.

A vitória de fevereiro tinha sido conquistada pelo proletariado de armas na mão, em conjunto com a assistência passiva e a condução da burguesia. Mas as pretensões dessas classes são antagônicas, assim como são suas posições na sociedade. A burguesia estava ciente de sua tarefa. Para completar a sua vitória de fevereiro; tinha de derrotar o proletariado. “Por isso, o verdadeiro berço da república burguesa não era a vitória de fevereiro, mas a derrota de junho”.<sup>46</sup> Os moderados rapidamente mudavam de opinião e se juntavam aos conservadores. Aliados para conduzir uma política antissocialista, formaram o Partido da Ordem.

A divisão da sociedade entre burguesia e proletariado ficou cada vez mais aparente com o passar das semanas após a instauração da República, dita “conciliadora”. A presença dos socialistas no governo e a agitação pública nas sociedades secretas e nas ruas de Paris incomodava os conservadores no governo. A qualquer momento outra insurreição poderia derrubá-los do poder, visto que as forças repressoras da ordem não funcionavam como antes da Revolução.

Em poucas semanas essa liberdade produziu seus frutos; não tardou a dissipar – como observara Flaubert – a euforia conciliadora dos primeiros dias. A propaganda revolucionária divulgada pelos clubes assustou a opinião pública burguesa e logo suscitou ímpetos de reação; mas ganhou terreno entre o proletariado parisiense. No começo de março, Louis Blanc e os socialistas representavam provavelmente a maior influência sobre as massas

<sup>45</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna Paris. São Paulo: Hedra, 2011. p. 52.

<sup>46</sup> MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Global, 1986. p. 71.

proletárias; no fim do mês, já não se podia ter tanta certeza. Chegara o momento dos clubes, de Cabet, Raspail, e talvez sobretudo Blanqui.<sup>47</sup>

Dentre as medidas tomadas pela burguesia para se defender de um possível levante popular contra o governo, uma das mais agressivas à classe trabalhadora foi a formação da Guarda Nacional Móvel, um exército urbano de 24 mil homens, formado principalmente por jovens pobres e desempregados de 15 a 24 anos. A maior diferença entre essa nova força militar e a antiga Guarda Nacional era o pagamento do soldo, que os colocava como dependentes e, até certo ponto, subservientes ao Estado. Por serem oriundos das classes baixas, o proletariado confiava e via na Guarda Nacional Móvel uma aliada, mas era composta apenas por mercenários. A formação dessa guarda foi uma medida do governo que sanava dois de seus problemas: dava emprego a uma massa potencialmente revolucionária e, ao mesmo tempo, a controlava por ser composta, a partir de então, de funcionários do Estado. Outra medida adotada pela burguesia foi forjar um motivo para que vários batalhões do exército regular se instalassem em Paris e, assim, compusessem a frente de luta contra os operários.<sup>48</sup>

O Governo Provisório marcou as eleições para a Assembleia Constituinte, inicialmente, para o dia 9 de abril. As movimentações populares continuaram pelas ruas de Paris e Auguste Blanqui liderou manifestações para que estas fossem adiadas. O governo, então, sentindo a pressão que Blanqui e a população exerciam, concedeu uma prorrogação, que foi considerada curta por Blanqui. O velho líder revolucionário considerava que a população, especialmente a da província, não estava preparada para exercer de forma consciente o sufrágio. Nesse momento, Blanqui se tornou o mais temido dos líderes revolucionários. No dia 16 de abril novas manifestações tomaram as ruas da cidade, mas os trabalhadores estavam sem um propósito direto e a Guarda Nacional em número suficiente para conter a população, de modo que não houve derramamento de sangue. As eleições foram realizadas no dia marcado e o resultado mostrou que Blanqui tinha razão em sua desconfiança quanto à consciência da população. “A França votara de acordo com a linha majoritária de seu governo provisório: República liberal, sem revolução social e sem reação monárquica.”<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> AGULHON, Maurice. **1848 – O aprendizado da República**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 54.

<sup>48</sup> MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>49</sup> AGULHON, Maurice. **1848 – O aprendizado da República**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 60.

O resultado das eleições deu mais força à burguesia, que procurava afastar do socialismo as pretensões da Revolução. Já no dia seguinte aos resultados das eleições o Estado burguês mostrou, através da repressão, que o período da conciliação havia acabado e os embates violentos entre burguesia, detentora do Estado, e proletariado, que pretendia formar uma república social, se dariam iminentemente.

Em Rouen, cidade industrial devastada pela crise, trabalhadores se manifestaram em frente à prefeitura em defesa de seus interesses e das oficinas nacionais. Duramente reprimidos, voltaram a seus bairros e armaram barricadas. No dia seguinte, as forças da ordem utilizaram canhões para reprimir a população, matando dezenas de operários, sem nenhuma baixa nas tropas do governo. Os eleitos tomaram posse no dia 4 de maio. A nova República francesa mostrou-se cada vez mais hostil ao socialismo, tornando-se abertamente conservadora.<sup>50</sup>

A força que os liberais moderados ganharam com as eleições foi demonstrada na formação dos ministérios. Os principais ministérios foram ocupados por eles, e eleitos da esquerda, como Louis Blanc, foram novamente excluídos.

No dia 15 de maio a Assembleia Nacional foi invadida numa tentativa de fazer com que a República voltasse às pretensões da Revolução de Fevereiro, pelo menos do proletariado, porém, sem sucesso. A manifestação contava com diversos líderes revolucionários, mas entrou no Palais Bourbon sem um direcionamento concreto. Manifestantes se revezaram no palanque da casa legislativa e dividiram o espaço com os deputados eleitos. As suas falas se dividiam na defesa de trabalhadores estrangeiros, da repressão czarista e da situação dos trabalhadores franceses.

anular pela força a sua existência, dissolvê-la, desintegrar novamente em suas partes integrantes, o organismo por meio do qual o espírito reacionário da nação o ameaçava. Como se sabe, o 15 de maio, não teve outro resultado senão o de afastar Blanqui e seus camaradas, isto é, os verdadeiros dirigentes do partido proletário da cena pública durante todo o ciclo que estamos considerando.<sup>51</sup>

A certo ponto, um dos integrantes da manifestação, em seu discurso, declarou a Assembleia Nacional dissolvida e o que chamaram de Governo Revolucionário foi instituído, numa insurreição feita por poucos manifestantes com a intenção de tomada do poder, como era próprio do formato revolucionário blanquista, a maioria da esquerda da época. Com os ânimos exaltados dentro do salão de reuniões, mas sem

---

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006. p. 24.

o devido apoio das massas nas ruas, a Guarda Nacional foi acionada, os manifestantes foram rapidamente dispersos e seus líderes, presos.

Depois dessa tentativa fracassada de tomar o poder, a Comissão Executiva acirrou os ataques ao proletariado; tais como a proibição de aglomerações populares, mesmo que não tivessem caráter de organização trabalhista. Após desestabilizar a esquerda revolucionária parisiense com diversas prisões e exílios, o próximo alvo dos conservadores na Assembleia Nacional foram as Oficinas Nacionais. A crise econômica continuava na França e os orçamentos para manter os trabalhadores nas Oficinas não era aceito pelos conservadores da Assembleia. Para eles, o auxílio do Estado aos trabalhadores era o mesmo que o socialismo.

Iniciaram-se assim os ataques às Fábricas Nacionais. Para aumentar as receitas do Estado, a Assembleia aumentou impostos, que atingiam diretamente os camponeses e a pequena burguesia, e justificou esses aumentos com base nos gastos que tinham com as Oficinas. Isso gerou grande hostilidade dessas classes para com o proletariado. Dificultaram o ingresso dos trabalhadores nas fábricas, transformaram o salário diário por um meritocrático salário por tarefa. Também expulsaram de Paris os operários não naturais da cidade, fazendo-os trabalhar em lugares distantes, diminuindo o contingente de trabalhadores que ameaçassem realizar um levante massivo. Mas o golpe final ocorreu no dia 21 de junho, quando um decreto instituiu que todos os operários menores de 25 anos seriam alistados no exército, o que abria a possibilidade de enviar todos os outros para as províncias.

No dia 22, quando o decreto foi publicado, houve agitações dos trabalhadores pela cidade: protesto de uma delegação em frente à Comissão, reuniões nos clubes e desfiles pelas ruas. Durante a noite e a madrugada a situação se intensificou e se formou uma grande concentração na Place de la Bastille. Dali tomaram as ruas e levantaram barricadas.

A revolta operária então iniciada, que entraria para a história com o nome de Jornadas de Junho, teve como traço mais evidente a espontaneidade... O movimento praticamente não teve dirigentes políticos, apesar da presença de alguns militantes de menor vulto... As Jornadas de Junho representaram na História da França a batalha de classes no estado puro – de um modo que nunca tivera antes paralelo, nem teve depois.<sup>52</sup>

Os dias 23, 24 e 25 ficaram marcados pelos intensos combates nas ruas de Paris entre os trabalhadores e a burguesia – representada na Guarda Nacional – em

---

<sup>52</sup> AGULHON, Maurice. **1848 – O aprendizado da República**. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 74.

que a divisão de classes ficou clara pelos interesses envolvidos, também geograficamente. Nos bairros pobres do leste os trabalhadores combateram rua a rua em suas barricadas enquanto, no oeste, rico, se horrorizava com a revolta. As revoluções e insurreições anteriores tiveram em comum uma luta conjunta contra o Antigo Regime. Nas Jornadas de Junho, pela primeira vez, os trabalhadores se insurgiram enquanto classe e, de forma autônoma, contra a burguesia no poder.<sup>53</sup>

A comissão executiva do governo foi destituída no dia 24 e assumida pelo ministro da guerra, general Cavaignac, que coordenou a repressão. O dia 24 foi o mais intenso dos combates. A insurreição não conseguiu tomar o Hôtel de Ville e ficou mais concentrada nos bairros operários. No dia 25, exército, Guarda Nacional e Guarda Móvel atacaram as barricadas deixando milhares de mortos. Os combates se estenderam até a manhã do dia 26. Ocorreram também execuções sumárias e prisões em massa.

Apesar de o proletariado ter conseguido levantar suas barricadas e lutar, sozinho, contra as forças da ordem, não tinha meios para conseguir a vitória definitiva.

No que diz respeito aos trabalhadores pobres, faltavam-lhes organização, maturidade, liderança e, talvez acima de tudo, a conjuntura histórica para fornecer uma alternativa política. Suficientemente fortes para fazer o projeto de uma revolução social parecer real e ameaçador, eles eram, porém, demasiadamente fracos para fazer algo mais que assustar seus inimigos. Suas forças eram desproporcionalmente eficazes, pois estavam concentradas em massas famintas nos pontos mais politicamente sensíveis, ou seja, as grandes cidades, especialmente as capitais.<sup>54</sup>

Nem por isso o combate nas ruas deixou de desempenhar um papel importante nas lutas proletárias. A partir de 1848 as condições mudaram e passaram a ser muito mais favoráveis às tropas, que detinham canhões e artilharia pesada. Ainda assim, por diversas vezes, os trabalhadores ainda se levantaram em insurreições erguendo barricadas nas ruas de Paris. As Jornadas de Junho são um marco na luta do proletariado francês, a inauguração definitiva da luta de classes da sociedade capitalista.

Após a contenção do proletariado insurrecto, a burguesia, conjunta no Partido da Ordem, voltou seus esforços para formar a Assembleia Nacional Legislativa, o que lhe daria o controle da política francesa e a possibilidade de realizar as eleições presidenciais. Mas a repressão da ala conservadora do governo não se deteve aos

---

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> HOBSEBAWM, Eric J. **A era do capital**: Europa 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 44.



combates. Diversos decretos reacionários, que retiravam a liberdade de imprensa e regulavam os clubes, foram baixados.

As eleições foram realizadas no final do mesmo ano e inesperadamente, no dia 10 de dezembro de 1848, foi eleito Louis Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, o novo presidente da França. Sua campanha se apoiou na imagem de seu tio ilustre, recebeu apoio do imenso campesinato das províncias. Os camponeses que elegeram Louis Bonaparte votavam na imagem e na memória grandiosa de Napoleão. O candidato do Partido da Ordem, general Cavaignac, que havia reprimido a população em junho e era o chefe do executivo, sofreu uma grande derrota com cerca de 1.400.000 votos contra mais de 5 milhões de Bonaparte. Outros candidatos, mais alinhados à esquerda não chegaram nem a um milhão.<sup>55</sup> O sufrágio universal deixava de ser uma opção para a esquerda identificada com a revolução, pois, mesmo numa eleição democrática, a massa não estava destinada a eleger representantes comprometidos com a mudança da sociedade.

Nesse período ainda estava no poder a Assembleia Nacional Constituinte, que era a burguesia representada, e deu lugar à Assembleia Legislativa em maio de 1849. Assim a burguesia passou a representar o povo por meio da República. O Estado francês ficou dividido em um jogo de poderes entre o presidente e a Assembleia.

O Partido da Ordem sofreu um grande golpe no dia 2 de dezembro de 1851, quando Louis Bonaparte implementou o *coup d'État*, se declarou imperador e se tornou Napoleão III. Napoleão tinha obtido apoio popular suficiente para não haver reações fortes o suficiente para depô-lo. Os mais reacionários já haviam se aliado a Napoleão e outros conservadores se viram impelidos a aceitar a situação como forma de manter o Estado burguês e um controle efetivo sobre o proletariado revolucionário.

### 1.3 O Segundo Império

Napoleão III tentou, em seu governo como Imperador, fazer uma política de controle social e avanço econômico na França. Até certo ponto, foi feliz em suas tentativas, devido mais primordialmente ao contexto geral do modo de produção capitalista na Europa do que, de fato, por causa de suas medidas.

---

<sup>55</sup> AGULHON, Maurice. **1848 – O aprendizado da República**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

Esse avanço sem precedentes do capital fez com que a taxa de emprego e até mesmo os salários pudessem ser aumentados pelos industriais, sem que estes perdessem um centavo de seus lucros. O aumento de empregos e o barateamento dos produtos manufaturados, devido ao aumento da produção, fez com que os ânimos da população se acalmassem e o período revolucionário da primeira metade do século XIX fosse esquecido, pelo menos, por algum tempo. Também contava o fato de a repressão do Estado ter aprisionado, exilado ou morto boa parte das lideranças revolucionárias.

A eleição de Louis Bonaparte, em 1848, a posterior aprovação do golpe de 2 de dezembro de 1851 e a eleição dos “rurais” nas eleições, em 1871, no início da Terceira República Francesa, são demonstrações de que o sufrágio universal, por si só, não garantiu um caráter revolucionário à República. Este pôde ser usado pela burguesia, ou por uma de suas frações, como a aristocracia do século XIX, para legitimar a dominação de classe.

De acordo com Marx, o apoio eleitoral do campesinato francês a Bonaparte deveu-se ao mito que ele representava, relembrando a figura de seu tio, Napoleão Bonaparte, e ao fato do campesinato, naquele momento, na França, não formar uma classe para si.<sup>56</sup>

Contudo, podemos ver através do tempo que também o proletariado pode ser compelido a votar a favor dos partidos da burguesia. E isso se deve a diversos motivos que não cabe analisar no presente estudo. Sabemos, assim, que a mera constituição de uma classe e a possibilidade do sufrágio universal não leva a sociedade mais perto do fim do capitalismo, como muitos achavam no século XIX.

Napoleão III governou a França empreendendo guerras em várias partes do mundo, apesar de ter declarado que o império significava a paz. No entanto, ao contrário do que disse Napoleão III, um Império tende a se expandir, a ser imperialista. O imperador utiliza-se da força “para fora”, contra os inimigos externos, com o intuito de expansão, bem como com o objetivo de demonstrar seu domínio, entendendo, assim, usá-lo contra seu próprio povo.

As campanhas do Segundo Império atravessaram o Atlântico e chegaram ao México, onde o exército francês lutou contra republicanos e instaurou uma monarquia com um rei próximo a Napoleão. Essa monarquia logo foi derrubada e o rei, indicado

---

<sup>56</sup> MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

pela França, morto. O exército francês também esteve por um longo tempo em campanhas pela Itália, defendendo os interesses de expansão do Império francês contra a Áustria. A Argélia e a China foram outros destinos do exército imperial francês. Seu último empreendimento bélico foi contra a Prússia, que há anos investia em avanços militares e industriais e, em 1870, era uma potência.<sup>57</sup>

A capital francesa, na segunda metade do século XIX, cresceu economicamente, aumentando o contraste entre burguesia e proletariado. Mesmo com o avanço da grande indústria, boa parte dos trabalhadores ainda estava empregada em manufaturas, produzindo artigos que jamais possuiriam e, assim, eram inseridos na lógica capitalista de alienação do trabalho. Paris, em 1870, era uma cidade de 2 milhões de habitantes, com uma desigualdade social gigantesca. Durante os vinte anos do Terceiro Império, a chegada de pessoas vindas das províncias agravou a situação, pois não havia empregos para todos e muitos viviam à margem da sociedade. Marx denominou esse grupo de pessoas de lumpemproletariado.

A indústria continuava dominada por artesãos em pequenas oficinas que produziam os *artigos de Paris* – luvas de alta qualidade e outras mercadorias de luxo que vieram a simbolizar a manufatura francesa. Instituições financeiras imperiais ajudavam a impulsionar a produção industrial dentro e em torno de Paris, trazendo uma prosperidade sem paralelo para as pessoas de recursos.<sup>58</sup>

As reformas de Haussmann separaram ainda mais as classes na cidade de Paris. Enquanto a burguesia desfrutava do luxo no lado oeste, no leste e norte da cidade, os trabalhadores se amontoavam. Isso fez com que aumentasse o sentimento de solidariedade entre os mais pobres.

A administração política de Paris contava com conselhos municipais dos *arrondissements*. O direito de escolha dos representantes desses conselhos foi revogado pelo imperador. É provável que essa tradição administrativa tenha impulsionado o formato de administração descentralizada implantada durante a Comuna, além de outras organizações como o Comitê dos Vinte Distritos.

Napoleão III encarregou o Barão de Haussmann de reformar a cidade de Paris, modernizando-a. Instituído como prefeito, Haussmann promoveu grandes mudanças na capital francesa que, até então, mantinha ainda características das cidades medievais, apesar de já contar com mais de um milhão de habitantes.

<sup>57</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital**: Europa 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>58</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfitheatro, 2015. p. 10.

As reformas efetuadas durante vários anos do Segundo Império tinham como base uma melhor circulação, facilitando manobras militares. Quilômetros de largas ruas e avenidas foram abertas, conectando-se em eixos viários. As antigas ruas estreitas do centro foram destruídas, juntamente com as construções, para que não houvesse facilidade de erguer e defender barricadas. As largas avenidas possibilitaram a passagem de um grande número de tropas, inclusive com canhões. A Île de la Cité, no centro do rio Sena, foi transformada em área militar.

Houve também uma reestruturação administrativa da cidade e sua área foi ampliada. O cinturão alfandegário de 1785 foi abolido e áreas periféricas foram incorporadas, de forma que os limites de Paris chegassem até as fortificações externas. A divisão em vinte distritos, – os *arrondissements* – que perdura até os dias atuais, foi criada por Haussmann.

Além de ampliada, Paris também foi modernizada. Diversas ruas receberam iluminação a gás. Estações ferroviárias foram construídas, incluindo um anel viário no entorno da cidade. Um sistema de esgoto foi construído, aquedutos distribuía água pela cidade, uma rede de gás subterrâneo, assim como fontes e banheiros públicos passaram a fazer parte da cena urbana. A intenção era promover uma higienização dentro do perímetro urbano parisiense, que sofria com diversas epidemias, como as de cólera, vitimizando milhares de pessoas.

Assim como as questões militares e de saúde, foram consideradas inclusive questões estéticas. O plano de Haussmann incluía a demolição de uma série de prédios antigos para a construção de outros com fachadas uniformizadas em tons pastéis em arquitetura eclética e neoclássica. O grande construtor de Paris se preocupou em embelezar e modernizar a cidade com um amplo intuito de agradar a burguesia francesa que ali vivia. Teatros, óperas e parques transformaram Paris em uma cidade de ainda maiores contrastes sociais. “A burguesia toda tem interesse em privilegiar seu setor afastado, para tornar automático esse seu aparato: cuidando de seus interesses, a propriedade imobiliária defende os interesses gerais da classe dominante.”<sup>59</sup>

Durante o Segundo Império os trabalhadores parisienses se juntaram em associações de trabalhadores e se ajudavam em momentos de dificuldade. Essas associações eram também movimentos políticos, e até revolucionários. Muitos

---

<sup>59</sup> BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 589.

imaginavam as associações de trabalhadores tomando o lugar do Estado burguês. É esse também o período da fundação da sede da AIT, em Paris, não podendo uma coisa ser dissociada da outra.<sup>60</sup>

Os membros da AIT de Paris tinham uma influência direta de Proudhon e de suas ideias de federalismo e do anarquismo, portanto, uma perspectiva anti-Estado. Proudhon pregava táticas muito diferentes das de Blanqui, inclusive diferenciando toda a questão de uma ditadura ou movimento de elite. Defendia um movimento de massa, medidas econômicas para estabelecer as mudanças e a livre federação das unidades produtivas para a socialização da produção. Como exemplo desse movimento podemos citar alguns posicionamentos de seus membros em congressos da AIT ou quanto à política parisiense.

Tolain, operário francês, membro fundador da AIT, se coloca a favor de uma autorrepresentação dos operários e de um movimento autônomo, sem a interferência de outras classes. Proudhonianos se opuseram à coletivização da terra no segundo congresso da AIT, em 1867, mantendo sua posição favorável à propriedade individual. Isso se deu devido a uma tradição camponesa francesa e à visão de que a coletivização levaria à uniformização e centralização da sociedade na figura do Estado.<sup>61</sup> Varlin, já em 1869, se posicionava contra a participação no Estado depois de uma tentativa fracassada de eleger deputados socialistas.

A Associação Internacional dos Trabalhadores foi uma importante organização operária do século XIX, tendo entre seus membros os mais importantes teóricos da época, como Marx, Engels e Bakunin. O formato de organização e suas disputas internas são alvo de intensos debates teóricos até hoje, e seus membros formaram considerável parte do governo e das instituições da Comuna de Paris. Por isso é válida uma análise mais profunda da instituição.

### **1.3.1 A Associação Internacional dos Trabalhadores**

Durante a primeira metade do século XIX a industrialização avançou na Europa, contudo, de forma desigual. A Inglaterra ainda era a mais avançada nesse processo do que a maioria dos países europeus, como Espanha e Itália, que contavam com

---

<sup>60</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 22.

<sup>61</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011. p 142.

uma industrialização em seu início, restrita a pequenas regiões do país. Os trabalhadores ingleses já se organizavam em *trade unions*, um nível de organização que em países como a Rússia ainda demoraria décadas para existir.<sup>62</sup>

A consciência de classe por parte dos trabalhadores e um entendimento do que seria o socialismo fora construído nesse período. As revoluções de 1848 tiveram grande importância para tanto. Nesse período, o movimento democrático se misturava ao movimento operário, tendo em vista uma sociedade com direitos e reconhecimento de igualdade. Na França, a influência do movimento jacobino da Revolução Francesa estendia-se para o movimento operário.<sup>63</sup>

As décadas de 1850 e 1860 foram um período de vários conflitos militares entre os europeus, seja entre países que disputavam o protagonismo na política internacional, como a Inglaterra e a França, ou por Estados que estavam em processo de consolidação, evidenciando uma tendência de resolução de problemas pelo conflito armado.

As disputas armadas dessas duas décadas mostraram as intenções políticas das elites, que perceberam as mudanças criadas com as revoluções de 1848 e dos anos que se seguiram. Os conflitos interferiram diretamente no movimento operário, tanto os regionais, quanto o movimento internacional, que então se formava. Exemplos claros dessa interferência foram os confrontos entre os poloneses e o Império Russo, que geraram um dos encontros entre trabalhadores, que posteriormente formariam a AIT; e a guerra Franco-Prussiana, que é causa direta da Comuna.

Concomitantemente às disputas nacionais, vemos também o despontar de certas figuras políticas que, do mesmo modo, procuravam se afirmar no cenário político internacional, como Napoleão III e Bismarck. Outros se tornaram célebres por sua atuação e liderança nas movimentações político militares, como Garibaldi.

Nesse contexto belicoso que existiu na Europa dos anos 1850 e 1860 havia, no campo político-ideológico, uma importante ofensiva das teses liberais que teve a Inglaterra, como principal Estado propagador dessa política. E havia também uma disputa frente a governos mais conservadores, em que muitos deles se viram forçados

---

<sup>62</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

<sup>63</sup> COGGIOLA, Osvaldo L. A. A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris. **Aurora**, v. 4, n. 2, p. 165-183, 2011. DOI: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2011.v4n2.1274>. Disponível: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1274>. Acesso em: 22 set. 2022.

a implantar políticas de reformas liberalizantes devido às pressões populacionais ou das elites burguesas. Fora da disputa pelo Estado, cresciam os movimentos socialistas em várias vertentes e regionalismos, com a AIT como efetiva representante.

Uma viagem de trabalhadores franceses à Inglaterra, pela ocasião de uma Exposição Internacional, sediada em Londres, em 1862, serviu como início de conversas e reuniões entre os trabalhadores dos dois países. Ainda nesse encontro, foi formado um comitê de correspondência. Novamente, no ano seguinte, trabalhadores dos dois países se reuniram, dessa vez em defesa do operariado polonês, que sofria forte repressão.<sup>64</sup> A ideia do internacionalismo já existia. Marx terminara, em 1848, a redação do *Manifesto do Partido Comunista* com a célebre frase: “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”. Contudo, um movimento de trabalhadores que congregasse vários países ainda não existia.

Em 28 de setembro de 1864 ocorreu o terceiro encontro entre trabalhadores ingleses, que se organizavam em *trade unions*, enquanto os franceses estavam reunidos em sociedades de resistência e associações de socorro mútuo. A reunião se deu, mais uma vez, em Londres, no St. Martin’s Hall.

Os organizadores da assembleia não imaginavam – nem teriam podido prever – o que essa iniciativa geraria dali a pouco. O que ambicionavam era a construção de um fórum internacional de discussão, no qual pudessem examinar os principais problemas relacionados aos trabalhadores. Mas não consideravam a hipótese de fundar uma verdadeira organização, um instrumento de coordenação da iniciativa sindical e política da classe operária. Do mesmo modo, sua ideologia fora inicialmente marcada por lemas gerais de caráter ético-humanitário, tais como a fraternidade entre os povos e a paz mundial, muito mais do que pelo conflito de classes e por objetivos políticos concretos.<sup>65</sup>

Na reunião de 1864 foi votada e aprovada a proposta de formação da Associação Internacional dos Trabalhadores de forma unânime. Um Conselho Central Provisório foi eleito com a função de redigir os estatutos da recém-formada AIT e organizar o primeiro congresso para o ano seguinte.

Por se tratar de um grupo grande de pessoas, de diversos países e com variadas influências políticas, a Internacional sempre teve um caráter heterogêneo, existindo, ainda assim, tendências regionais. A sessão francesa, por exemplo, foi

<sup>64</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011.

<sup>65</sup> MUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

colocada como mutualista e de seguidores de Proudhon, em sua maioria. Essa corrente se tornou uma das principais dentro da AIT, pelo menos em seus primeiros anos.<sup>66</sup> As outras correntes principais nesse primeiro momento eram os *trade-unionistas* ingleses, que tinham um caráter mais imediatista do que de real mudança no modo de produção, e os comunistas, liderados por Marx.

Um membro que se destacou na seção francesa foi Henri Toulain, um bronzista parisiense, seguidor de Proudhon, e uma das principais vozes do mutualismo na AIT. Ele esteve na comitiva de operários franceses que foi a Londres na Exposição de 1862 e organizou a reunião do ano seguinte. Em uma carta publicada no Jornal *L'Opinion Nationale*, de 17 de outubro de 1861, explicitou seu mutualismo e conclamou os trabalhadores a se auto-organizarem ao invés de confiarem nos patrões e nas autoridades superiores. Afirmava que, quando a iniciativa de organização vem de tais pessoas, não inspira confiança, nos trabalhadores, pois se sentem dirigidos, conduzidos. Defendia, por isso, uma organização exclusiva dos operários e pedia que os patrões e as autoridades não interferissem em seus assuntos, a não ser que fossem requisitados. Também mostrava a compreensão de que os trabalhadores que se envolviam com questões políticas ou sociais eram considerados perigosos, mesmo no país do sufrágio universal.<sup>67</sup>

Apesar do primeiro Congresso ter sido marcado para o ano de 1865, não chegou a acontecer. Houve apenas uma conferência na cidade de Londres para a resolução de questões organizacionais. O congresso foi remarcado para o ano seguinte, em Genebra. O Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores aconteceu em setembro de 1866, depois de ter sido mais uma vez adiado, devido a contratempos de organização, entre outros, como a guerra entre Prússia e Áustria.

Neste primeiro congresso participaram delegados da Inglaterra, França, Suíça e Alemanha, oriundos de várias seções em cada um dos países. Foi feita uma passeata no primeiro dia e, nos outros, os delegados se ocuparam dos debates.<sup>68</sup> Os

<sup>66</sup> SILVA, Selmo N. da. **Greves e lutas insurgentes**: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. p. 56.

<sup>67</sup> TOLAIN, Henri. Les ouvriers française: a l'exposition de Londres. **L'Opinion Nationale**. Paris, 17 de outubro de 1861, p. 1. Disponível em: <https://www.retronews.fr/journal/l-opinion-nationale/17-octobre-1861/2349/4623782/1>. Acesso: 9 mar. 2022. 2

<sup>68</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011. p. 131.



pormenores das reuniões e decisões são por demasiado complexas e estão fora do alvo do presente estudo.

Contudo, nos primeiros anos, as diferenças entre mutualistas e os outros membros da Internacional se davam, principalmente, quanto às questões de ação do movimento operário, como a ocupação do Estado; e questões econômicas, como a divisão da propriedade em pequenas propriedades privadas ou a coletivização.<sup>69</sup> Segundo o autor, os proudhonianos formavam uma ala conservadora da AIT, contrária a qualquer interferência do Estado nas relações de trabalho, pois entendiam que esta traria a manutenção do sistema vigente. Opunham-se também ao trabalho feminino, por considera-lo imoral, e à atuação de sindicatos. Defendiam um sistema de livre federação de proprietários e que a igualdade poderia ser alcançada mediante crédito. Os trabalhadores fundariam cooperativas de produção e estas seriam financiadas por um banco popular.

A sessão francesa da AIT se formou sob a influência de Proudhon dividida em dois grupos internos que, apesar das divergências, não criaram um racha na seção. Uma ala era a mutualista, liderada por Henri Toulain, e a outra, a ala coletivista, liderada por Varlin. A ala mutualista, considerada mais moderada, acreditava na utilização de meios legais e nas eleições do Estado burguês para a implantação de medidas econômicas de crédito e igualdade de direitos para alcançar a igualdade plena e o fim das classes. Toulain acreditava que se as leis do sufrágio universal, e outras leis de direitos do cidadão, fossem respeitadas seria possível estabelecer uma sociedade baseada na livre associação de pequenos produtores, ao invés da indústria controlada pela burguesia. Pode-se ver essa concepção de Toulain no artigo que ele escreveu para o jornal *L'Opinion Nationale*, em um texto intitulado “Manifeste des soixante”, do qual se destacam alguns trechos.

*On a répété à satiété: il n'y a plus de classes; depuis 1789, tous les Français sont égaux devant la loi. ... La liberté du travail, le crédit, la solidarité, voilà nos rêves. Le jour où ils se réaliseront, pour la gloire et la prospérité d'un pays qui nous est cher, il n'y aura plus ni bourgeois ni prolétaires, ni patrons ni ouvriers. Tous les citoyens seront égaux en droits. ... Eh bien! nous répondrons: non! Nous ne sommes pas représentés, et voilà pourquoi nous posons cette question des candidatures ouvrières. ... Le vote du 31 mai a tranché d'une manière incontestable à Paris la grande question de la liberté. Le pays est calme: n'est-il point sage, politique, d'essayer aujourd'hui la puissance des institutions libres qui doivent faciliter la transition entre la vieille société, fondée sur le salariat et la société future qui sera fondée sur le droit commun? N'y a-t-il pas danger à attendre les moments de crise, où les*

<sup>69</sup> MUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

*passions sont surexcitées par la détresse générale? ... Unissons-nous donc dans un but commun: le triomphe de la vraie démocratie. ... Résumons-nous pour éviter tout malentendu: La signification essentiellement politique des candidatures ouvrières serait celle-ci: Fortifier, en la complétant, l'action de l'opposition libérale. Elle a demandé dans les termes les plus modestes le nécessaire des libertés. Les ouvriers députés demanderaient le nécessaire des réformes économiques.*<sup>70</sup>

Inicialmente as divergências internas dos membros da AIT não eram vistas como uma ameaça, porque o objetivo era criar uma instituição aberta a todos os trabalhadores, de diversas tendências, e organizar o movimento operário para as lutas pela emancipação. Visava-se a construção de um movimento amplo e de debate permanente com uma meta em comum. “O movimento político era visto como o meio para se atingir a solidariedade entre os trabalhadores de várias profissões e dos diversos países, e a ‘emancipação econômica da classe operária’.”<sup>71</sup>

No ano que se seguiu ao primeiro congresso da AIT diversas greves estouraram pela Europa, e o sucesso da atuação dos trabalhadores do movimento trabalhista com o apoio da Internacional houve uma grande expansão do número de membros. Com as greves vitoriosas na França, as ideias mutualistas, contrárias a esse tipo de associação, perderam a força.

Ainda assim, no congresso de Lausanne, em 1867, os proudhonianos votaram contra as resoluções que previam a coletivização da terra, mantendo-se favoráveis à propriedade individual devido, em grande parte, à uma tradição camponesa francesa. Eram também contrários a essas medidas, pois viam nelas uma centralização na figura do Estado. A posição dos mutualistas franceses perdeu cada vez mais força, sendo esse o último ano onde este ponto foi um impasse na AIT.

O Congresso de Lausanne, em diversos aspectos, representou um importante passo para conferir à AIT uma fisionomia não apenas orgânica, mas inequivocamente revolucionária. O que se percebia antes como posição corporativa, de alguns grupos apenas, em Lausanne ganhou orientação mais definida e, na mesma direção caminharam as posições em favor da ruptura com o sistema vigente.<sup>72</sup>

No Congresso de Bruxelas, em 1868, os membros da Internacional votaram a favor da socialização dos meios de produção. Marxistas e proudhonianos de esquerda

<sup>70</sup> TOLAIN, Henri, **L'Opinion Nationale**, 17 de fevereiro de 1864. Disponível em: <https://www.retronews.fr/journal/l-opinion-nationale/17-fevrier-1864/2349/4652160/1> Acesso em: 9 mar. 2022.

<sup>71</sup> COGGIOLA, Osvaldo L. A. A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris. **Aurora**, Marília, v. 4, n. 2, p. 165-183, 2011. DOI: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2011.v4n2.1274>. Disponível: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1274>. Acesso em: 22 set. 2022. p. 169.

<sup>72</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011. p. 143.

se uniram nos debates e possibilitaram uma vitória do coletivismo. O final dos anos 1860 foi o período da derrota do mutualismo na AIT, mas também o de avanço do número de filiados, não só na França, com a adesão de diversos blanquistas, como em outros países. Na Inglaterra, França, Espanha, Bélgica, Suíça e Alemanha são criadas seções e o número de filiados aumenta. Esse crescimento está diretamente ligado ao sucesso do movimento sindical nas greves. É também o período de crescimento da influência de Bakunin.<sup>73</sup>

O avanço das movimentações políticas na França a partir de 1870 e a atuação dos membros da seção da Internacional se intensificaram após a queda do Império e a proclamação da República, em setembro. Foram realizadas reuniões com a Câmara Federal das Sociedades Operárias, onde se definiram uma série de reivindicações que seriam a base de algumas instituições da Comuna, meses depois. Dentre essas reivindicações, estavam o fim imediato da polícia, a liberdade de imprensa, o armamento dos trabalhadores e a formação do “Comitê Central Republicano de Defesa Nacional das Vinte Regiões de Paris”, iniciativas que impulsionaram a formação de uma dualidade de poder em Paris.<sup>74</sup>

A insurreição parisiense e sua posterior derrota geraram conflitos na AIT, que já tinha divisões ideológicas internas, acirraram as tensões e aceleraram o desmembramento da associação. Segundo Musto<sup>75</sup>, um dos principais objetivos de Marx na conferência de Londres, em 1871, foi o de impedir a crescente influência de Bakunin, se empenhando em refutar as propostas às quais era contrário e em conseguir aliados. Para aumentar sua preponderância, Marx se aliou com os blanquistas para derrotar os anarquistas.

A Conferência de Londres foi chamada pelo Comitê Central por causa da impossibilidade de convocar um congresso, devido ao momento conturbado para o movimento operário. Essa conferência teve poucos participantes, apenas um pouco mais do que os membros do Comitê Central. As decisões ali tomadas foram de centralização do controle da AIT e de formação de entidades políticas por parte das seções. Essas decisões foram muito criticadas em diversas seções da AIT em

---

<sup>73</sup> MUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

<sup>74</sup> COGGIOLA, Osvaldo L. A. A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris. **Aurora**, Marília, v. 4, n. 2, p. 165-183, 2011. DOI: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2011.v4n2.1274>. Disponível: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1274>. Acesso em: 22 set. 2022.

<sup>75</sup> MUSTO, M. op. cit., p. 56.

diversos países. Ocorreram também desfiliações e a formação de entidades paralelas à Internacional. Musto ainda coloca que a posição das diversas seções a ideia de ação política da classe operária, proposta aprovada em Londres, foi por imaturidade do movimento operário.<sup>76</sup>

Houve ainda um Congresso em Haia, em 1872, entretanto sem o peso e o número de delegados dos congressos anteriores. Marx e Engels estavam presentes e presidiram o evento. A Associação Internacional dos Trabalhadores já havia perdido sua força e estava dividida.

### 1.3.2 O fim do Segundo Império

O caráter imperialista do Estado francês, sob o controle de Napoleão III, ficava claro pelo seu projeto expansionista, pelas guerras travadas em nome da superioridade e hegemonia do Estado francês na Europa, além da repressão de seus opositores.

Em 1870 Napoleão III declarou guerra contra a Prússia devido às pretensões da nobreza prussiana de ocupar o trono espanhol, o que deixaria a França cercada. Outros motivos para a declaração da guerra foram o de enfraquecer a oposição de republicanos e socialistas que havia ganhado força nos anos anteriores. Napoleão III imaginava que a guerra seria relativamente fácil, e assim, aumentaria seu prestígio interno e externo. Sua imagem como chefe militar e de Estado estava desgastada devido à crise econômica e aos dispendiosos gastos para manter a opulenta monarquia. As campanhas francesas no México tinham resultado em nada mais do que uma vergonhosa derrota e um grande gasto, portanto uma nova guerra poderia trazer seu prestígio militar e divisas para o Estado, se conseguisse a vitória. O imperador já havia implementado uma política belicista, como na Guerra da Crimeia, e contra a Áustria para demonstrar a força de seu império.<sup>77</sup>

Napoleão III declarou guerra contra a Prússia em 19 de julho de 1870, para tentar impedir a posse de um germânico ao trono espanhol. Com essa guerra, o intuito era aumentar seu poder na política internacional europeia, refrear o crescimento do poder germânico e de custear o dispendioso Estado francês.

---

<sup>76</sup> MUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 61.

<sup>77</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfitheatro, 2015.

A população de Paris era contra a guerra, e demonstrou isso em uma manifestação ampla no dia 19 de agosto. Apesar do grande número de manifestantes, as forças bonapartistas conseguiram dispersá-los. Com a guerra, a instabilidade da política francesa aumentou. Os blanquistas passaram a agir de forma mais enfática e tentaram a derrubada da monarquia, em agosto.

Essa manifestação da população francesa renova a esperança dos blanquistas de derrubar o império e instaurar uma república popular. Blanqui retorna da Bélgica, onde havia se exilado, para colocar um plano em prática. A ideia era iniciar uma insurreição inflamando o povo e armando a população para derrubar o governo. A mobilização da população por parte dos membros do grupo de Blanqui não gerou grandes resultados, mesmo assim, o plano foi posto em prática no dia 14 de agosto.

O plano consistia em atacar uma caserna de bombeiros, esperando que estes confraternizassem com os blanquistas, entregando-lhes as armas para que pudessem fazer ataques a casernas maiores. Não houve confraternização dos bombeiros ou apoio popular, assim; o plano fracassou. Um relato e uma explicação do plano fracassado foram publicados no jornal *La Patrie en Danger*, que Blanqui fundou após sua volta a Paris.<sup>78</sup>

Durante a Guerra Franco-prussiana, o efetivo da Guarda Nacional cresceu enormemente, o que mudou o caráter da tropa. Antes era uma força formada, em sua maioria, por uma elite aristocrática e burguesa, usada para deter agitações urbanas. No entanto, com o advento da guerra e a derrota do exército francês contra os alemães, o efetivo da Guarda Nacional foi inundado de trabalhadores parisienses para, se necessário, fazer a defesa da cidade.

A Guarda Nacional foi formada por parte da população de Paris, e esse número foi crescendo durante a Comuna com as filiações e a obrigação de participação decretada pelo Conselho Comunal. O formato de organização e a gestão da Guarda Nacional, nesse período, era diferente de um corpo armado típico do Estado burguês.

O exército prussiano estava mais bem equipado que o francês, com canhões superiores, e, de forma geral, armas mais potentes em alcance e poder de fogo. Os franceses apostaram na experiência de seus generais e em suas armas, o fuzil *chassepot*, e em uma nova arma secreta, a *mitrailleuse*, algo parecido com a Gatling gun estadunidense. No entanto, essa arma tinha falhas que só foram descobertas no

---

<sup>78</sup> BLANQUI, A. *La Patrie en Danger*, jornal politique quotidien. Paris, ano 1, n. 4, p. 1-4, 10 set. 1870.

campo de batalha. Além das diferenças bélicas, os exércitos franceses e prussianos eram bem contrastantes em suas aparências e ações. “The gay uniforms of the French Army, the joyous fanfares and the dashing officer with their fierce, emulative imperials and expansive confidence made a striking contrast to the Prussians sober disdain for any kind of superfluity.”<sup>79</sup>

Durante semanas, o exército francês sofreu diversas derrotas sucessivas, não conseguindo avançar em território prussiano e rapidamente tendo seu território invadido pelo inimigo. Na cidade de Metz, um grande efetivo do exército francês foi sitiado e, em 2 de setembro, o próprio imperador foi feito prisioneiro juntamente com 40 mil homens na cidade de Sedan. Com o imperador preso, após tantos fracassos militares e a continuação dos avanços do exército prussiano, a situação do governo na capital francesa se tornou insustentável.

---

<sup>79</sup> HORNE, Alistair. **The fall of Paris**. Great Britain: Pinguin Books, 1985. p. 64.

## **CAPÍTULO 2 – A COMUNA DE PARIS**

Inicia-se esse capítulo com a proclamação da Terceira República francesa pelo entendimento de que a partir desse período desencadeia-se, em Paris, uma série de movimentações políticas e a construção de instituições coletivas que serão, no ano seguinte, o cerne do autogoverno criado na cidade durante a Comuna.

As fontes divergem em alguns pontos quanto ao processo da proclamação da Terceira República na França, por exemplo, em relação às datas entre 2 e 4 de setembro de 1870. Será feito, então, um apanhado das fontes que descrevem o período indicando as paridades e as diferenças nos relatos.

### **2.1 A Terceira República Francesa sob o Governo Provisório**

Segundo Lissagaray, devido a erros militares e a um exército despreparado, Napoleão III e mais cem mil homens foram cercados em Sedan. Eles se renderam e foram feitos prisioneiros no dia 2 de setembro. “Na mesma noite, a Europa inteira ficou sabendo”<sup>80</sup> Mas houve pouca movimentação em Paris até a noite do dia 3, quando a multidão se amontou em volta da Assembleia Legislativa. Já na madrugada, o deputado Jules Favre tomou a iniciativa, pediu uma comissão de defesa e a destituição do imperador durante a reunião dos deputados.

Na manhã do dia 4, a Guarda Nacional, nesse momento ainda com maioria burguesa, também chegou à Assembleia. A multidão invadiu o Palais Bourbon em uma ebulição popular. No início da tarde o povo que ocupava o prédio da Assembleia impeliu os deputados a anunciarem a destituição do imperador e os arrastaram para o Hotêl de Ville para proclamar a república. A população já ocupava também o prédio. Os deputados declaram-se governo e outros nomes foram exigidos pela população. Somente Rochefort foi aceito, por ser um deputado eleito, apesar de estar preso.

O general Trochu, que era o governador de Paris nomeado por Napoleão III, foi chamado para liderar a defesa da cidade, ele exigiu a presidência, que lhe foi concedida. Assim, doze deputados tomaram a posse do governo francês, declarando-se Governo de Defesa Nacional.

---

<sup>80</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991. p 42.

Louise Michel dá uma ênfase maior à atuação popular. Segundo ela, no dia 2 de setembro, o governo falava em vitórias, e a população encheu as ruas e permaneceu noite adentro. No dia 3, houve uma sessão noturna em que iriam ser feitas comunicações graves. A Place de la Concorde estava cheia. Um aviso do governo falava em 40 mil prisioneiros, inclusive o imperador. “Paris pouco se importava com a sorte de Napoleão III: a República existia antes de ser proclamada”.<sup>81</sup>

A população nas ruas cercou o prédio da Assembleia onde, sem sucesso, tentou-se a defesa por guardas municipais e pela polícia. Por volta de meio-dia de 4 de setembro, a Guarda Nacional se juntou aos manifestantes. A população gritava pela República e acabou por invadir o Palais Bourbon juntamente com a Guarda Nacional.

Um tumulto se seguiu. De dentro do prédio, listas de nomes foram jogadas à população, que pediu por Rochefort. O nome dele foi aceito, e ele, solto da prisão. Outros presos políticos também foram libertados. A população, eufórica, permaneceu na Assembleia e nos arredores. O governo provisório foi formado e jurou que jamais se renderia. Havia uma grande esperança na República.

Alistair Horne descreve os fatos com muitos detalhes, relatando movimentações das tropas até a rendição do exército francês, em Sedan, no dia 2 de setembro.

Durante o dia 3, as informações que chegaram a Paris eram confusas, algumas falando em vitória francesa, até que Palikao e a imperatriz receberam a notícia da captura do exército francês juntamente com o imperador. Naquela mesma noite houve uma sessão noturna na Assembleia, onde deputado Jules Favre pediu a destituição do Império. Os apoiadores do Império impediram a destituição naquele momento, mas, nas ruas de Paris, a pressão popular cresceu.

Na manhã do dia 4, os deputados se reuniram novamente no Palais Bourbon, enquanto, do lado de fora, um cordão de segurança feito pela polícia tentava barrar o acesso dos manifestantes que estavam do lado de fora do prédio. Perto do meio-dia, tendo crescido bastante o número de manifestantes, a Guarda Nacional chegou ao prédio. O autor afirma que nesse momento, devido às necessidades da guerra, a Guarda Nacional não era formada apenas por uma burguesia confiável, mas havia crescido em contingente e muitos dos guardas eram republicanos. A polícia permitiu

---

<sup>81</sup> MICHEL, Louise. **A Comuna**, v. 1. Lisboa, Presença, 1971. p. 75.



que a Guarda adentrasse o prédio e, com isso, alguns dos manifestantes mais inflamados conseguiram forçar a entrada e levaram muitos com eles.

Do lado de dentro, a população ocupou o salão de reuniões e impediu alguns deputados de discursar enquanto impelia outros à tribuna. O presidente da Assembleia foi retirado de seu lugar. Em meio a esse alvoroço, o deputado Jules Favre, clamando insurreições do passado, afirmou que o lugar para proclamar a República não era o Palais Bourbon e sim o Hôtel de Ville.

Havia realmente um aparato histórico para tal alegação, uma vez que, por diversas vezes, desde 1789, o Hôtel de Ville havia sido o palco central de insurreições e levantes populares, inclusive durante a Segunda República, em 1848.

No Hôtel de Ville a situação era ainda mais caótica do que a do Palais Bourbon. Os deputados eleitos durante o Império haviam feito uma lista de nomes para formar um novo governo, mas encontraram partidários de outras ideias ao chegar ao prédio da prefeitura. “Their opponents to the left of them, the darlings of extremists clubs – Delescuze, Pyat, Millière – had beaten them to it and were already in the process of forming a rival Government”<sup>82</sup>

Diversas listas com os nomes para formar um governo foram feitas e atiradas pelas janelas para a aclamação popular. Republicanos moderados, socialistas e homens do povo disputaram espaço nessas listas. Jules Favre propôs que o governo fosse formado por deputados eleitos, e a população clamou o nome de Rocherfort, que teve de ser aceito pelos moderados. O nome do general Trochu também foi aclamado e se tornou o líder do novo governo. Assim, com um discurso dramático, Gambeta declarou a Terceira República francesa. O Governo Provisório prometeu não se render aos prussianos.

A República instaurada com a queda de Napoleão III não tinha uma base sólida, existia sob um governo provisório que não gozava do apoio da população e vivia um período de guerra, em que seu exército continuava a sofrer derrotas. Nas ruas da capital, muitos operários entraram para a Guarda Nacional e, aos poucos, iam conquistando suas armas. O governo, que jurava defender a França dos prussianos, nada podia fazer para deter o processo de armamento da população parisiense sem que se percebesse a intenção de armistício.

---

<sup>82</sup> HORNE, Alistair. **The fall of Paris**. Great Britain: Pinguin Books, 1985. p. 81.

O modelo de governo havia mudado de monarquia para república, mas o formato do Estado burguês manteve-se o mesmo, assim, também continuava a burguesia no controle desse Estado. A esperança de que a república fosse um modelo de governo mais progressista, que atendesse as necessidades da população, aos poucos, se esvaía com a visão da imutabilidade.

As semanas que se seguiram à proclamação da República foram bastante conturbadas, manifestações ocorreram recorrentemente na capital e diversos clubes foram fundados. O avanço das tropas prussianas e as sucessivas derrotas francesas na guerra geraram uma urgência e um temor nos parisienses. A guerra agiu como um catalizador da luta de classes.

Em um primeiro momento houve uma união da burguesia constituída como Governo Provisório e das diversas organizações da esquerda francesa. O inimigo estrangeiro em solo francês foi visto como um inimigo em comum e um problema de urgência inevitável a ser combatido conjuntamente. Contudo, a luta de classes não deixou de existir, nem mesmo a consciência de sua existência e a inevitabilidade pelos dois lados. O jornal fundado por Blanqui, *Patrie en Danger*, mostra essa visão de que a guerra era um problema nacional, e não só da burguesia, que constituía o governo, ou dos monarquistas que iniciaram a guerra.

Não existia, no entanto, uma dicotomia absoluta em que o Governo Provisório era contrário à guerra e as organizações de esquerda eram a favor. O que estava envolto na questão da guerra eram as ações do governo e quem pagaria a conta de um armistício.

No fim de setembro de 1870, os prussianos iniciaram o cerco a Paris, enquanto a luta do exército francês continuava em outros locais. O jovem Sutter-Laumann descreveu como havia uma estranha sensação de segurança na população de Paris, apesar do exército inimigo cercar a cidade. O exército supunha que os fortes externos conseguiriam manter os prussianos afastados. Isso rapidamente se provou um grande engano, quando uma investida chamada de *sortie* foi facilmente derrotada.<sup>83</sup>

### **2.1.1 A insurreição de 31 de outubro**

---

<sup>83</sup> SUTTER-LAUMANN. *Histoire d'un trente sous (1870-1871)*. Paris: Albert Savine, 1891. (Nouvelle Librairie Parisienne)

No início de outubro, o ministro da Defesa, Gambeta, conseguiu passar pelos prussianos ao redor de Paris voando em um balão, e organizou um exército para que a luta continuasse. No entanto, no dia 27, o general Bazaine se rededeu, juntamente com 155 mil soldados, na cidade de Metz, acabando com qualquer esperança de um ataque aos prussianos que sitiavam Paris. Notícias de que o general havia negociado com o inimigo gerou muitos rumores de traição. Um cartaz que falava em armistício, colado pela cidade, agitou a população.

Na manhã do dia 31 de outubro, manifestantes vindos de bairros operários, como Belleville, se reuniram em frente ao Hôtel de Ville gritando contra o armistício. Sem conseguir dispersar a multidão com promessas, membros do governo aceitaram receber representantes dos manifestantes para negociações dentro do prédio e as eleições municipais foram prometidas.<sup>84</sup>

Já na tarde daquele dia, revolucionários de maioria blanquista, e o próprio Blanqui, que estava à frente do grupo, invadiram o prédio apoiados por alguns batalhões da Guarda Nacional. No interior do Hôtel de Ville a agitação foi geral, cada sala tinha um governo que dava ordens diferentes.

Blanquistas invadiram o *Hotêl de Ville*. Gustave Lefrançais, um oficial da Guarda Nacional, pulou sobre uma mesa e proclamou o fim do Governo de Defesa Nacional, apenas dois meses depois de este ter sido proclamado.<sup>85</sup>

Após uma multidão cercar o Hotêl de Ville, com gritos de “pas d’armistice” e “La Commune”, líderes blanquistas viram a oportunidade de agir. Com o apoio de alguns batalhões da Guarda Nacional, tomaram o prédio, prenderam membros do Governo Provisório e declararam a Comuna.<sup>86</sup>

Sem plano algum, tendo agido no calor do momento, não conseguiram dar força àquela insurreição. Apesar de contar com a insatisfação e o apoio popular, a insurreição do dia 31 de outubro não teve êxito.

Esta ação demonstra claramente o direcionamento tático e ideológico dos blanquistas. Influenciados pelos jacobinos da Revolução Francesa, eles afirmavam que para fazer a revolução bastava um grupo de pessoas engajadas e esclarecidas para tomar o poder e a população os seguiria.

A agitação foi grande, mas durou pouco, apesar de algumas *mairies* terem sido tomadas por revolucionários, não havia ainda força suficiente para tomar

<sup>84</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991. p. 49.

<sup>85</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 45.

<sup>86</sup> MICHEL, Louise. **A Comuna**, v. 1. Lisboa, Presença, 1971.

definitivamente toda a cidade. Diferente do 18 de março, o movimento de 31 de outubro não foi autônomo e espontâneo, com um grande número de pessoas dispostas a enfrentar o poder do Estado. O armistício era uma notícia recente e ainda nebulosa. O 31 de outubro foi um movimento de uma vanguarda que, apesar de ter legitimidade dentro do movimento revolucionário, não soube calcular as forças necessárias para tomar a cidade.

A insurreição estava fadada ao fracasso e seus líderes perceberam isso ainda no dia 31. Eles fizeram um acordo com os membros do Governo Provisório para que fossem feitas eleições brevemente, também que os membros da insurreição não sofreriam represálias, dentre outros.

As eleições foram realizadas no dia 5 de novembro, mas ao invés de escolher representantes, votou-se se os homens que compunham o Governo Provisório deveriam ou não continuar com seus cargos. O movimento do dia 31 tinha esfriado, os burgueses do governo de defesa prometeram não capitular, e receberam uma segunda chance para defender a França.

No entanto, com o advento dessa insurreição, ficou ainda mais claro para os homens que controlavam o Estado que o proletariado de armas na mão era muito perigoso para a manutenção da burguesia no poder.

O momento era outro, o 31 de outubro não poderia ser o 18 de março. Talvez porque a população não estivesse preparada ou disposta para dar a vida pela revolução. Ainda não havia se passado a traição maior de Thiers, ao fugir de Paris e tentar tomar as armas da Guarda Nacional. Ou, talvez, ainda houvesse esperança na defesa contra os prussianos e não considerasse que o Governo Provisório fosse composto por traidores execráveis. Ou, ainda, pelo fato de que o método blanquista de subir em mesas e gritar por apoio jamais tivesse a resposta necessária. O certo é que o 31 de outubro fracassou rapidamente e seus líderes foram a julgamento.

Depois da tentativa de insurreição em 31 de outubro, os militantes organizaram ainda mais clubes, movidos tanto por desejos políticos quanto pelo desespero durante o cerco em curso.<sup>87</sup>

### ***2.1.2 As instituições de gestão coletiva***

Durante a guerra contra a Prússia e principalmente depois da declaração da República, e durante a Comuna, no ano seguinte, os parisienses criaram uma série

---

<sup>87</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfitheatro, 2015. p. 45.

de organizações populares com intensões diversas. De uma forma geral, essas organizações primavam por uma democracia direta e a participação popular era ampla. Dos bairros mais pobres surgiram delegados e representantes desconhecidos do movimento revolucionário francês, muitos eram trabalhadores comuns e não líderes ou teóricos revolucionários. Existiam também nomes conhecidos apenas entre os eleitos, mas os blanquistas estavam sempre presentes. Nesse período, entre a proclamação da República e a Comuna, surgiu uma importante instituição de organização coletiva em Paris, o Comitê Central dos Vinte Distritos, que foi formado por membros eleitos diretamente em cada bairro nos Comitês de Vigilância. No Comitê Central dos Vinte Distritos predominavam os membros da esquerda, de republicanos a socialistas e, já nas primeiras reuniões, ainda em 1870, pediam o povo armado e o controle popular.

No dia seguinte da proclamação da república, em uma assembleia convocada pelos internacionalistas e pela Chambre, formada por em torno de 400-500 delegados de trabalhadores, nasce a ideia da criação de comitês de *défense et de vigilance*, em cada *arrondissement*, que se uniriam em torno de um *Comité Central Republicaine de XX Arrondissements*. Concluem que é necessário eleger municipalidades que irão exercer a função de polícia, substituindo a *préfecture de Police*. É votada uma resolução que afirma que é necessário organizar comitês de resistência em cada *arrondissement* e cada *arrondissement* delegará quatro de seus membros para formar um Comitê Central. Entre os dias 11 e 13, o comitê central dos XX *arrondissements* é formado, no dia 11 ocorre a sua primeira reunião, com o objetivo de ajudar o governo a mobilizar as forças vivas da população parisiense. O comitê central cria comissões (de polícia, de defesa, de subsistência, de trabalho...) e inicia seus trabalhos.<sup>88</sup>

Esse tipo de organização popular, onde os representantes são eleitos diretamente em cada bairro, elegendo seus pares e de forma revogável, foi a base do autogoverno da Comuna de Paris, e um protótipo de um novo formato de Estado. No Comitê Central dos Vinte Distritos, e em outras organizações, como a Guarda Nacional, formadas ou reestruturadas entre a proclamação da República e a Comuna, foi instituído inicialmente um poder paralelo ao Governo Provisório que, depois, assumiu o Governo da Comuna, com a formação dos comitês de resistência e as comissões. Esse formato de um poder dissolvido pelos bairros foi a base do autogoverno comunal.

Com as forças prussianas cercando Paris, os comitês de vigilância escolheram delegados para um comitê de vigilância central, dominado pelos

---

<sup>88</sup> VALLE, C. O. **A Comuna de Paris de 1871: organização e ação**, 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 133-134.

republicanos da ala esquerdista e socialistas. O Comitê Central dos Vinte Arrondissements realizou sua primeira reunião em 11 de setembro.<sup>89</sup>

Esse Comitê assinou no dia 15 de setembro um cartaz pedindo o armamento e todos os parisienses e o controle popular sobre a defesa da cidade, o abastecimento de alimentos e das habitações. Isso fez parte de uma série de exigências por parte de várias instituições populares que clamavam pela autonomia municipal e a descentralização do poder criado pelo imperador.

A Guarda Nacional foi outra importante instituição de gestão popular que passou por uma grande mudança e foi peça central na proclamação da Comuna, no 18 de março, bem como em sua organização nos primeiros dias até a efetivação das eleições.

A Guarda Nacional já existia na França há um tempo considerável. Normalmente composta por membros da burguesia, formavam uma força de repressão atrelada ao Estado e, por muitas vezes, foi utilizada para deter insurreições em Paris. No entanto, devido à guerra contra a Prússia, muitos de seus membros passaram a integrar o exército regular e, com o agravamento do conflito, houve um aumento do contingente da Guarda, em sua maioria, de trabalhadores dos bairros pobres. Por volta de 200 batalhões novos foram criados ainda em 1870.<sup>90</sup>

A tradição de escolher representantes na Guarda Nacional já era conhecida. Com o recrutamento em massa, ocorrido a partir de 1870, esta prática adquiriu um caráter popular e operário, culminando com a adoção da milícia organizada. Durante os meses de setembro e outubro alguns blanquistas, especialmente Flourens, que fazia parte da Guarda Nacional, promoveram manifestações e reuniões dos batalhões e dos chefes, chegando a pedir a destituição do governo.

O governo respondeu tentando impedir que os representantes da Guarda fossem eleitos, o que gerou ainda mais revolta. Muitas assembleias foram feitas nos 10<sup>o</sup> e 11<sup>o</sup> Distritos, assim começou a se formar um Comitê Central da Guarda Nacional. Um documento foi redigido e discutido sobre o funcionamento desse comitê. “Esse regulamento vem a consolidar a noção de mandato imperativo”.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 43.

<sup>90</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris**. São Paulo: Hedra, 2011.

<sup>91</sup> VALLE, C. O. **A Comuna de Paris de 1871: organização e ação**, 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 136.

O Comitê Central da Guarda Nacional foi formado por membros eleitos por voto direto dos integrantes de cada batalhão em seus bairros. Algumas vezes era eleito por todo o bairro, sem distinção de patente. Os atos do Comitê Central e a forma de organização da Guarda Nacional serviram de exemplo e inspiração para a Comuna. Este foi importante durante todo o processo revolucionário, não somente nos primeiros dias em que o Comitê Central declarou a Comuna, manteve a cidade e organizou as eleições.<sup>92</sup>

Os clubes parisienses foram outra importante instituição popular que existiu na França. A partir de uma lei assinada por Napoleão III, em 1868, que permitia a reunião pública, os clubes voltaram à legalidade e cresceram em número e membros até 1871, dando continuidade à tradição de grandes debates nos clubes vinda desde a Revolução Francesa do século XVIII. É importante ressaltar que os clubes não surgiram do nada. A partir de 1868, tiveram origem nas sociedades secretas, que tinham funções parecidas, mas atuavam na ilegalidade.

Nos clubes revolucionários eram feitos debates políticos amplos, e também discussões do cotidiano dos trabalhadores. A organização administrativa deles era formada por um presidente eleito e assessores, estes zelavam pela ordem nos debates e o seguimento das pautas do dia. Muitas vezes o cargo de presidente era exercido por um membro notório, normalmente conhecido da maioria dos frequentadores.

As reuniões públicas nos vários bairros aglutinavam por vezes milhares de agitadores socialistas, jacobinos, blanquistas e republicanos. Segundo alguns analistas do período, estas teriam sido, antes mesmo da crise ocasionada pela derrota na Guerra Franco-Prussiana, uma das principais razões da Comuna de 1871. Teriam sido ainda esses clubes as formas mais eficientes de capilarização das iniciativas dos revolucionários na conquista de posições estratégicas e mesmo o ponto de partida para a formação das federações como a dos "Vinte Distritos". Durante o cerco dos prussianos a Paris, esses locais foram de importância incalculável e os debates em seu interior bastante intensos.<sup>93</sup>

No decorrer da Comuna foram criados clubes em diversas igrejas dos bairros populares, algumas delas haviam sido fechadas e outras abandonadas pelos sacerdotes. Os trabalhadores faziam reuniões diárias e debatiam os acontecimentos, também faziam sugestões e exigências aos membros eleitos da Comuna. Muitos dos participantes das reuniões eram funcionários das comissões de bairros, membros de

---

<sup>92</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011.

<sup>93</sup> Idem. p. 196.

federações ou da Guarda Nacional.<sup>94</sup> Portanto, os clubes foram importantes na disseminação dos ideais revolucionários e na organização da Comuna.

## 2.2 A derrota francesa e o governo dos rurais

O cerco do exército prussiano foi crescendo, assim como o frio do inverno europeu. Diversas ideias para derrotar os prussianos e vencer o cerco foram dadas, porém nenhuma delas era cabível. O inimigo do lado de fora da cidade impediu que alimentos, e até mesmo correspondências, fossem transportados para a cidade. O Sena congelou e os suprimentos de alimentos foram diminuindo dia a dia. Para piorar a situação, uma tentativa militar de furar o cerco também fracassou e levou a baixas de cerca de 5 mil homens.

À medida que a fome crescia, gatos, cachorros, e até mesmo os ratos, serviram de comida para os parisienses famintos. Os exóticos animais do zoológico de Paris, que antes faziam parte de um estranho plano para furar o sítio prussiano, foram também parar nos pratos. Quem mais sofria com essas condições eram os idosos e as crianças. Eram cada vez mais comuns os cortejos fúnebres de pequenos caixões.<sup>95</sup>

Sem uma definição do conflito, o sítio a Paris continuou. No final de dezembro Paris passou a ser bombardeada constantemente pelo exército prussiano. O governo provisório, nomeado de Governo de Defesa Nacional, não implementou um plano real de enfrentamento aos prussianos. Enquanto a população pedia ações reais do governo e o amplo armamento da população, a burguesia traçou o armistício. Cada vez mais, a população percebia essas intenções. Nos primeiros dias de janeiro, o Comitê Central dos Vinte Distritos planejava uma insurreição, juntando membros de várias instituições e vertentes revolucionárias de Paris.

No dia 6 de janeiro, a população parisiense acordou e se deparou com o segundo *affiche rouge*, o primeiro havia sido publicado em setembro, logo após a proclamação da República. Nesse cartaz se fazia a defesa de uma Comuna revolucionária e de um grande ataque ao Governo de Defesa Nacional. De forma geral, mostrava a insatisfação com a situação dos parisienses. Essa publicação deveria coincidir com a insurreição planejada pelo Comitê.

*Le 6 janvier au matin, le Comité Central des Vingt arrondissement placard um seconde affiche rouge. "Au peuple de Paris, les délégués de Vingt*

<sup>94</sup> ROUGERIE, Jacques. **Paris Libre 1871**. Paris: Seuil, 1971. p. 208-215.

<sup>95</sup> HORNE, Alistair. **The fall of Paris**. Great Britain: Pinguin Books, 1985.



*arrondissements” – il sont cent quarante qui la signent. Elle demande, elle exige qu'on fasse enfin: “Place au People! Place à la Comune!”<sup>96</sup>*

Rougerie ainda afirma que não se compreende totalmente o sentido dessa publicação, e que os historiadores ainda debatem o porquê da mudança de nome da instituição para Délégation de Vingt Arrondissement.

Essa situação foi intensificada com a proclamação do Império Alemão, no dia 18 de janeiro, em Versalhes, ato considerado vergonhoso pelo povo francês. O levante, esperado para o dia 6, aconteceu no dia 22. Dias antes, em 19 de janeiro, Trochu havia tentado mais uma vez quebrar o cerco dos prussianos a Paris, mas dessa vez boa parte dos combatentes eram da Guarda Nacional. Houve mais uma derrota para os franceses. Para os membros da Guarda Nacional que participaram da ação ficou claro o descaso de Trochu e dos outros comandantes bonapartistas. Os guardas se manifestaram no enterro de um de seus mortos em combate, outras instituições revolucionárias de Paris se reuniram e trataram das movimentações e manifestações.

No dia 22 ocorreu mais um ato contra o governo cuja intenção era tomar o Hôtel de Ville, mas novamente o plano fracassou. Diversas instituições participaram dos planos e a manifestação principal foi marcada às 14 horas em frente à prefeitura.

Apesar de o general Trochu e o *préfet de police* terem sido demitidos um dia antes, com a intenção de acalmar os ânimos na capital, as manifestações marcadas para o dia 22 ocorreram. Dela participaram líderes de diversas correntes do movimento revolucionário francês, como a AIT, os blanquistas, os jacobinos e os republicanos.

Pela manhã, um dos batalhões da Guarda Nacional que se mantinha no formato anterior à guerra, aliado à burguesia, se apresentou para defender o prédio. A manifestação não foi tão grande como se esperava, mas houve embates entre batalhões da Guarda Nacional, resultando em cerca de trinta mortos. Louise Michel participou dos eventos e relatou as manifestações e posterior repressão.<sup>97</sup> O levante foi reprimido e muitos foram presos. No lugar de Trochu foi colocado um homem que seria peça central na luta *anticommunard*: Adolphe Thiers.

Clubes, comitês e outras instituições revolucionárias, socialistas ou republicanas se organizavam desde o ano anterior e faziam reuniões conjuntas para

<sup>96</sup> ROUGERIE, Jacques. **Paris Libre 1871**. Paris: Seuil, 1971. p. 59.

<sup>97</sup> MICHEL, Louise. **A Comuna**, v. 1. Lisboa: Presença, 1971.

agrupar o movimento revolucionário parisiense, tentando alcançar um número maior de pessoas.

Um armistício foi assinado no dia 28 de janeiro; no dia seguinte, quando a bandeira alemã foi hasteada nos fortes a leste de Paris, algumas centenas de pessoas e alguns batalhões da Guarda Nacional quiseram atacá-los. Os líderes revolucionários, que normalmente tomavam decisões impensadas e se lançavam a ações desastrosas, dessa vez, agiram corretamente e conseguiram conter os revoltosos. Os prussianos se limitaram a ocupar alguns fortes do leste e uma pequena parte de Paris. Se tivessem sido atacados, teriam motivo para ocupar toda a cidade. No entanto, levantaram-se barricadas ao redor da área que cabia aos prussianos. No acordo de capitulação, o governo francês teve de entregar as armas dos exércitos restantes e da Guarda Móvel, apenas a Guarda Nacional manteve suas armas, mas para tirá-las teriam de saquear Paris.<sup>98</sup>

A assinatura do armistício, por outra parte, em consequência das imposições dos prussianos, deu lugar a uma onda de protestos em Paris. A França, além de ter perdido a Alsácia, a Lorena e ter sido obrigada a pagar uma pesada indenização de guerra, via-se obrigada a tolerar a ocupação, a partir de 3 de março, da capital francesa pelas tropas de Bismarck. O que, para a população da cidade, constituía-se em um ato evidente de traição por parte do governo. Assim, os franceses, particularmente os de Paris, foram da indignação à rebelião.<sup>99</sup>

O armistício foi publicado no dia 29 de janeiro, quando mais de 400 mil soldados franceses estavam como prisioneiros dos alemães. Thiers solicitou uma trégua aos invasores, que exigiram a eleição de uma Assembleia Nacional para que fosse assinada a paz. As eleições foram marcadas para o dia 8 de fevereiro.

As eleições de fevereiro foram desanimadoras para os que ainda acreditavam na via eleitoral. Os socialistas participaram das eleições e quatro deles foram eleitos, dentre eles dois membros da AIT: Malon e Toilan. Mas, de forma geral, as eleições foram marcadas por desinformação e fraudes. As populações da capital e das províncias não tinham uma comunicação efetiva e o governo burguês manipulou as informações para gerar uma desmobilização nacional. Com isso, fez-se uma maioria monarquista na Assembleia Nacional, sendo eleitos 400 dos 675 deputados conservadores partidários dos ideais monarquistas.<sup>100</sup>

<sup>98</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991.

<sup>99</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011. p. 221

<sup>100</sup> TOMBS, Robert. **Paris bivouac des revolutions**: la commune de 1871. Montreuil: Libertalia, 2014.

A maior parte dos votos recebidos por esses monarquistas veio dos camponeses, que votavam na velha aristocracia feudal. Eleições como essa e o apoio dos camponeses à Napoleão III mantinham um pensamento na época, entre autores do movimento revolucionário europeu, de que o campesinato era uma classe pequeno-burguesa e, até mesmo, reacionária. Esse pensamento mudou drasticamente no século seguinte quando ocorreram revoluções com a ampla e efetiva participação dos camponeses.

A Assembleia Nacional Monarquista passou a atacar a população de Paris assim que assumiram seus cargos. Situados em Bordeaux, ao invés de Paris, modificaram a remuneração da Guarda Nacional, que, apesar de baixa, mantinha várias famílias em que os homens haviam perdido o emprego. No dia 16, Thiers foi eleito chefe do Executivo.

Vendo a formação da nova Assembleia, o movimento revolucionário francês perde, então, a crença que ainda mantinha na formação de um governo oficial e no sufrágio universal. A Assembleia monarquista era vista como um perigo à República e muitos dos que participariam da Comuna nos meses seguintes, o fariam não pelos ideais revolucionários de mudança da sociedade, mas por defenderem um ideal republicano contra o retorno da monarquia.

Ao perceber a falta de comunicação que existia entre Paris e o resto da França no movimento operário, delegados da AIT viajaram pelas províncias tentando sanar esse problema. Alguns deles foram parte importante das insurreições e comunas ocorridas nas cidades das províncias. O anarquista Bakunin foi um deles.

### ***2.2.1 O fim da guerra franco-prussiana e o acirramento das tensões entre Versalhes e Paris***

Em fevereiro, a paz ou a guerra já não eram mais discutidas, uma vez que a derrota na guerra era uma realidade. Os trabalhadores de Paris lutaram por uma paz honrosa, em que não fossem eles a pagar as contas das indenizações à Alemanha, devido a irresponsabilidades dos governantes e chefes militares. O acordo de paz foi assinado no dia 26 e, no dia seguinte, um cartaz anunciou o desfile dos prussianos por Paris. Sabiamente a Guarda Nacional não os atacou quando marcharam por parte da cidade no dia 1º de março. Um combate entre o exército prussiano e a Guarda Nacional não seria, de forma alguma, favorável ao povo parisiense.

Naquele momento crescia uma dualidade de poder na capital francesa. O governo oficial, desacreditado pela população, mantinha a Assembleia fora da capital, enquanto Thiers continuava tentando desarmar a população. A Guarda Nacional e outras entidades populares se organizaram e mantiveram seus planos.

Os debates nos clubes são intensos, por vezes aumenta, por vezes diminui. Críticas, esperança, ação e reação. Não se acredita mais. Os trabalhadores se veem tendo que fazer aquilo que o governo não faz. E existem questões que não podem ser decididas em outro momento. Organizar o que não se organiza. Os trabalhadores deparam-se com uma situação que eles próprios precisam resolver: a fome.<sup>101</sup>

A Guarda Nacional, inflada por milhares de membros da população mais pobre, mobilizava-se para defender a cidade de Paris, bairro a bairro, diretamente de onde haviam saído. Essa maioria popular presente na Guarda Nacional, composta por socialistas e membros da AIT, se colocava contra o governo de Thiers. A maioria dos parisienses considerava vergonhoso o armistício arquitetado pelo governo. Assim, a Guarda Nacional foi ganhando prestígio e seu Comitê Central, eleito de forma direta nos batalhões, emergiu como uma instituição revolucionária.<sup>102</sup>

O Governo de Defesa Nacional nomeou novos prefeitos para cada *arrondissement*. O republicano Comitê Central dos Vinte Arrondissements também exigiu a participação em decisões referentes à defesa de Paris. Unidades da Guarda Nacional começaram a pressionar sua organização e conseguiram impor autoridade nos bairros onde seus integrantes haviam sido recrutados.<sup>103</sup>

No dia 24 de fevereiro, uma assembleia de delegados votou e formou o Comitê Central da Guarda Nacional, utilizando o projeto de federação. Dias depois o Comitê decidiu avançar sobre os prussianos que ocupavam partes da cidade. Outras instituições coletivas, como a AIT, o Comitê des Vingt Arrondissements, e a Fédération de chambres syndicales, conseguiram impedir o avanço que resultaria em um provável massacre dos guardas.

Muitos membros da AIT francesa foram eleitos para o Comitê Central dos federados na eleição do início de março. Suas posições contrárias à centralidade do poder influenciaram as decisões da instituição e definições de controle coletivo foram implantadas, como o mandato imperativo e a milícia popular.

As armas que estavam em posse da Guarda Nacional mantinham a dualidade de poder entre o governo oficial e a população parisiense, que construía suas

<sup>101</sup> VALLE, C. O. **A Comuna de Paris de 1871**: organização e ação, 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 173.

<sup>102</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 52.

<sup>103</sup> Idem, p. 44.

instituições coletivas. Thiers sabia disso e por esse motivo tentou tirar as armas da Guarda Nacional.

A Assembleia dos Rurais, como foi chamada a assembleia eleita no início de 1871, continuou a desferir golpes contra a cidade de Paris. No dia 10 de março, seus membros não compareceram às reuniões, pois queriam a mudança da capital. Assim: “consegue a duras penas a transferência para Versalhes, mais fácil de defender. Era pedir a Comuna, uma vez que Paris não podia viver sem governo nem municipalidade.”<sup>104</sup>

Os ânimos se acirraram, os dois lados esperavam um ataque. O Comitê Central declarou que o primeiro tiro não partiria deles, apenas se defenderiam se fossem atacados. Atacar Paris era insensato, porém Thiers não percebeu, ou subestimou a cidade. Estava pressionado porque o dia de pagar a indenização aos prussianos se aproximava, precisava retomar o controle da cidade. No dia 17 de março, Thiers deu o primeiro tiro, ordenou a tomada dos canhões da Guarda Nacional. Paris revidou.

### 2.3 O 18 de março

A maior parte das peças de artilharia da Guarda Nacional havia sido levada para Montmartre e Belleville, ambos bairros operários. Os canhões da Guarda Nacional eram vistos como o direito de Paris de se armar e se defender. Thiers já havia tentado recuperar as armas dias antes, mas as tímidas tentativas não haviam tido sucesso, tendo sido barradas por membros da Guarda Nacional. Na noite de 17 de março, o general nomeado chefe da Guarda Nacional por Thiers convocou uma reunião com líderes dos batalhões conservadores que ainda existiam, determinando que se apresentassem na manhã seguinte. Na madrugada do dia 18, as tropas de Thiers entraram na cidade para tomar as armas que impediriam o governo oficial de controlar Paris. Um plano foi traçado e as tropas se dividiram.

*Vinoy's operation to disarm the National Guard comprised four separate movements; one body of troops was sent under General Faron to occupy the hotbeds of Belleville and the Buttes-Chaumont, where some of the cannon had also been dragged; General Wolff with a second column moved on the Bastille area; while a third under the General Hanrion covered the Hôtel de Ville. The main effort of recovering the Montmartre guns fell to General Susbielle's division, consisting of brigades commanded by Generals Panturel and Lecomte.*<sup>105</sup>

<sup>104</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. História da Comuna de 1871. São Paulo: Ensaio, 1991. p. 79.

<sup>105</sup> HORNE, Alistair. **The fall of Paris**. Great Britain: Pinguin Books, 1985. p. 327.

As mulheres que levantavam cedo para buscar pão perceberam a movimentação das tropas versalhesas. Nas paredes, estavam fixados cartazes para explicar a retirada das armas da Guarda Nacional sob a alegação de que essa ação seria benéfica para o povo, na busca pela paz, e culpava os insurretos de outubro e de janeiro pela desordem. O cartaz estava assinado por Thiers. Ao amanhecer, os canhões ainda não haviam sido retirados das colinas de Montmartre. Os muitos cavalos necessários para o serviço não haviam chegado, as mulheres começaram a enfrentar os soldados e a alarmar o resto da população para o que estava ocorrendo. Louise Michel foi uma dessas mulheres.

Amanhecia e ouvia-se tocar a rebate. Íamos subindo, sabendo que no cimo do monte estava um exército preparado para a luta. Pensávamos que iríamos morrer pela liberdade. Parecíamos suspensos. Com as nossas mortes Paris iria erguer-se... Entre nós e o exército, as mulheres lançam-se sobre os canhões, mas os soldados ficam imóveis.<sup>106</sup>

A população e os membros da Guarda Nacional se juntaram às mulheres e cada vez mais cercavam as tropas de Versalhes. Muitos soldados já haviam se juntado à população segurando as coronhas dos fuzis para cima. O general Lecomte deu ordem de abrir fogo contra os soldados desertores, os guardas e a população que lhes acompanhava. A ordem, entretanto, não foi cumprida. A multidão se confraternizava. Lecomte e seus oficiais foram presos. O movimento se espalhou. Por todos os cantos se viam soldados levantando suas coronhas e se juntando à população, poucos canhões foram levados pelo Exército.<sup>107</sup>

Muitos oficiais foram presos, o povo desejava o fuzilamento, mas estes foram mandados para a sede do Comitê Central, que era formado por representantes eleitos de todos os batalhões da Guarda Nacional. Thiers, ao saber dos acontecimentos, fugiu com vários de seus ministros para Versalhes, local em que foi instaurada a sede do governo oficial.

*Vers 10 heures du matin, nous entendîmes des marchands de journaux crier dans les rues: "Surprise, Montmartre attaqué, canons pris, la Garde nationale fraternise avec l'armée, les soldats mettent la crosse en l'air, le général Lecomte est prisonnier!"*<sup>108</sup>

Durante todo o dia a Guarda Nacional, agora apoiada por batalhões do exército, tomou o controle das instituições do governo. Então, o único órgão que detinha algum

<sup>106</sup> MICHEL, Louise. **A Comuna**, v. 1. Lisboa, Presença, 1971. p. 146.

<sup>107</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991.

<sup>108</sup> BROCHER, Victorine. **Souvenirs d'une morte vivante**: une femme du peuple dans la Commune de 1871. Montreuil: Libertalia, 2017. p. 183.

poder e era respeitado pelos federados (guardas nacionais e exército leais a Paris) era o Comitê Central. Estes foram conduzidos ao Hôtel de Ville onde, a contragosto, por não se acharem eleitos para tanto, começaram a organizar os serviços mais básicos abandonados pelo governo. A bandeira vermelha foi hasteada e desde de manhã se ouviu por Paris gritos de “Vive la Commune”. Nasceu a república social, realizada por operários, e não conduzida por tecnocratas ou alguma parcela da burguesia. Por isso esses operários não poderiam simplesmente apossar-se da máquina do Estado de organização burguesa. Novas instituições de organização foram criadas no desenrolar dos acontecimentos. Não foram criadas por um pensamento iluminado de algum filósofo, mas, sim, inspiradas pela prática revolucionária. Tais instituições demonstravam o caráter inovador da organização proletária.<sup>109</sup> “Thiers et les généraux se retirèrent précipitamment à Versailles avec les troupes qui leur restaient. Paris avait été plus abandonné qu’il ne s’était.”<sup>110</sup>

A condição da população parisiense, composta, em sua maioria, por trabalhadores pobres, que durante todo o Império sofreram com a repressão de Napoleão III, só piorou com a guerra franco-prussiana. A falta de alimentos, a presença do exército inimigo nas portas de Paris e a traição – assim por eles considerada – do governo de defesa nacional levaram os parisienses a reagir. Após a instauração completamente espontânea da Comuna, em 18 de março, o que ainda existia da presença do Estado foi retirada da cidade por Thiers. É nesse momento que se instaura um autogoverno na capital francesa. Uma gestão ainda sem um modelo estabelecido, que foi se definindo à medida em que era construída pela população.

Todo o evento da Comuna de Paris foi pautado pela ação coletiva do povo parisiense no controle da gestão da cidade, contudo algumas pessoas acabaram por se destacar na história e merecem uma menção. Dentre estas pessoas, escolheu-se Louis Eugène Varlin, devido a sua dedicação e importância para o movimento operário francês e a Comuna de Paris. Tal escolha baseia-se também, na importância dada a Varlin pelas fontes utilizadas.

Nascido em 1839, em uma família modesta de camponeses, com ativa participação nos eventos revolucionários de 1789 até as jornadas de 1848, em defesa da república. Estudou até os 13 anos, o que foi de grande importância quando foi para

---

<sup>109</sup> MARX, Karl. **A Guerra Civil em França**. Lisboa-Moscú: Avante, 1983.

<sup>110</sup> TOMBS, Robert. **Paris bivouac des révolutions**: la commune de 1871. Montreuil: Libertalia, 2014.

Paris para aprender o ofício de encadernador, tendo se habilitado em 1854. Como operário se tornou notório por suas qualidades profissionais. Voltou a estudar em 1860, tendo frequentado alguns cursos na Sourbonne, e nos anos seguintes se dedicou, de forma autodidata, a estudos de questões jurídicas.<sup>111</sup>

Desde muito jovem, com 18 anos, atuou em organizações do movimento operário francês, onde se juntou a Sociedade dos Encadernadores, participando e liderando greves dos encadernadores. Nas greves defendia pautas imediatas, como o melhoramento das condições de vida, mas já demonstrava um entendimento de objetivos maiores dentro do movimento operário. Sua prática política e reputação dentre os proletários parisienses o levaram a fazer parte desde o início da AIT, como já foi demonstrado no capítulo anterior.

Voici Eugène Varlin en grève, car en 1864, les grèves, que l'on appelle encore coalitions, ne sont plus inter- dites. Et le voici, dès 1865, membre de la toute jeune Association internationale des travailleurs, qui vient de se fonder à Londres.<sup>112</sup>

Em questões teóricas, Varlin, assim como a maioria da Sessão parisienses da AIT, foi discípulo das teorias proudhonianas, mas diferenciava-se do mutualismo de Toulin. Defendia a educação da população como importante para os trabalhadores, inclusive a instrução de um ofício.

Varlin foi membro da Guarda Nacional e membro do Comitê Central, com ação direta na insurreição de 18 de março. Durante a Comuna de Paris foi um membro ativo da gestão comunal, tendo sido eleito em 3 *arrondissements*. Mesmo sendo um dos membros do Conselho Central da Comuna, ele lutou nas ruas de Paris como um soldado comum, sua notoriedade no movimento operário acabou por torná-lo um alvo. Sua morte foi descrita em várias fontes, a brutalidade com que o atacaram demonstra o ódio que tinham pelo que a Comuna representava.

Infelizmente Varlin não escaparia. No domingo, 28, na Place Cadet, um padre o reconheceu e foi correndo buscar um oficial. O tenente Sicre deteve Varlin, atou-lhe as mãos às costas, encaminhando-o às Buttes, onde estava o general De Laveaucoupet. Aquele Varlin que arriscava a vida para salvar os reféns da Rue Haxo foi arrastado mais de uma hora pelas ruas escarpas de Montmartre. Sob uma chuva de golpes, sua jovem cabeça meditativa, que só tivera pensamentos fraternos, converteu-se em um montão de carne informe, com um olho pendendo da órbita. Quando chegou à Rue des Rosiers, ao Estado-Maior, já não caminhava, era carregado. Sentaram-no para o fuzilamento. Os soldados destroçaram o cadáver a coronhadas. Sicre roubou seu relógio e se enfeitou com ele.<sup>113</sup>

<sup>111</sup> PINTO, J. A. DA C. Louis-Eugène Varlin e a Comuna de Paris (1871). **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 118, p. 46-55, 1 mar. 2011.

<sup>112</sup> AUDIN, Michèle. **Eugène Varlin, ouvrier relieur 1839-1871**. Libertalia: Paris, 2019. p. 11.

<sup>113</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991, p. 294.



### **2.3.1 As tentativas nas províncias**

Na manhã do dia 22 de março, em Lyon, numa reunião de delegados da Guarda Nacional, votaram a favor da República e contra Versalhes, esse movimento se iniciou apoiado nos acontecimentos de Paris. Os delegados reuniram seus batalhões da Guarda Nacional e, apoiados por uma multidão, tomaram o palácio do governo, votaram um conselho comunal. Mas a comuna de Lyon não tinha a imensa base popular e seus líderes eram inexperientes. A resistência não precisou nem mesmo agir de fato; juntou alguns batalhões e ameaçou o conselho que, sem base popular de apoio efetivo, teve de deixar o governo. Na noite do dia 24 a comuna de Lyon deixou de existir.

Em outras cidades francesas também houve tentativas de instauração de uma comuna, como meio de controle municipal das instituições e de manter a República ante o perigo monárquico e o agressor estrangeiro. Além de Lyon, dentre as províncias, Saint-Etienne, Creusot, Marselha, Toulon e Narbonne chegaram a instaurar a comunas, mas sem o apoio mássico da população foram insurreições efêmeras.

Nessas cidades, que eram em sua maioria centros industriais, os movimentos trabalhista e socialista não tinham a mesma força dos da capital. A continuidade dessas insurreições nas províncias teria fortalecido a Comuna de Paris, pois, enfraqueceria Versalhes que teria de dividir as tropas para conter várias comunas.<sup>114</sup>

### **2.4 A Comuna se organiza**

Essa conjuntura de eventos fortalece a proposta deste estudo de que os trabalhadores, impelidos pelo momento revolucionário, e, no caso especial da Comuna, pela ausência do Estado, criaram de forma autônoma instituições de autogoverno que são em sua própria essência uma forma diferente do Estado burguês.

Montmatre, Belleville e outros bairros plebeus da periferia tomaram a vitória em 18 de março como sua, proclamando uma revolução que desafiaria o governo provisório conservador existente. Eles desceram das colinas para desfilarem triunfalmente na Place de l'Hôtel de Ville e nos bulevares do centro de Paris. A organização e a militância continuaram firmemente baseadas no contexto da ação de bairro.<sup>115</sup>

---

<sup>114</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991.

<sup>115</sup> Idem. p. 65.

A insurreição do dia 18 de março foi feita pelo povo, trabalhadores dos bairros pobres que se colocaram frente ao exército para defender as armas da Guarda Nacional. A revolução que se seguiu não foi diferente, em cada bairro os parisienses participavam ativamente do governo comunal através dos comitês e clubes espalhados por cada *arrondissement*.

É nesse contexto, de modo espontâneo, que foram se formando as instituições de controle coletivo do Estado sem que houvesse anteriormente um plano bem traçado de como governar uma cidade, ou mesmo um direcionamento ideológico claro, uma vez que os próprios projetos ideológicos, seja quanto ao controle dos trabalhadores, seja na questão política ou econômica, ainda estavam em fase inicial. O formato de tais instituições já havia sido formado desde o ano anterior, mas é no contexto da Comuna que, pela necessidade de gerir a cidade, as instituições de gestão coletiva funcionaram na prática.

Tais projetos careciam de uma experiência prática para embasar suas ideias e a Comuna de Paris foi justamente essa experiência. É nesse sentido que ela, por ser o primeiro autogoverno de trabalhadores, se tornou extremamente importante. É visível que posteriormente ao evento o assunto foi intensamente discutido tanto por comunistas quanto por anarquistas, havendo até certo ponto uma concordância entre as duas vertentes.

A Comuna de Paris e seu governo, eleito em 26 de março, não fora composto unicamente por uma vertente ideológica ou uma única classe social, descrita, de forma geral, como uma revolução proletária pela maioria dos autores, devido ao caráter popular e à grande participação de uma maioria de trabalhadores na gestão da cidade.

A multiplicidade de interpretações a que a Comuna esteve sujeita e a multiplicidade de interesses que a explicaram em seu favor mostram que ela era uma forma política inteiramente expansiva, ao passo que todas as formas anteriores de governo têm sido marcadamente repressivas. Era este o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho.<sup>116</sup>

No entanto, a Comuna não foi um evento uníssono. Operários, intelectuais e uma pequena-burguesia compuseram o corpo de eleitos e eleitores. Estes tinham visões muito diferentes do que deveria ser feito e os rumos que deveria tomar a municipalidade de Paris, o que, certamente, implicaria nos rumos da Comuna. Muitos

---

<sup>116</sup> MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**, v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 406.

viam a insurreição unicamente como uma defesa patriótica da cidade contra o invasor estrangeiro e o governo, tido como traidor.

Diversas foram as tendências políticas eleitas pela população no 26 de março: jacobinos, blanquistas, republicanos radicais e alguns membros da burguesia estavam na lista de eleitos. Dentre eles, encontravam-se de trabalhadores conhecidos apenas em seus bairros a nomes ilustres há muito tempo nas revoltas francesas. Assim, proudhonianos e blanquistas, pequeno-burgueses e operários, agora juntos compunham a Assembleia Comunal que tinha o dever de conduzir a revolução.

Apesar das grandes diferenças ideológicas e políticas entre os membros da Comuna, de uma forma geral falava-se em autonomia municipal e uma república social, que traria diversos direitos aos trabalhadores. Mesmo entre os membros anarquistas a visão de conquista de direitos era presente.

A maioria dos eleitos era de tendência centralizadora, e olhavam muitas vezes para a Revolução Francesa como modelo de inspiração. Uma minoria numérica era composta pelos membros da Internacional, que objetivavam outras formas de organização, acreditavam ser o federalismo o caminho para a emancipação dos trabalhadores. Contudo, de uma forma geral, todos eles trabalharam juntos para a efetivação e o avanço da Comuna. Pela própria tradição, blanquistas e jacobinos se ocuparam principalmente dos setores de guerra e defesa, enquanto os federalistas se empenharam em assuntos econômicos e de trabalho.

Ironicamente, o clima de perigo e ameaça patrocinada por Versalhes acabou também por criar a necessidade do diálogo. A urgência ditada pelos acontecimentos, se por um lado solapava partes importantes de alguns projetos específicos dos grupos presentes na Comuna, impunha, por outro, a construção de campos de consenso. Diante do enorme desafio de colocar em marcha a tão sonhada revolução, as singularidades das orientações políticas pareciam menores.<sup>117</sup>

Mesmo que a maior parte dos membros eleitos da Comuna tivessem uma visão política centralizadora e defendessem a formação de uma ditadura, delegando o poder a um pequeno grupo e às vezes nas mãos de apenas um indivíduo, não foi isso que se viu durante os 72 dias em que a Comuna de Paris existiu, salvo a formação, ou reformulação do Comitê de Salvação Pública, em alusão ao órgão jacobino da Revolução do século XVIII.

---

<sup>117</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011. p. 254.

Nessa questão são colocados dois motivos básicos. O primeiro é a ampla participação dos trabalhadores de Paris através das organizações de bairros federadas, câmaras sindicais e cooperativas de produtores. Essas organizações coletivas ajudaram no processo de articulação de uma rede de relações econômicas, subjacentes à tomada do poder político. O segundo, apontado por Koechlin,<sup>118</sup> é de que as teses centralistas de blanquistas e jacobinos perderam sentido dado o contexto de isolamento de Paris e a impossibilidade de uma união nacional; além da frustração com as eleições da Assembleia Nacional, em fevereiro de 1871, que elegeu uma maioria conservadora, chamados de “rurais”, e subordinou a capital às províncias, invertendo as ideias centralistas. Por isso as práticas federalistas tiveram uma maior aceitação.

Na manhã do dia 19, o Comitê Central da Guarda Nacional reuniu-se no Hôtel de Ville, Alguns diziam estar errado estarem na sede do governo, outros queriam marchar sobre Versalhes, Havia uma grande confusão entre aqueles homens que viram o governo de toda Paris lhes cair sobre as costas sem que jamais tivessem imaginado ter todo esse fardo para carregar. O que ficou decidido era que o Comitê Central não tinha o legítimo poder sobre a Comuna. Assim, o primeiro cartaz, que circulou após o 18 de março, conclamava o povo de Paris às urnas para eleger os governantes comunais. Outra preocupação foi a de alimentar a população; nesse sentido conseguiram um crédito no banco de Paris para pagar o soldo da Guarda e outras despesas iniciais imprescindíveis. O chefe do banco não ofereceu resistência em conceder o crédito, pois já estava satisfeito de o banco não ser tomado em nome da Comuna.

Do 18 de Março até a entrada das tropas de Versalhes em Paris, a revolução proletária permaneceu tão livre dos atos de violência em que as revoluções abundam – e mais ainda as contra-revoluções das classes superiores – que aos seus adversários não restaram dados para vociferar contra ela, a não ser a execução dos generais Lecomte e Clément Thomas, e o caso da Place Vendôme.<sup>119</sup>

No dia seguinte à declaração da Comuna pelo Comitê Central da Guarda Nacional, uma reportagem no *Journal Officiel*, controlado pelo governo oficial, em Versalhes, acusou o Comitê Central de tomar a cidade e assassinar o general Lecomte. Perguntam quem seriam as pessoas do Comitê Central, respondem logo

---

<sup>118</sup> Idem, p. 262-266.

<sup>119</sup> MARX, Karl, **A revolução antes da revolução**, v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 391.

abaixo, afirmando serem pessoas que Paris não conhece, e não sabem seus nomes.<sup>120</sup>

No dia 21, em um jornal da Comuna, o *L'Officiel* que os trabalhadores tomaram o controle, uma nota elegia o Comitê Central, seu caráter revolucionário e a presteza e rapidez com que chamaram as eleições. A nota do jornal eleva o caráter proletário daquela revolução que se iniciava em Paris. Vê-se nessa nota que de uma pura defesa republicana, a insurreição tomou um caráter social puramente por ser feita por trabalhadores.<sup>121</sup>

Uma resistência contra a Comuna se formou nas sedes dos 2º e 3º Distritos. Lá estavam alguns representantes dos distritos, alguns deputados, pequeno-burgueses e boa parte do Estado-Maior. Não ofereceram resistência armada pois não tinham essa possibilidade. O Comitê Central os chamou para uma reunião, e logo após, mandou representantes para o 3º Distrito, onde a discussão se alongou e não se chegou a um acordo. Os chefes de distrito queriam a administração da cidade e que Paris se entregasse ao poder “legítimo” que era a Assembleia Nacional, não reconheciam a legitimidade do Comitê Central. Já estes, que estavam no Hôtel de Ville, queriam efetuar as eleições o mais rápido possível e pediam a colaboração dos administradores distritais.

O Comitê Central tentou organizar as eleições o mais rápido possível. Inicialmente as eleições foram chamadas para o dia 22 de março, para que a população da cidade pudesse eleger os representantes comunais que dariam seguimento ao governo. “Le comité central de la garde nationale a convoque pour mercredi prochain, 22 du courant, les électeurs des vingt arrondissements, dans leurs comices, afin de nommer le conseil communal de Paris.”<sup>122</sup>

A eleição que o Comitê havia convocado para o dia 22 de março foi adiada em um dia devido a uma manifestação contra a Comuna. Esta manifestação contou com cerca de mil manifestantes, entre eles jornalistas, deputados e outros administradores, além de batalhões reacionários da Guarda Nacional fiéis a Versalhes. A manifestação foi reprimida na Praça Vendôme quando os manifestantes atacaram federados que faziam a segurança da cidade.

<sup>120</sup> GARNIER, Frères. **Journal de Journaux de la Commune**: tableau résumé de la presse quotidienne, du 19 mars au 24 mai 1871. Paris: Libraires-Éditeurs, 1872.

<sup>121</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991. p. 104.

<sup>122</sup> GARNIER, Frères. **Journal de Journaux de la Commune**: tableau résumé de la presse quotidienne, du 19 mars au 24 mai 1871. Paris: Libraires-Éditeurs, 1872. p. 40.

O jornal em que o Comitê Central publicava seus comunicados avisou do ocorrido e acertou as regras para as eleições.

Le comité central, n'ayant pu établir une entente parfaite avec les maires, se voit forcé de proceder aux élections sans leur concours. En conséquence, le comité arrête: 1° Les élections se feront dans chaque arrondissement par les soins d' une commission électorale nommée à cet effet par le comité central; 2° Les électeurs de la ville de Paris sont convoqués jeudi 23 mars 1871, dans leurs collèges électoraux, à l' effet d'élire le conseil communal de Paris; 3° Le vote se fera au scrutin de liste et par arrondissement;<sup>123</sup>

No dia 23 a eleição não foi realizada e, novamente, adiada para o dia 26 de março. Os deputados e administradores distritais reacionários, contrários ao Comitê Central e à Comuna, ainda formavam uma resistência nas sedes dos distritos. Algumas sedes foram tomadas pelos batalhões federados e outros, quando ameaçados, cederam a um acordo. As eleições foram realizadas no domingo, dia 26 de março. Cartazes foram afixados pela cidade avisando do pleito e dos locais de votação.

Le 26 mars, le comité central, fidèle à ses engagements, déposa entre les mains du peuple son mandat, ayant fini son rôle. Le peuple était sorti de la légalité pour rentrer dans la révolution; c'était son droit, et ce droit lui était contesté par la presse officieuse, qui accusait l'Hôtel de Ville de l'assassinat des deux généraux, quoiqu'il n'y fût pour rien.<sup>124</sup>

A eleição foi um sucesso, um número enorme de pessoas deu sua opinião sobre os líderes da Comuna (287 mil), relativamente um número muito maior do que em fevereiro.<sup>125</sup> Mesmo nos bairros não proletários o número de votantes foi alto, milhares de pessoas desfilaram pelas praças com suas cédulas.

O Comitê Central havia feito muito mais do que o esperado, poderiam sair do Hôtel de Ville com a consciência de terem representado muito bem a Revolução de 18 de março. Tinham conseguido organizar Paris, alimentá-la, conter os reacionários e passar adiante o poder que não lhes era devido. Apesar de não terem se candidatado, alguns membros do Comitê Central, por serem conhecidos em seus bairros e serem representantes já eleitos pelo proletariado que compunha a Guarda Nacional, foram eleitos para compor o governo comunal.

No dia 28 de março Comitê Central passou oficialmente o poder para os eleitos da Comuna, se retirou do Hôtel de Ville, e voltou a ocupar-se principalmente com a

<sup>123</sup> Idem, p. 45.

<sup>124</sup> BROCHER, Victorine. **Souvenirs d'une morte vivante**: une femme du peuple dans la Commune de 1871. Montreuil: Libertalia, 2017. p. 185.

<sup>125</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. História da Comuna de 1871. São Paulo: Ensaio, 1991. p. 117.

organização da Guarda Nacional. A posse dos eleitos se deu em clima de festa e esperança, milhares de pessoas acompanharam o evento. Os representantes eleitos pelos insurretos de Paris começaram a organizar o governo revolucionário. Os eleitos do dia 26 representavam os votos dos vinte distritos de Paris. Alguns deles eram velhos conhecidos do movimento revolucionário francês, e outros, conhecidos apenas em seus bairros ou federações. Dentre os eleitos houve os que não puderam assumir o cargo, como Blanqui, que fora preso um dia antes da insurreição. Outros não apareceram para assumir os cargos, eram representantes dos bairros mais ricos do oeste e não quiseram fazer parte da insurreição que se transformava em revolução social.

A Assembleia dividiu-se em comissões encarregadas dos diferentes serviços: Comissões Militar, das Finanças, da Justiça, da Segurança Geral, do Trabalho e do Comércio, da Subsistência, das Relações Exteriores, dos Serviços Públicos, da Educação. Foi nomeada por um mês uma Comissão Executiva.<sup>126</sup>

#### **2.4.1 O autogoverno da Comuna**

O governo comunal tinha, aparentemente, uma formação tradicional estatal de uma prefeitura, e assim ele nasceu. No entanto, não estava hierarquicamente subordinado a instâncias superiores convertendo-se, então, em uma reformulação das relações entre o poder e a sociedade. Desenvolveu, conjuntamente a outros poderes municipais coletivos, uma forma que se fez desnecessária à maquinaria do Estado burguês, visto que tal formato de Estado estava se desmanchando, com fugas e abandonos de cargos. Os trabalhadores assumiram diversas funções e as modificaram. Para que essa dissolução se tornasse efetiva e duradora, seria necessária uma mudança profunda no conceito de governo, algo que não foi possível confirmar sua completa funcionalidade a longo prazo, devido ao curto período de existência da Comuna.

A Comuna governou por uma estrutura federada onde delegados dos vinte distritos formavam comissões de trabalho. Era um órgão simultaneamente legislativo e executivo e funcionava de forma descentralizada, com suas representações pelos bairros, rompendo assim com a divisão clássica tripartite.

A aparente centralização de poderes, ao menos nas primeiras semanas, era na realidade um sutil equilíbrio de funções, repartidas entre os componentes das comissões, de forma a possibilitar a gestão das questões de interesse social, político e econômico. Configurava-se em uma tentativa,

<sup>126</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991. p. 137.

em potência, de instituir um tipo de poder indiviso, a partir do qual as funções sociais, antes atribuídas por uma ordem de privilégios, se diluíssem na representação horizontal, admitida e patrocinada pelo conjunto da sociedade.<sup>127</sup>

As diversas comissões formadas tiveram atuações distintas, com sucessos e falhas, sempre condicionadas pela guerra civil, pelo sítio feito pelos prussianos, e pela falta de experiência em alguns serviços gerada pela deficiência de mão de obra especializada. As unidades políticas federadas e a ideia de uma propriedade social nas unidades de produção e nas moradias abandonadas foram características essenciais da insurreição. No entanto, cuidava-se para garantir indenizações, mesmo que futuras, para as propriedades coletivizadas.

Cabe salientar que a autogestão não se resume à economia e à posse das empresas. Ela também existe em outros campos como o consumo, o sindical, o político etc. Suas características também são as mesmas: democracia direta, controle dos representantes pelos representados, revogabilidade dos cargos a qualquer momento, federalismo, descentralização, controle das instâncias superiores pelas inferiores etc. A autogestão também não pode existir em um determinado campo de forma isolada, de modo que sua existência na economia é ao mesmo tempo a causa e a consequência da autogestão em outros campos, como campo político.<sup>128</sup>

Não utilizar-se-á aqui o termo autogestão, apesar de ele aparecer em alguns estudos, para não cairmos em anacronismos ou imprecisões teóricas. Contudo, é possível visualizar que existem algumas paridades quanto às práticas da Comuna de Paris e o conceito de autogestão.

O Comitê Central da Guarda Nacional, que comandou a cidade nos primeiros dias da Comuna, tentou apenas manter a população, organizando pagamentos e as eleições. Não expropriaram o Banco da França ou coletivizaram as fábricas e oficinas. Também não planejaram um ataque a Versalhes, apesar de haver propostas para isto. Esse respeito à propriedade privada se estendeu por todo o período da Comuna.

Após as eleições, o governo da Comuna foi passado para os eleitos e o Comitê Central se ocupou da defesa contra os versalheses. O bombardeio de Paris e os combates começaram logo. Desde o início o plano de Thiers era destruir a Comuna, sem abrir qualquer possibilidade de negociação. Ele via na Comuna a revolução social, o comunismo que tanto odiava.

<sup>127</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011. p. 252-253.

<sup>128</sup> POMINI, Igor Pasquini. **Revolução Espanhola**: uma análise dos processos autogestionários (1936-1939), 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. p. 32.



A estrutura do governo comunal foi formada por representantes dos vinte bairros que compunham a cidade, quase setenta delegados, os quais organizaram uma comissão executiva e diversas comissões de trabalho que se estendiam pelos bairros, abarcando outros membros e funcionários. Formaram, assim, um autogoverno onde os poderes executivo e legislativo não estavam divididos, mas juntos e descentralizados.

A Comuna foi formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários bairros da cidade, responsáveis e revogáveis em qualquer momento. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna havia de ser não um corpo parlamentar, mas operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo.<sup>129</sup>

Vemos em algumas declarações feitas pelos membros da Comuna esse caráter inovador, que rompia com a organização hierarquizada do Estado burguês. Muitos desses planos e ideias nunca puderam ser completamente postos em prática devido ao curto tempo de existência do governo autônomo de Paris e do constante estado de guerra.

Os membros da Comuna em sua “Declaração ao Povo Francês”, publicada no dia 19 de abril, em um jornal dirigido pelos trabalhadores, definiram algumas formas de controle dos trabalhadores sobre a burocracia, organizadas em três pontos básicos. O primeiro é o sufrágio geral para funcionários e representantes, visando excluir interesses pessoais. A segunda forma de concretização do controle dos trabalhadores era o chamado Mandato Imperativo, que consistia na ideia de que os funcionários e representantes eram subordinados à população e não a algum superior, obrigando estes a atender as demandas dos trabalhadores e destruindo assim a hierarquia estatal. O terceiro ponto de controle coletivo da burocracia é a revogabilidade, a qualquer momento, dos que deixassem de, por algum motivo, aplicar as suas decisões. Esta medida era de extrema importância para a gestão coletiva do Estado, uma vez que sua efetiva aplicação impediria a possibilidade de uma separação de uma elite estatal e os trabalhadores.<sup>130</sup>

Ainda no mesmo documento foi declarada a autonomia total da Comuna e seu direito ao autogoverno, que a Comuna existe como forma de representar os desejos

<sup>129</sup> MARX, Karl, **A revolução antes da revolução**, v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 402.

<sup>130</sup> MARTORANO, L. C. Elementos do Estado Socialista na Comuna de Paris. In: BOITO JR., Armando (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 72-75.

da população parisiense e as aspirações do movimento do dia 18 de março, e a república como única forma de governo compatível com os direitos do povo.

Les droits inhérents à la Commune sont: Le vote du budget communal, recettes et dépenses; la fixation et la répartition de l'imôt; la Direction des services locaux; l'organisation de sa magistrature, et de la police intérieure et de l'enseignement; l'administration de biens appartenant à la Commune. LE choix par l'élection ou le concours, avec la responsabilité, et le droit permanent de contrôle et révocation des magistrats ou fonctionnaires communaux de tous ordres. La garantie absolue de la liberté individuelle, de la liberté de conscience et la liberté de travail. L'intervention permanente des citoyens dans les affaires communales par la libre manifestation de leurs idées, la libre défense de leurs intérêts... L'organisation de la défense urbaine et la Garde nationale, qui élit ses chefs et veille seule au maintien de l'ordre dans la Cité.<sup>131</sup>

Apesar de eleito um governo central da Comuna, não existia uma autoridade máxima e total, ou mesmo um líder para todos seguirem. A pluralidade dos eleitos e da população parisiense enfatizou a divisão ao invés da centralização do poder. Mesmo as decisões tomadas pelo governo central da Comuna dependiam das pessoas de cada *mairie* para serem implantadas, do modo que o poder de governo ficava dissolvido. Em cada um dos vinte distritos de Paris havia uma *mairie*, que era como uma subprefeitura.

As decisões e organizações tomadas em cada distrito, feitas pela população de cada bairro, e em organizações populares, onde se instituiu uma democracia direta, modificou a hierarquização das instituições de governo, tornando-as diferentes do modelo de Estado burguês. Durante o período do Governo Provisório e da Comuna de Paris, decisões e proposições dos cidadãos eram feitas nas *mairies* de cada distrito.

Dentro dessas decisões, pode-se elencar proposições acerca de questões de governo e trabalho: eleições da Guarda Nacional, um censo feito nos vinte distritos para organizar os funcionários das *mairies* durante a Comuna, participações no sistema de ensino, como definições de cargos.<sup>132</sup>

Além de decisões gerais, em cada distrito, também eram organizadas: as eleições, o funcionamento da delegação municipal da Comuna, a lista de eleitores para o Comitê Central e requisições da Guarda Nacional. O funcionamento de serviços de racionamento e distribuição de alimentos, organização de alojamentos

<sup>131</sup> COMMUNE DE PARIS, 1871. **Déclaration au peuple français**. Affiche, n. 170, Paris, 19 de abril de 1871. p&b, 110 x 72 cm.

<sup>132</sup> ARCHIVES DE PARIS. **Mairies des vints arrondissements anciens de Paris**: Dossiers (1860–1925), 1982.

para desabrigados pela guerra, serviços de assistência aos indigentes e serviços médicos e de ambulância.<sup>133</sup>

As comissões formadas pelo Governo Central da Comuna se dividiam e se espalhavam por toda a cidade, tendo membros eleitos nas *mairies* de cada distrito. Isso, somado a outras normas de revogabilidade e do mandato imperativo, formaram um novo formato administrativo, sem a hierarquia e a burocracia características do Estado burguês. A divisão dessas comissões se dava devido à necessidade de organização da cidade e da manutenção da guerra, como por exemplo a formação de uma *commission des barricades*, sendo esta parte de um ministério de trabalhos públicos.<sup>134</sup>

Essa dissolução do poder central pelos bairros é vista na liberdade, autoridade e ampla participação das comissões em cada *arrondissement*. Como por exemplo as proposições e decisões tomadas pela Maison Communale du XX<sup>e</sup> arrondissement, no dia 3 de abril, e do 10<sup>o</sup>, no dia 22 do mesmo mês, sobre a organização da educação na Comuna.<sup>135</sup>

Apesar das *mairies* parisienses terem normalmente uma função administrativa em períodos comuns de governo, durante a Comuna, essas instituições deixaram de ter apenas um caráter burocrático na hierarquia do governo da cidade e passaram a fazer parte das decisões e das ações práticas de Paris. Mesmo havendo um comitê central, devido ao fato dele se organizar conjuntamente em poder legislativo e executivo, além das diversas comissões que tinham seu poder dissolvido pelos bairros.

Os clubes políticos, outra tradição parisiense, acabara se tornando outro órgão de controle da população. Nesses clubes se reuniam muitos dos moradores do bairro onde era sediado o clube. Neles se discutia a vida da Comuna, debatiam-se as ações do Conselho, fazia-se denúncias e propostas. Muitos dos participantes dos clubes eram funcionários da Comuna, e havia uma pressão para que os dirigentes participassem das reuniões e respondessem diretamente suas propostas.

---

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> COMMISSION DES BARRICADES. **Laissez passer M. Alphonse Hirsch**. Manuscrits et feuillets relatifs à la Guerre de 1870, au Siège de Paris et à la Commune. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bd6t52521586/f1.item.r=manuscrits%20commune%201871>. Acesso em: 7 jan. 2022.

<sup>135</sup> ROUGERIE, Jacques. **Paris Libre 1871**. Paris: Seuil, 1971. p. 168-170.

Durante a Comuna não houve uma absoluta centralidade do poder. Apesar da existência de um governo central com representantes eleitos, eles não eram os únicos com poder de decisão. Mesmo tendo deixado o controle da Comuna após as eleições, o Comitê Central da Guarda Nacional continuou presente e influenciando o andamento da revolução. Existiam ainda outras instituições, também de eleitos em seus bairros, participando da gestão da Comuna. Se isso, por um lado, fez que com que não houvesse um abuso do poder por parte de uns poucos eleitos no governo central, por outro, também gerou uma desarticulação e falta de foco e organização em muitos pontos durante a Comuna, como, por exemplo na polícia e defesa. “A Comuna permaneceu presa ao legalismo e não confiscou fundos do Banco da França, o que poderia ter feito facilmente, mas começou a cunhar suas próprias moedas em meados de abril.”<sup>136</sup>

Mesmo com o fato de muitos membros da Comuna terem um posicionamento contrário à propriedade privada, durante os meses de existência da revolução, preferiram manter a legalidade da propriedade. Os socialistas defendiam que os trabalhadores deveriam ter o controle das ferramentas de seu trabalho.<sup>137</sup> Não confiscaram o dinheiro do banco e não tomaram as fábricas e oficinas, ou seja, tomaram para si o poder político do Estado, mas não o controle econômico da sociedade. Portanto, as mudanças implantadas pelos *communards* não constituíram um novo formato econômico, fundado nas coletivizações do trabalho e da propriedade, mas sim no sentido de um formato de governo e de Estado. Essa preocupação em tomar primeiramente o poder do Estado e, posteriormente, utilizar o Estado como uma ferramenta de controle da sociedade, modificar a economia era parte do ideal blanquista.

Devido ao grande número de trabalhadores pobres que participava da Comuna, e de uma ideologia socialista presente em muitos indivíduos e instituições, as questões de trabalho e as sociais eram importantes. Apesar de não haver um plano concreto para a abolição da propriedade privada e instauração de coletividades, ou mesmo um consenso quanto ao assunto, algumas ações demonstravam um direcionamento na questão. As práticas de democracia direta que eram usadas nas instituições políticas, também se faziam valer em unidades de produção. Havia

---

<sup>136</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 77.

<sup>137</sup> ROUGERIE, Jacques. **Paris Libre 1871**. Paris: Seuil, 1971. p. 78.

também discursos sobre a abolição da propriedade privada e instauração de federações, principalmente por parte dos proudhonianos.

Os regulamentos estabelecidos por uma oficina montada no Louvre para consertar e reformar armas refletem o modo como alguns trabalhadores previam a manufatura funcionando no futuro. Os mestres e seus subordinados imediatos (que supervisionavam os tornos) seriam eleitos, assim como as unidades da Guarda Nacional elegiam oficiais. Eles também determinariam as responsabilidades do conselho administrativo – formado por gerente, mestre, seu subordinado imediato e um trabalhador “eleito em cada bancada de trabalho” -, que fixaria salários e rendimentos e asseguraria que o dia de trabalho não passasse de dez horas.<sup>138</sup>

Apesar de não ter atacado diretamente a propriedade privada e estabelecer a propriedade e produção coletivas, a gestão da Comuna procurou, através de algumas medidas, atenuar a pressão do capital sobre a população. Como exemplo pode-se citar o congelamento e cancelamento dos aluguéis na cidade, medida muito criticada pelos proprietários. Apesar de que alguns dos socialistas desejavam abolir a propriedade privada, as divisões ideológicas e táticas da Comuna impediram um grande avanço nesse ponto. Nos planos blanquistas a abolição da propriedade era uma tarefa posterior à tomada do Estado e à sua consolidação. Para muitos *communards* a propriedade privada deveria ser mantida, e desejavam a instauração de uma república social, que fosse mais justa com os trabalhadores.

Considerando as circunstâncias e as divisões ideológicas entre os líderes *communards*, não é surpresa que não tenha havido nenhuma tentativa séria de transformar a economia, apesar da participação de socialistas, que em última análise queriam que os trabalhadores tivessem o controle sobre as ferramentas de suas profissões. Mas a maioria dos *communards* aceitava a ideia de propriedade privada. Além disso, para os blanquistas, uma revolução social completa teria de esperar até que o poder político fosse assegurado.<sup>139</sup>

As deficiências na organização por parte, principalmente, da Assembleia da Comuna traziam vários problemas para a continuidade da Revolução. Estas deficiências na frente de batalha provocavam deserções, acabavam com a disciplina das tropas e levavam, ao fracasso algumas incursões. Em Paris, a Assembleia deixou a desejar e o Comitê Central se apressou em deixar o poder, passou a disputar em certas questões com a Assembleia.

A Comissão de Finanças passou por diversos problemas para manter a cidade de Paris funcionando, muitos dos serviços públicos tinham sido abandonados. Com imenso gasto com a guerra, o enorme número de desempregados – que passam a depender a assistência pública – e a decisão de não desapropriar o Banco de Paris;

<sup>138</sup> MERRIMAN, John. op. cit., p. 103.

<sup>139</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 104-105.

a Comissão de finanças só pôde contar com algumas empresas públicas para manter seu caixa em vista dos gastos que tinha. Alguns serviços ligados a essa comissão foram muito bem reorganizados, mesmo com as deficiências administrativas, após muitos de seus funcionários habituais terem deixado seus cargos, muitos fugindo para Versalhes. Os correios, a casa da moeda, a assistência pública, os telégrafos e a imprensa oficial são exemplos desses serviços. Voltaram a funcionar em poucos dias, controlados por operários ou pelo proletariado dos funcionários.<sup>140</sup>

Mesmo funcionando como uma organização aparentemente comum de um município, com eleições e formação de um governo central com representantes eleitos, a gestão da Comuna teve um caráter diferente. Com as divisões políticas e ideológicas no seio da Comuna, a guerra constante, a falta de um projeto concreto para a revolução, a falta de preparo dos combatentes, as ações do autogoverno da Comuna não eram feitas de maneira centralizada, de cima para baixo. Salvo alguns eventos, como a recriação do Comitê de Salvação Pública. A organização da gestão foi dissolvida e a participação da população no governo foi constante e direta.

Durante a Comuna, essas *mairies* se tornaram grandes centros de atividades locais. Além das ações de gestão local, o que atraía um grande número de pessoas, ainda ocorria um comércio de alimentos a preços baixos. Dependendo da disponibilidade também eram distribuídos suprimentos para as viúvas e desempregados.

Nas *mairies* também eram feitos casamentos e se resolviam outras pendências. Relatos de funcionários demonstram que o trabalho era intenso e a população mais pobre dependia desses serviços. Alguns dos funcionários ainda acumulavam funções, Benoît Malon, membro da AIT, era um dos membros do Conselho da Comuna e atuava nos distritos.<sup>141</sup> Sutter-Laumann e seu pai eram membros da Guarda Nacional e trabalhavam na *mairie* do 18º Distrito, comparecendo as reuniões do batalhão e dos clubes.<sup>142</sup>

Dentro da Comuna houve uma dissolução do poder. Havia os representantes eleitos para o governo comunal, mas estes não eram os únicos. Mesmo tendo deixado o controle da Comuna, após as eleições, o Comitê Central da Guarda Nacional

<sup>140</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991.

<sup>141</sup> MALON, B. **La troisième défaite du prolétariat français**. Paris: Neuchatel, 1871.

<sup>142</sup> SUTTER-LAUMANN. **Histoire d'un trente sous (1870-1871)**. Paris: Albert Savine, 1891. (Nouvelle Librairie Parisienne).

continuou presente e influenciando o andamento da revolução. Existiam ainda outros órgãos e instituições, como o Comité Central Republicaine de Vingt Arrondissements, também de eleitos em cada bairro.

Devido a diversos fatores, o governo central da Comuna teve grandes dificuldades de exercer um real controle sobre a cidade. Foi nos *arrondissements* que ocorreram reuniões menores com membros eleitos locais e muitos membros dos clubes de Paris que se decidiam e executavam as ações necessárias. Se, por um lado, essa dissolução do poder fez com que houvesse uma real participação – e aí mora a grande inovação da Comuna – gerando um autogoverno na cidade e impossibilitando a usurpação do poder popular e o autofavorecimento, tão comuns no Estado burguês; por outro lado, a falta de um governo centralizado e único ajudou na destruição e falta de organização para combater Thiers e a Assembleia Nacional em Versalhes.

Todo esse esforço nem sempre era o suficiente, a Comuna sofreu com várias deficiências durante seus 72 dias de existência. Alguns serviços não funcionavam corretamente, faltavam alimentos e mão de obra especializada na administração das instituições. Com o avanço dos combates, o número de mortos aumentava e na mesma proporção cresciam os números de viúvas e órfãos. A Comuna não conseguiu cuidar de todos.

As deficiências na organização por parte, principalmente, da Assembleia da Comuna traziam vários problemas para a continuidade da Revolução. Estas deficiências na frente de batalha provocavam deserções, acabavam com a disciplina das tropas e levavam ao fracasso algumas incursões. Em Paris, a Assembleia era insuficiente e o Comité Central, que tinha se apressado em deixar o poder, entrou em disputa com os eleitos de março.

A Comissão de Finanças passou por diversos problemas para manter a cidade de Paris funcionando, diversos serviços públicos tinham sido abandonados pelos funcionários habituais, e nem sempre havia alguém qualificado e disponível para o trabalho. Com o imenso gasto com a guerra, o enorme número de desempregados – que passam a depender da assistência pública – e a decisão de não desapropriar o Banco de Paris; a Comissão de finanças só pôde contar com algumas empresas públicas para manter seu caixa em vista dos gastos que tinha. Alguns serviços ligados a essa comissão foram muito bem reorganizados, mesmo com as deficiências administrativas, após muitos de seus funcionários habituais terem deixado seus

cargos e fugido para Versalhes. Os correios, a casa da moeda, a assistência pública, os telégrafos e a imprensa oficial são exemplos desses serviços. Voltaram a funcionar em poucos dias, controlados por operários ou pelo proletariado dos funcionários.

Já o Serviço de Guerra não conseguiu se organizar desde o 18 de março. Diversas entidades se embatiam no comando, indo cada uma para um lado, deixando batalhões sem armamento e víveres, enquanto outros eram abastecidos duas vezes. Nem mesmo a contabilidade dos recursos e do número de homens foi feita corretamente. Estes erros ocorriam pelo fato de que diversos homens designados para comandar os batalhões da Comuna eram militares profissionais e republicanos moderados. Não lutaram pela Revolução, e sim pela não-capitulação de Paris; defenderam a Comuna por acharem que Versalhes tinha traído a França. Não tinham em si a liberdade e a solidariedade proletária, comandavam os *communards* como se fossem um exército regular, e não uma milícia revolucionária. Tentaram implementar a hierarquia de comando irrestrito à autoridade, quando a luta da classe proletária almejava vencer essas formas de organização. Esse também foi um erro da Assembleia.

A Delegação de Relações Exteriores, assim como a Comissão de Guerra, errou demasiadamente em suas funções. Diversos foram os pedidos, de vários lugares da França, para o envio de delegados da Comuna, para esclarecer o que ocorria em Paris. Enquanto Thiers enganava as províncias com seus informes, a Delegação contentou-se em enviar apenas alguns representantes sem conhecimento dos locais. O despacho de documentos foi em número reduzido e poucos realmente esclarecedores. Esqueceram-se totalmente dos outros países, onde a esquerda europeia esperava ansiosa por notícias de Paris.

A organização da Justiça também foi pouco mudada dos moldes da burguesia. Os avanços no campo da educação são apenas visíveis em decretos e planos feitos para as escolas de Paris. Neles, pode-se encontrar conceitos de igualdade social e de educação integral, que procuravam aproximar a educação acadêmica, da moral e do trabalho. Não houve tempo para resultados ou grandes inovações, apesar de na Comuna existirem educadores como Louise Michel.<sup>143</sup>

A Delegação do Trabalho e do Comércio obteve vários avanços e conquistas. Formada principalmente por socialistas revolucionários, promulgou decretos que

---

<sup>143</sup> ERSON, O. **Comuna e transformações**. In: **A Comuna de Paris de 1871**. São Paulo: Ícone 2002. p 59-64.



aliviavam a situação dos trabalhadores, ordenou as fábricas abandonadas e as colocou sob a direção dos próprios trabalhadores, igualou salários e rumava para uma sociabilização da produção. Em um de seus decretos lia-se:

Fica bem claro que à liquidação da Casa Municipal de Penhor deve suceder uma organização social que dê aos trabalhadores garantias reais de socorro e apoio em caso de desemprego. A implantação da Comuna prescreve novas instituições reparadoras que protejam o trabalhador da exploração do capital.<sup>144</sup>

A Delegação do Trabalho e do Comércio também cometeu suas falhas – como não tomar todas as fábricas de Paris em nome da Comuna, e fazer o mesmo que fez com as abandonadas – mas, com certeza, foi a delegação que fez mais pelo trabalhador do que já se havia feito.

Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi logo despojada dos seus atributos políticos e transformada no instrumento da Comuna, responsável e revogável em qualquer momento. O mesmo aconteceu com os funcionários de todos os ramos da administração. Dos membros da Comuna para baixo, o serviço público tinha de ser feito em troca de salários de operários. Os direitos adquiridos e os subsídios de representação dos altos dignatários do Estado desapareceram com os próprios dignatários do Estado. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Não só a administração municipal, mas também toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram entregues nas mãos da Comuna.<sup>145</sup>

## 2.5 A educação na Comuna

Durante o governo de Napoleão III, a Igreja Católica foi novamente colocada em posição de destaque na sociedade, tendo seu poder inflado pelo monarca. Diversas campanhas militares do período estavam ligadas aos interesses do Papa em manter seu poder religioso e secular. Na França, Estado e Igreja se misturavam, e a educação dos jovens, em sua maioria, era função de religiosos. Sendo assim, a luta anticlerical na Comuna estava ligada a seu projeto educacional.

A histórica atuação da Igreja ao lado do Estado e dos mais ricos gerou uma repulsa dos mais pobres quanto à instituição. O iluminismo do século anterior e a Revolução Francesa ensinaram aos franceses ideais anticlericais. A Igreja não teve mais a força de séculos anteriores, mesmo na França, que era um país majoritariamente católico. Os movimentos operários do século XIX reforçaram esse cenário. Parte dessa riqueza e poder ainda se mantinham pela ligação da Igreja com

<sup>144</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991, p. 189.

<sup>145</sup> MARX, Karl, **A revolução antes da revolução**, v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 402-403.

a monarquia. Essa repulsa contra a Igreja se deu particularmente em grandes cidades enquanto no campo os mais pobres continuavam fiéis.

As paróquias dos ricos distritos do oeste gozavam de recursos praticamente inesgotáveis, suas cerimônias religiosas ocorrendo com esplendor e pompa. Essa ostentação servia para acentuar o anticlericalismo, popular nos bairros mais pobres, cujas igrejas eram esparsas, com frequência quase vazias, e onde os padres encontravam cada vez menos fiéis nas fileiras.<sup>146</sup>

Esse anticlericalismo já existia entre os trabalhadores parisienses antes do início da Comuna. E apesar dessa visão, as prisões e execuções de membros da Igreja foram mais uma reação aos ataques de Versalhes do que ações deliberadamente organizadas por um ideal anticlerical. Mesmo assim, as prisões foram em número irrisório se comparadas ao total de membros da Igreja em Paris. A Igreja era vista tradicionalmente como aliada da monarquia e contrária à Revolução Francesa, por isso, e por toda a ostentação e opulência que exibiam as igrejas dos bairros ricos.

Uma vez livre do exército permanente e da polícia, elementos da força física do antigo governo, a Comuna estava deseiosa de quebrar a força espiritual de repressão, o poder dos curas, pelo dismantelamento e expropriação de todas as igrejas enquanto corpos possuidores. Os padres foram devolvidos aos retiros da vida privada, para terem aí o sustento das esmolas dos fiéis, à imitação dos seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições de educação foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo libertas de toda a interferência da Igreja e Estado. Assim, não apenas a educação foi tornada acessível a todos, mas também a própria ciência liberta dos grilhões que os preconceitos de classe e a força governamental lhe tinham imposto.<sup>147</sup>

Algumas ações práticas da Comuna contra a Igreja foram o confisco das propriedades religiosas, as *congregations*, e a aprovação da separação formal entre a Igreja e o Estado, cessando o pagamento dos subsídios do governo às instituições religiosas. Várias ações foram feitas, também, no intuito de laicizar o ensino de Paris, tirando o ensino do controle dos religiosos. Foram relatados a invasão e o fechamento de uma escola dirigida por uma congregação na *rue de Grenelle*, e de crianças desfilando sob a bandeira vermelha e cantando a Marselhesa na abertura de uma escola. Até o mês de maio, a Comuna conseguiu banir o ensino religioso das escolas laicas e abrir mais algumas. Os símbolos religiosos foram tirados das escolas, assim como de hospitais e prisões.<sup>148</sup>

<sup>146</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 129.

<sup>147</sup> MARX, Karl, **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 402.

<sup>148</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 134-135.

A preocupação com a educação não surgiu com a Comuna. Diversos autores, desde Fourier até os congressos da AIT, debateram o tema. Defendiam, de forma geral, uma educação gratuita e acessível a todos, laica, e que preparasse o indivíduo para a vida e o trabalho. Pelo advento da Revolução de 1848, foi publicado um programa de educação socialista. O que rendeu repressão estatal.<sup>149</sup> No jornal *Patrie em danger*, de Blanqui, em 8 de outubro de 1870, foi exposta a preocupação com a educação, além de outras reivindicações e definições que viriam a ser a base do programa da Comuna no ano seguinte. “Instruction gratuite, laïque et obligatoire de l’enfant du peuple”<sup>150</sup>. Havia ainda uma preocupação que as crianças, filhos de operários, frequentassem a escola ao invés de trabalhar nas fábricas com os pais.

Logo no início da Comuna, foi instaurada a Comissão de Ensino, demonstrando a importância do tema para os insurgentes. Essa comissão foi ativa durante todo o período da revolução e teve em sua coordenação o blanquista e membro da AIT, Édouard Vaillant.

En matière d’enseignement, elle institua promptement l’instruction laïque, gratuite, obligatoire, et avantage encore. Dans le climat libertaire du moment, c’était aux municipalités qu’il incomberait de pouvoir aux réformes. LA Commission de l’enseignement, dirigéepar Vaillant, supervisait, s’efforçait de hâter, d’harmoniser l’œuvre.<sup>151</sup>

Além da Comissão de Ensino, a educação da Comuna também teve a participação da população, com reivindicações e contribuições nos *arrondissements*, sobretudo os membros da sociedade da Educação Nova, que se organizaram para debater práticas e reformas educacionais. Os membros desse grupo se reuniram com os membros da Comissão de Ensino e lhes levaram uma declaração, em que defendiam a educação como meio indispensável para a continuidade a longo prazo da revolução.<sup>152</sup>

As ações feitas pela Comuna no campo da educação estão limitadas totalmente pelo fator do curto tempo de existência, apenas 72 dias, pelo constante estado de conflito militar, e o isolamento da cidade no período. Sendo assim, essas ações foram muito mais pontuais do que um completo plano educacional voltado para uma nova sociedade que os revolucionários gostariam de construir. Pode-se, contudo, analisar

<sup>149</sup> LENOIR, Hugues. **A Comuna de Paris e a educação**. São Paulo: Intermezzo, 2018.

<sup>150</sup> ROUGERIE, Jacques. **Paris Libre 1871**. Paris: Seuil, 1971. p. 50.

<sup>151</sup> Idem, p. 169.

<sup>152</sup> LENOIR, Hugues. **A Comuna de Paris e a educação**. São Paulo: Intermezzo, 2018. p. 18-23.

os planos educacionais dos *communards* conjuntamente com as ações pontuais implementadas.

Dentre as ações concretas tomadas pela Comuna no âmbito da educação, temos a preocupação em propiciar vagas nas escolas para as crianças, principalmente nos bairros operários. Como os 1.200 alunos pobres que foram colocados na escola completamente laicizada no 11º Distrito, a abertura de uma escola nova, em 19 de maio, e a abertura de cantinas para as crianças necessitadas.<sup>153</sup>

Houve também um cuidado ao acesso das crianças à escola e a amplitude do ensino a ambos os gêneros. Em um comunicado enviado aos pais, em 16 de abril, pela *mairie* do 3º Distrito, informava-se, no futuro, que todo o material necessário aos estudos das crianças seria fornecido pela Comuna. Ademais, em várias comunicações das comissões há uma ênfase em ressaltar o acesso feminino à educação, inclusive no ensino profissional, que foi igualmente considerado pela Comuna. Uma escola profissional foi aberta em 22 de maio no 5º Distrito, com acesso para crianças de ambos os gêneros, a partir dos 12 anos de idade. A educação profissional seria feita concomitantemente ao ensino regular, e não em sua substituição.<sup>154</sup>

Pensava-se na educação profissional como forma de acesso ao trabalho além da formação de um cidadão completo e apto para a vida. Isso já havia sido discutido e aprovado anteriormente em congressos da AIT onde a educação foi um dos temas. A participação de vários membros da seção parisiense da AIT na Comuna, inclusive Vaillant, tem relação direta nessa questão.

Outra preocupação dos membros da Comuna foi quanto aos alunos em idade pré-escolar. A abertura de creches para os filhos dos operários entrou nos planos da Comissão de Ensino, onde foi apresentada pela Sociedade dos Amigos do Ensino, uma proposta totalmente inovadora para a época quanto à educação infantil. A ideia é que desde a creche, ou seja, em idade pré-escolar, já houvesse a preocupação e a adoção de ações pedagógicas para o ensino, ao invés de somente guardar a criança no período de trabalho dos pais. Esse modelo de educação infantil é usado até hoje.<sup>155</sup>

Conjuntamente com o ensino em idade escolar, a Comuna se ocupou com o ensino e a propagação da cultura para os adultos. A Sorbonne abriu suas portas para

---

<sup>153</sup> Idem, p. 33.

<sup>154</sup> ROUGERIE, Jacques. **Paris Libre 1871**. Paris: Seuil, 1971.

<sup>155</sup> LENOIR, Hugues. **A Comuna de Paris e a educação**. São Paulo: Intermezzo, 2018.

além dos alunos matriculados, e uma biblioteca comunal foi aberta no 13º Distrito. Além disso, os teatros foram abertos à população trabalhadora, pois este era visto como uma forma enriquecedora de cultura.<sup>156</sup>

E, por fim, como uma forma de educação não tradicional, mas popular, e igualmente importante, havia os clubes, que eram espaços para grandes reuniões dos trabalhadores, em que se discutiam questões cotidianas, trabalho e governo. Os contatos, muitas vezes diários entre os trabalhadores engrandecia o conhecimento e gerava um sentimento de solidariedade e união entre eles. Rougerie ressalta a importância dos clubes como local de instrução e propagação das ideias revolucionárias.<sup>157</sup>

De uma forma geral os *communards* tiveram ações e proposições inovadoras quanto à educação, contudo, não houve tempo hábil para uma real efetivação dos planos ou para uma mudança no formato pedagógico, que continuou o mesmo do período anterior.

## 2.6 As mulheres na Comuna

A atuação das mulheres foi de extrema importância. Não só no 18 de março, quando iniciaram o enfrentamento contra as tropas de Versalhes, como em todo período da Comuna. Elas pegaram em armas, foram enfermeiras, paramédicas, além de alimentar os combatentes. Tiveram ampla participação nos projetos educacionais, e, nas comissões de cada distrito, participavam ativamente dos debates e das decisões, chegando a formar grupos só de mulheres para combater os soldados versalheses. No decorrer da Comuna trabalharam muitas vezes como enfermeiras e *ambulancière*, no auxílio médico aos feridos em combates, enfrentando diretamente os momentos de luta para resgatar os soldados. Alix Payen descreveu o momento vivido em Paris e a sua atuação no batalhão que estava na defesa do forte Issy na noite de 17 para 18 de abril, quando as tropas de Versalhes atacaram o forte. Nas correspondências por ela escritas, Alix se dirigiu a seus familiares e aos órgãos oficiais da Comuna.<sup>158</sup>

---

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> ROUGERIE, Jacques. **Paris Libre 1871**. Paris: Seuil, 1971. p. 208.

<sup>158</sup> PAYEN, Alix. **C'est la nuit surtout que le Combat devient furieux**. Montreuil: Libertalia, 2020.

Mesmo antes da insurreição, em 18 de março, a atividade política feminina teve grande importância, com crescente participação nos clubes da cidade. Durante a guerra Franco-Prussiana Louise Michel relatou um imenso esforço por parte das mulheres para manter os serviços a elas atribuídos. Ela descreveu que não havia uma diferenciação de classes no trabalho de auxílio aos feridos nos combates contra os prussianos, tendo ela mesma trabalhado ao lado de mulheres da burguesia. “As mulheres não perguntavam se uma coisa era possível, mas se era útil, se o fosse arranjava-se maneira de realizá-la.”<sup>159</sup> Tal declaração confirma que no período inicial do Governo Provisório, até o armistício, havia um clima de união contra um inimigo em comum.

A intensa movimentação política parisiense entre 1870 e 1871 não ficou restrita aos homens. As mulheres de Paris se organizaram e passaram a exigir direitos de igualdade, tanto política como econômica. Nos clubes da cidade, onde os debates eram intensos, as mulheres defenderam a ideia de que a revolução social só seria completa quando se alcançasse também a igualdade entre homens e mulheres. E que a intensa exploração sofrida pelas mulheres era reflexo da sociedade burguesa autoritária, portanto, deveria ser abolida juntamente com o capitalismo.

As condições de vida das mulheres trabalhadoras em meados do século XIX era ainda pior que a dos homens, sofriam duplamente com a opressão do capital por seus patrões, e a opressão da sociedade. Durante a Comuna as mulheres procuraram modificar tal situação, orgulhosas de seu papel como *citoyennes*, exigiam que fossem tratadas como iguais aos homens, inclusive no dever de combater na Guarda Nacional. Outra exigência foi quanto ao trabalho, reivindicaram a equidade de salários com os homens e a redução das horas de trabalho e a formação de oficinas para as mulheres desempregadas. Organizaram cooperativas de trabalho que atuaram na confecção de uniformes para a Guarda Nacional e negociaram diretamente com a Comissão de Trabalho da Comuna o preço mais justo pelo trabalho.<sup>160</sup>

Além das questões de trabalho, as mulheres foram importantes também nos combates, com várias delas tendo vestido o uniforme azul da Guarda Nacional e lutado contra os versalheses, seja empunhando um fuzil ou nas peças de artilharia. No início de abril, quando Versalhes passou a atacar Paris, um grupo de mulheres se reuniu na Place de la Concorde demandando postos de combate. Posteriormente

<sup>159</sup> MICHEL, Louise. **A Comuna**, v. 1. Lisboa: Presença, 1971. p. 136.

<sup>160</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfitheatro, 2015. p. 105-107.

rumaram para o oeste da cidade, onde se reuniram mais de mil mulheres com pedidos de marchar para Versalhes. O entusiasmo delas por diversas vezes superou o dos homens.<sup>161</sup>

Ela não detém seu homem; ao contrário, incentiva-o à batalha, levando-lhe às trincheiras a roupa e a sopa, como as levava à oficina. Muitas não querem mais retornar, empunham o fuzil. No dia 4 de abril, participam do tiroteio no planalto de Châtillon. As cantineiras vestidas com toda simplicidade, como trabalhadoras. No dia 3 de abril, em Meudon, a do 66º Distrito, cidadã Lachaise, ficou o dia todo no campo de batalha, cuidando dos feridos praticamente sozinha, sem médico.<sup>162</sup>

A atuação das mulheres nos combates da Semana Sangrenta foi essencial. Elas lutaram nas barricadas de cada bairro, tentando manter as posições contra os inimigos. Descrições desses momentos falam de mais de trinta mulheres defendendo uma barricada na região central da cidade, e carregando uma *mitrailleuse* com as próprias mãos por falta de cavalos.<sup>163</sup> Assim como a atuação das mulheres foi intensa, a perseguição a elas foi igualmente brutal. Durante a Semana Sangrenta uma parcela da cidade de Paris ardeu em chamas, em parte devido às granadas lançadas pelo exército de Versalhes, mas também devido aos incêndios propositais feitos pelos *communards*.

Sem dúvida *communards* provocaram alguns incêndios. Assim como as barricadas, o fogo servia como meio de defesa e representava uma apropriação do espaço em favor da causa *communard*. Há claras evidências de que *communards* iniciaram incêndios em casas da rue Royale e da rue du *faubourg* Saint-Honoré, tentando criar “uma barreira de chamas” que retardaria o ataque e eliminaria a possibilidade de soldados versalheses subirem ao alto dos prédios e dispararem contra os defensores das barricadas.<sup>164</sup>

Apesar da tática incendiária ter sido utilizada pelos *communards* de maneira geral, as mulheres foram as mais perseguidas pelos atos, tendo sido criado um nome para as mulheres incendiárias, as *pétroleuses*. Jornais acusaram falsamente mulheres de incendiarem prédios em Paris. Muitas delas foram detidas e executadas durante a tomada da cidade pelas tropas de Versalhes.

Diversas foram as mulheres que se destacaram por suas atuações durante a Comuna de Paris, contudo, há de se destacar duas delas: Louise Michel e Élisabeth

<sup>161</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011. p. 296.

<sup>162</sup> LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991. p. 170-171.

<sup>163</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 194.

<sup>164</sup> Idem, p. 206.

Dmitrieff. Essas duas mulheres se sobressaíram não somente nas ações práticas como também em questões teóricas.

Louise Michel nasceu em uma província da França em 1830. Foi criada pelos avós. Formou-se professora, mas foi inicialmente impedida de lecionar em escolas públicas por se recusar a prestar lealdade ao imperador. Entre 1852 e 1854, atuou em escolas laicas onde eram ensinados os ideais republicanos. Essas escolas foram perseguidas e fechadas pelo governo. Em 1856 mudou-se para Paris, onde passou a lecionar em um colégio feminino em Montmartre. A partir de então passou a ter um vínculo mais intenso com as atividades políticas.

Nos anos 1860 se dedicou à atuação na educação e na literatura, correspondendo-se com Victor Hugo, chegando a ser colocada como personagens de seus livros, retratada como forte e determinada. Louise também publicou livros sob o pseudônimo de Enjolras. Ademais, intensificou sua atuação política, conhecendo ilustres membros do movimento revolucionário francês, como Vallès, Varlin, Rigault e Blanqui. Nesse período, se identificava com o blanquismo e atuava no movimento revolucionário e em favor da educação laica.<sup>165</sup>

Durante a guerra franco-prussiana, atuou nas instituições de gestão coletiva e foi eleita presidente do Comitê de Vigilância dos Cidadãos pelo 18<sup>ème</sup> *Arrondissement*, onde organizou refeitórios comunitários, e foi presa pela repressão à insurreição do dia 31 de outubro. No decorrer da Comuna atuou em diversas áreas, como enfermeira, nas ambulâncias e diretamente nos combates. Foi inclusive nesse período que rompeu politicamente com o blanquismo e se aproximou dos proudhonianos da seção parisiense da AIT. Após a Comuna, declarou-se anarquista. *La vierge rouge*, como foi chamada, foi presa por sua atuação na insurreição e sentenciada ao exílio na colônia ultramarina da Nova Caledônia. Louise Michel retornou a Paris em 1880, após a anistia dada aos *communards*. Continuou atuando no campo político e foi reconhecida como importante figura revolucionária e libertária. Morreu em Marselha, em 1905.<sup>166</sup>

Èlisabeth Dmitrieff nasceu em Pskov, província russa, em 1850. Filha ilegítima de um aristocrata e de uma enfermeira alemã. Teve uma infância confortável, mas, devido à natureza de seu nascimento, era marginalizada dentre a nobreza. Teve participação em um grupo de estudantes em São Petersburgo, onde escrevia para um

---

<sup>165</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011.

<sup>166</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015.



jornal revolucionário. Casou-se por conveniência, para poder deixar a Rússia, e mudou-se para Genebra em 1868, onde participou da seção local da AIT. Foi para Londres como enviada da seção e lá conheceu Marx e sua família. Após a proclamação da Comuna, Marx a enviou para Paris, para que ela lhe enviasse relatórios sobre a situação.

No decorrer da Comuna, Dmitrieff se tornou uma importante líder feminista, combinando os ideais de igualdade entre homens e mulheres com um socialismo, influenciada por Marx. Com uma imagem marcante, ela usava uma roupa preta, um chapéu de feltro e um xale vermelho. Segundo relatório policial, ela tinha 1,60 m de altura, olhos azuis e cabelos castanhos. Para as *communardes* as roupas eram também uma afirmação de mudanças, uma forma de confrontar a sociedade opressora em que viviam, assim, algumas mulheres usavam acessórios coloridos, com faixas e adereços vermelhos. Outras usavam roupas masculinas e carregavam um fuzil no ombro ou pistolas na cintura.<sup>167</sup>

No início de abril, Dmitrieff começou a reunir mulheres para defender Paris. Assim, foi formada a Union de femmes pour la défense de Paris et les soins aux blessés, sob a liderança de cinco mulheres. Esse grupo inicial convocou as mulheres para organizarem comitês em todos os *arrondissements* da cidade. O grupo atuou ativamente na Comuna, recrutou e organizou mulheres para a luta, incentivando-as a construir barricadas. Defendeu a igualdade do trabalho feminino e teve funções atribuídas pelo Comitê Central, tendo atuado conjuntamente à Comissão de Trabalho.

A Union des femmes foi uma importante organização da Comuna, que demonstrou a divisão do poder pelos trabalhadores da cidade. No dia 18 de maio afixaram pela cidade um cartaz em *Appel aux ouvrières*, em que marcavam uma reunião para eleger delegadas e constituir um sindicato federado de trabalhadoras.

*En conséquence, il invite toutes les ouvrières à se réunir, aujourd'hui jeudi 18 mai, à la Bourse, à 7 heures du soir, afin de nommer des déléguées de chaque Corporation pour constituer les Chambres syndicales, qui, à leur tour, enverront chacune deux déléguées pour la formation de la Chambre fédérale des travailleuses.*<sup>168</sup>

O cartaz foi assinado por sete mulheres da comissão executiva do comitê central, dentre elas Élisabeth Dmitrieff.

<sup>167</sup> Idem, p. 106.

<sup>168</sup> COMMUNE DE PARIS. **Appel aux ouvrières**. Comité central de l'Union des femmes pour la défense de Paris. Paris, 18 de maio de 1971. Disponível em: <https://www.parismuseescollections.paris.fr/fr/musee-carnavalet/oeuvres/republique-francaise-ndeg-342-liberte-egalite-fraternite-ndeg-342-commune#infos-principales>. Acesso em: 11 fev. 2022.

Apesar da grande atuação das mulheres parisienses na Comuna e algum avanço na luta pela igualdade de gêneros, a sociedade do século XIX ainda não estava apta para aceitar essa igualdade. *Les comunardes* sofriam com a discriminação dos homens e muitas vezes foram impedidas de atuar como combatentes, ou até como enfermeiras, eram alvo de piadas e hostilidades.

## 2.7 A Guerra civil

As batalhas na guerra civil francesa se iniciaram no dia 2 de abril, com o ataque de Versalhes aos fortes do lado noroeste da cidade, do outro lado do rio Sena. A Comuna, de maneira geral, não conseguiu fazer frente ao exército regular e sofreu as consequências dessa desvantagem. Os ataques de Versalhes foram ainda piores que o cerco prussiano pelo qual os parisienses haviam acabado de passar. Thiers bombardeava a cidade indiscriminadamente, atingindo também instalações médicas. Muitos prédios foram destruídos e pessoas foram mortas. Para o resto do país declarava que os *communards* saqueavam as propriedades e que não estava bombardeando a capital.

Com o aumento das baixas nos combates e bombardeios, a Comuna fez um chamado para as mulheres também participarem das batalhas, não só como enfermeiras ou no auxílio à Guarda Nacional, mas também como combatentes. Organizações de mulheres, como a Union de femmes se pronunciaram e aderiram a luta, formando seu próprio esquadrão de combate, as Amazonas do Sena.

A defesa da cidade foi o ponto mais deficitário da Comuna. Mesmo outros pontos em que houve falhas ou não puderam ser postos em prática, nenhum foi tão desastroso quanto a questão militar.

Sabe-se que a curta duração da Comuna (apenas 72 dias), atuando em uma cidade sitiada pelo Exército prussiano e submetida à guerra civil desencadeada pelo governo francês, impediu o completo desenvolvimento de sua atividade, pode-se, portanto, falar da existência de um Estado novo em formação.<sup>169</sup>

A Guarda Nacional era, na prática, o conceito do povo em armas, no entanto, seus membros tinham pouco ou nenhum treinamento em combate. A bravura de muitos, transcrita em diversos relatos, não foi suficiente para suplantar a disciplina, treinamento e, acima de tudo, os recursos do exército regular francês. Derrotas

---

<sup>169</sup> MARTORANO, L. C. Elementos do Estado Socialista na Comuna de Paris. In: BOITO JR., Armando (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 68.

militares se acumularam durante todo o período de existência da Comuna, salvo raras exceções.

O avanço da guerra foi ainda mais devastador para a Comuna, os membros do Conselho não se entendiam e não havia uma efetiva organização para defender a cidade. Enquanto alguns dos guardas eram combatentes orgulhosos que lutavam até a morte pela Comuna, outros se embriagavam e fugiam ao dever. Somado a isso havia a constante falta de suprimentos e a falta de organização, experiência e disciplina da Guarda Nacional. Os *communards* pouco conseguiram fazer pela defesa de Paris.

L'organisation militaire était absolument défectueuse. Pas d'ordre dans les administrations, on ne savait jamais à qui s'adresser, on ne pouvait rien obtenir en son temps, tout cela paralysait le mouvement; la patience des plus braves et des plus dévoués à la cause s'usait en pure perte.<sup>170</sup>

A Guarda Nacional, que era formada em sua maioria por membros da população sem qualquer treinamento militar, teve comandantes acostumados com a velha ordem militar hierárquica. De forma geral, a Guarda Nacional não se encontrou, não conseguiu manter a defesa de Paris frente ao exército de Versalhes. O formato de organização feito pela Guarda, em que os membros dos batalhões de cada distrito elegiam seus líderes e representantes foi inovador e modificou o formato hierárquico do exército, instaurando uma democracia de base. Contudo, não conseguiram formar uma disciplina e um treinamento capazes de vencer o exército formal. Apesar do grande avanço criado no conceito de povo em armas e da democracia direta instaurada pelos *fédérés*, a Guarda Nacional era despreparada e ineficiente militarmente.

Os bombardeios à cidade aumentaram com o passar dos dias de abril e se tornaram cada vez mais incessantes. Mais de cinquenta canhões abriram fogo contra o lado oeste da cidade em 25 de abril. Outros oitenta estavam sendo preparados em Montretout. Versalhes, por ser a sede do governo oficial e legitimado pela burguesia francesa, tinha grandes recursos financeiros para manter a guerra contra os revolucionários de Paris.

Com a situação militar cada vez pior, ameaçados constantemente pelos ataques de Versalhes, o jacobino Jules Miot propôs a criação de um Comitê de Segurança Pública, com a clara ideia da volta a 1793, quando a Primeira República

---

<sup>170</sup> BROCHER, Victorine. **Souvenirs d'une morte vivante**: une femme du peuple dans la Commune de 1871. Montreuil: Libertalia, 2017. p. 193.

francesa era ameaçada pela contrarrevolução aristocrática. Uma maioria de jacobinos e blanquistas apoiou a proposta, que combinava bem com suas ideologias de centralização do poder. “Em 1º de maio, a Comuna aprovou a proposta por 34 votos a 28. A minoria chamava essa iniciativa de ditatorial, enquanto a maioria insistia que, assim como em 1793-1794, a guerra necessitava dessa medida.”<sup>171</sup>

O Comitê de Segurança Pública tentou organizar a defesa de Paris e entrou em choque com o Comitê Central da Guarda Nacional, que não aceitava ser comandado por membros externos. Há, nesse confronto, uma diferença de visão sobre comando de instituições e até mesmo de formato de Estado. O Comitê Central da Guarda Nacional se via como legítimo representante dos batalhões dos *fédérés* e da defesa de Paris, por serem o povo em armas, eleitos diretamente por seus membros, demonstrando uma visão favorável a um poder de Estado dissolvido entre instituições diversas, eleitas diretamente por seus membros. Do outro lado, o Comitê de Segurança Pública entendia que eram os verdadeiros representantes legítimos de todas as instituições da Comuna por terem sido eleitos por voto popular, e o próprio Comitê ter sido criado em votação do Conselho comunal. Portanto, deveriam ter o comando irrestrito da Guarda, mostrando uma visão centralizadora de Estado, onde um pequeno número de pessoas comandaria toda a revolução.

Essa visão centralizadora ganhou força dentro da Comuna conforme avançavam as derrotas militares. O general Gustave Cluseret, que fora designado pelo Conselho para comandar a defesa de Paris, foi tirado do cargo e preso por traição pelo Comitê de Segurança Pública. No seu lugar foi nomeado Louis-Nathaniel Rossel, para o cargo de delegado para a guerra. Rossel era favorável às ideias do Comitê de Segurança Pública e participou de reuniões onde se planejou um golpe de Estado na Comuna e a instauração de uma ditadura, com o intuito de defender a cidade do exército versalhês.<sup>172</sup>

As divisões ideológicas que existiam no Conselho Comunal, inicialmente, não geraram grandes conflitos, mas acabaram por provocar um racha entre os eleitos. O grupo minoritário, formado principalmente por proudhonianos, membros da AIT, decidiu abandonar o governo central para cuidar dos assuntos de seus *quartiers*. Isso demonstra, em parte, sua visão política de dissolução completa do Estado, em confronto com a visão centralizadora da maioria.

<sup>171</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 159.

<sup>172</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 160.

Em 15 de maio, a minoria publicou um protesto severo, atacando a maioria por conduzir a Comuna para uma ditadura e afastá-la de uma reforma social e política significativa. Os membros da minoria anunciaram que, por sua dedicação à “grande causa comunal”, pela qual tantos cidadãos estavam morrendo, iriam se retirar para seus *arrondissements*, “talvez negligenciados demais”, acrescentando que “os princípios de uma reforma séria e social” pareciam ter sido esquecidos. A minoria emitiu uma declaração convocando seus membros a retornar para seus bairros e cuidar das tarefas importantes locais”.<sup>173</sup>

A maioria acusou a minoria dissidente de traição e de abandonar a luta na hora mais importante, mas na segunda metade de maio a luta já estava perdida. Os ataques de Versalhes aumentavam, enquanto as defesas de Paris eram constantemente minadas. Os fortes do oeste foram sendo tomados pelas forças de Versalhes e, no dia 21 de maio, a cidade começou a ser invadida, inicialmente por uma parte da muralha que ruína e estava sem guarnição dos *communards*.

Na última semana da Comuna, em fins de maio de 1871, as tropas de Versalhes conseguiram entrar em Paris depois de semanas de intensos bombardeios que destruíram boa parte do lado oeste da cidade. O que se seguiu foi um massacre. O exército e um grupo paramilitar reacionário chamado Voluntários do Sena avançou por Paris, conquistou território e matou qualquer um que fosse de alguma forma ligado à Comuna. O massacre promovido pelas tropas versalhesas em Paris não tinha o intuito apenas de derrotar a Comuna e retomar a cidade, para isso teria bastado lutar contra a Guarda Nacional. Não eram necessárias as execuções em massa feitas durante e após aquela semana, inclusive de mulheres e crianças. Os soldados da ordem perseguiram qualquer um que tivesse aparência de operário, mesmo que este nunca tivesse pegado em armas. A burguesia francesa queria a eliminação não somente da insurreição, mas também da sua ideia.<sup>174</sup>

Les exécutions se faisaient parfois à la mitrailleuse: les Parisiens la nommaient le ‘moulin à café’. Elles durèrent toute la semaine, et plusieurs jours encore après le 28 mai. On ne saura jamais le nombre des victimes que fit la Semaine sanglante: au minimum 10000, probablement 20000, davantage peut-être.<sup>175</sup>

<sup>173</sup> Idem, p. 165.

<sup>174</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015. p. 307-309.

<sup>175</sup> ROUGERIE, Jacques. **Paris insurge, la Commune de 1871**. Paris: Découvertes Gallimart, 2000. p. 113.

## CAPÍTULO 3 – ESTADO, REVOLUÇÃO E INSTITUIÇÕES NA COMUNA DE PARIS

Para se compreender a mudança política criada pelos *communards* no decorrer da Comuna de Paris, seja alterando, a seu modo, as instituições existentes ou criando novos formatos de gestão coletiva, é necessário compreender o que é o Estado moderno, qual a lógica do capitalismo industrial, de que forma funcionam e como são utilizados. Como o Estado é uma criação, não pode ser visto como uma entidade com vontades próprias, mas, sim, uma ferramenta que é utilizada para um fim.

O formato de organização da Comuna, com suas instituições criadas autonomamente, ou adaptadas de acordo com as necessidades dos trabalhadores durante o período revolucionário, quebravam o formato centralizado e hierárquico do Estado burguês moderno.

É contra o governo e o Estado que se ergue a Comuna. Contra sua centralização, burocratização e especialização, voltadas para os interesses das classes dominantes e tradicionalmente governantes na França. A Comuna apresenta outra configuração da política e mesmo do Estado.<sup>176</sup>

As divergências entre os grupos que compuseram a Comuna, suas diferenças de posições e métodos, não foram diretamente responsáveis pela falta de organização e união entre os *communards* visto que, mesmo com tais divergências, os diversos grupos políticos se empenharam, e muitos deram suas vidas, pela causa maior. Tais divergências trouxeram à tona debates durante a Comuna, mas considerando que o objetivo dos membros era o mesmo, tais debates podem ter sido favoráveis.

Nenhum dos grupos políticos que compuseram a Comuna tomou a direção da insurreição. Tanto blanquistas quanto internacionalistas ou jacobinos tinham suas próprias organizações, mas estavam também nos clubes e comitês criados pela população. Isso contribuiu para a disseminar os ideais revolucionários e ampliar a compreensão da situação. A formação das instituições de gestão coletiva pela população foi a base da construção política da Comuna. Na prática, eram os membros dessas instituições que, de uma maneira geral, geriram a cidade.

### 3.1 O funcionamento do Estado moderno

---

<sup>176</sup> VALLE, C. O. **A Comuna de Paris de 1871**: organização e ação, 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 29.

A política é um espaço de discussão, decisão e repressão entre as classes que compõem a sociedade. O Estado moderno é uma organização criada para estabelecer o exercício desse processo, diminuir e controlar os conflitos entre as classes dominante e dominada.<sup>177</sup>

O Estado é uma organização, ou uma ferramenta, criada para moderar a luta de classes e perpetuar a dominação de uma classe por outra, formada por um conjunto (determinado ou não) de instituições. Sua função na luta de classes é, portanto, impedir que haja uma revolução, ou sequer grandes mudanças no *status quo*. Entretanto, essa função é encoberta pela ideia expressa de defender os interesses do povo e da nação que seriam, teoricamente, coletivos. Esse Estado se caracteriza pelo agrupamento de seus cidadãos, ou súditos, no caso das monarquias, dentro de um território e sob as instituições nacionais.<sup>178</sup>

O Estado moderno extinguiu as diferenças políticas de necessidade de ocupação de Estado. Mas essa extinção é ilusória e não se dá de maneira completa, pois permanece somente no plano político, enquanto mantém as separações provindas do capital, impedindo a real atuação no Estado por parte da classe explorada. O Estado moderno anulou as diferenças de nascimento e outros privilégios característicos do feudalismo, mas as mantém vivas na sociedade, e, dessa forma, limitando a amplitude da equiparação de direitos.

Assim, a classe burguesa não está em condição de igualdade com o proletariado, seja em termos políticos, econômicos ou ideológicos, mesmo que o Estado permita que qualquer cidadão seja eleito, seja ele burguês ou trabalhador.<sup>179</sup>

Há uma diferença entre o indivíduo e o cidadão, embora os termos possam se referir à mesma pessoa ao mesmo tempo. Enquanto o indivíduo, o sujeito pertencente a uma classe, tem seus interesses particulares (como a religião, por exemplo). E, enquanto cidadão, deve se separar desse ser individual para compor o Estado, um coletivo, que teoricamente defende os interesses de todos. Contudo, essa separação não é totalmente possível e quando o Estado abole as diferenças, o faz em relação a ele mesmo, ou seja, no que se refere às diferenças legais: todos são iguais perante o Estado. Isso faz com que o Estado somente possa se apresentar como universal

---

<sup>177</sup> MARX, Karl. **O Capital**, livro 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>178</sup> SAES, D. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

<sup>179</sup> VALLE, C. O. **A Comuna de Paris de 1871**: organização e ação, 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 35.

mantendo as diferenças da sociedade burguesa. O Estado contém, portanto, um limite e uma contradição. Este não pode superar sua limitação sem a sua própria eliminação enquanto constituído como uma ferramenta de opressão.

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda, frente às consequências que brotam da natureza não-social desta vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a estas consequências, a impotência é a lei natural da administração. Com efeito, esta dilaceração, esta infâmia, esta escravidão da sociedade civil, é o fundamento natural onde se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo.<sup>180</sup>

Os gregos, cujos Estados não ultrapassavam os limites da cidade, usavam o termo *polis*, cidade, e daí veio *política*, arte ou ciência de governar a cidade. Os romanos, com o mesmo sentido, tinham *civitas* e *respublica*. Do século XVI em diante o termo Estado foi incorporado aos poucos na terminologia política dos povos ocidentais.

Aristóteles (IV a. C), em sua obra denominada *A Política*, já escrevia sobre o Estado, começando pela organização política de Atenas e Esparta, os órgãos de governo dessas cidades, chegando a uma classificação de todas as formas de governos então existentes. Pode ser considerado o fundador da ciência do Estado. Já Platão (IV a. C) escreveu a obra denominada *A República*. No entanto, enquanto Aristóteles estudou o Estado real, tal como existia na sua época, procurando descobrir os princípios que o regiam, Platão descreveu o Estado ideal, tal como deveria ser, de acordo com sua própria concepção do homem e do mundo. Cícero (II a. C), por sua vez, fez uma análise jurídica e moral do Estado romano, do que era e do que deveria ser. No século XVI, Maquiavel escreveu *O Príncipe*, lançando os fundamentos da política, como a arte de alcançar, exercer e conservar o poder. Com as Constituições

---

<sup>180</sup> MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a reforma social”**. De um prussiano. 1844.



escritas, codificação de suas normas fundamentais, o estudo da organização de cada Estado demonstra a ocorrência de elementos comuns e permanentes, bem como as instituições que neles existem, de modo que é possível conceituá-los e classificá-los, destacando-se progressivamente o Direito Constitucional e a Ciência Política.<sup>181</sup>

### **3.1.1 A disputa pelo Estado**

O Estado burguês está atado a essa estrutura que mantém as classes sociais e a dominação de uma sobre a outra. Quem ocupa esse Estado está fadado, inevitavelmente, a defender primeiramente seus interesses particulares em detrimento do coletivo. Isso porque o indivíduo está ligado ao seu tempo, e conseqüentemente, ao individualismo burguês. Seria necessário, então, a extinção do Estado ou sua a formulação de modo que as classes e o ideal individualista burguês tenham sido abolidos.

Nesse formato de Estado, onde há uma possibilidade de ocupação do Estado por indivíduos que não pertençam à classe dominante, mesmo que essa possibilidade seja limitada e as chances de mudanças internas ainda mais, a burguesia, detentora do Estado, precisa colocar seus interesses de classe como se fossem interesses universais, para que de alguma forma o poder do Estado se justifique perante as classes dominadas.<sup>182</sup>

Com o capitalismo e o Estado centralizado, mudam-se os meios e o formato da alienação do produto do trabalho. Não é necessário que o proprietário se utilize do poder político direto para isso, o Estado centralizado assume certas funções de proprietário, mas mantém a propriedade privada. Com a automação e produção cada vez mais mecanizada, o trabalhador não tem a possibilidade de produzir, senão pela venda de sua força de trabalho para o detentor do capital e assim ser alienado de sua produção. No capitalismo existem formas de coação puramente econômicas que não dependem, necessariamente, de coerção. Dentro do modo de produção capitalista são possíveis diversas formas de controle do indivíduo ou de uma classe, desde o

---

<sup>181</sup> LOPES, A. L. **Noções de teoria geral do Estado**. Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara, 2010.

<sup>182</sup> GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

modelo mais autoritário, com utilização da força, até meios puramente ideológicos e propagandísticos.<sup>183</sup>

O Estado moderno assume para si a força militar e a utilização da coerção e quando essa é necessária, por exemplo, quando os trabalhadores se levantam contra a alienação de seu trabalho. A coerção não é feita pelo proprietário dos meios de produção, mas pelo Estado, que é o responsável pela manutenção do *status quo* da sociedade, e as ações coercitivas são disfarçadas como neutras.

Nesse formato de Estado centralizado, onde as esferas política e econômicas estão separadas, visto que a primeira se personifica no Estado, supostamente neutro, e a segunda, no controle dos meios de produção pela burguesia, a expropriação da produção não depende diretamente da ação coercitiva do Estado. Portanto, a participação das classes sociais antagônicas no Estado é possível, pois isto não altera a estrutura do modo de produção.

Com a separação entre o político e o econômico, podem-se fazer concessões políticas que não cheguem a afetar a esfera econômica. Da mesma maneira, o Estado pode ser visto como alheio à luta de classes, pode aparentemente pertencer a todos, por meio do sufrágio universal, apropriador e produtor, sem que se usurpe o poder de exploração do apropriador. Apesar de “separado” da economia, o Estado intervém nela.<sup>184</sup>

O Estado burguês permite a participação de diferentes classes e frações de classe dentro do parlamento. Mas, se essa participação, de alguma maneira, gera um conflito com a dominação burguesa ou o processo de acumulação do capital, prontamente os direitos e as igualdades perante o Estado são revogados.

Apesar dos conflitos, as diferentes frações da classe burguesa, em momentos de crise, cedem e conciliam, a fim de garantir a manutenção da ordem. O regime parlamentar e o sufrágio universal são suprimidos para manter a sociedade burguesa. A lei do valor não pode ser ameaçada.<sup>185</sup>

Essa dinâmica de atuação da burguesia pode ser observada por diversas vezes na história da França. Identificamos as principais até o período alvo deste estudo. Por exemplo, quando da derrubada dos jacobinos durante a Revolução Francesa enquanto o próprio Estado burguês ainda estava em formação. Ou durante os levantes de 1848, quando a burguesia reprimiu duramente o proletariado porque este ousou pedir mais do que estavam dispostos a ceder pelo controle do Estado, além da própria Comuna de Paris.

---

<sup>183</sup> WOOD, E. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

<sup>184</sup> VALLE, C. O. **A Comuna de Paris de 1871: organização e ação**, 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 39.

<sup>185</sup> Idem, p. 41.

Essa ameaça não é necessariamente contra o próprio Estado burguês ou ao modo de produção capitalista. Pode ser somente uma ameaça à continuidade da acumulação do capital feita por meio de reformas do Estado. “A existência de um proletariado dependente é a condição necessária da economia capitalista e da sociedade burguesa. Qualquer atentado ao privilégio da riqueza ameaça pôr em discussão a ordem social.”<sup>186</sup>

Os trabalhadores de Paris disputaram o Estado com a burguesia, processo que culminou em uma guerra civil. No entanto, não se limitaram à tomada do Estado mantendo sua estrutura burguesa, o que em nada modificaria a sociedade, visto que, de acordo com Marx, não há possibilidade do Estado burguês conduzir ao socialismo, por isso entende como necessária a destruição desse Estado como condição prévia à revolução social.<sup>187</sup>

Vê-se, durante o século XX, revoluções que se limitaram à tomada do Estado burguês, ao invés de destruí-lo, formando uma nova classe opressora no controle desse Estado, uma burguesia de Estado. Isso ocorreu devido à manutenção das estruturas de dominação de classe do Estado burguês, mantendo a propriedade privada dos meios de produção, tendo como proprietários membros da burguesia de Estado. Sendo assim, a pura estatização dos meios de produção, sem que haja um controle e uma autonomia do conjunto dos trabalhadores da produção e de seus frutos, não leva à socialização.<sup>188</sup>

É nesse sentido que a Comuna de Paris mostra sua inovação, e devido a isso se tornou modelo de revolução e grande objeto de estudo. Seu formato de gestão coletiva, que juntava executivo e legislativo e os dissolvia nas comissões espalhadas pela cidade, modificou as bases políticas do Estado burguês.

A Comuna, pelo exposto, governava de fato por uma estrutura federativa, através da qual delegados dos vinte distritos formavam a comissão executiva e as diversas comissões de trabalho. Era, por força de seu desenho e sua concepção, um órgão simultaneamente executivo e legislativo. Rompia com a divisão clássica

---

<sup>186</sup> SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Difel, 2007. p. 83.

<sup>187</sup> MARX, Karl. **As lutas de classes na França (1848-1850)**. São Paulo: Global, 1986.

<sup>188</sup> MARTORANO, L.C. Socialização e a Comuna em Karl Korsch. **Novos Temas**: revista de debate e cultura marxista, nº 4. Salvador: Quarteto; São Paulo: ICP; Ano III, set. de 2011. p 117-125.

tripartite dos poderes, ao apresentá-los descentralizados, embora funcionassem dentro da mesma esfera.<sup>189</sup>

Contudo, o Estado burguês permite disputas eleitorais para sua ocupação, dando a entender que uma revolução não seria necessária, bastando o sucesso eleitoral de uma maioria descontente para formar um governo em prol dos trabalhadores e modificar internamente o Estado. No entanto, mecanismos do próprio Estado impedem essa mudança.

Para uma das linhas de análise, a industrialização gerou uma enorme produção de riquezas, com um excedente necessário para financiar programas sociais. A sociedade industrial seria também a causadora das mudanças sociais e dos problemas que as políticas sociais tiveram de enfrentar. Assim, se a industrialização era a causa central, não haveria diferenças significativas entre países industrializados, independentemente de seus regimes políticos, e o grau de desenvolvimento econômico determinaria a forma de organização política. “Assim, não é o governo trabalhista no poder, por exemplo, que explica o advento do Estado de Bem-Estar Social em 1946, mas as forças sociais propulsadas pela guerra.”<sup>190</sup>

Outros autores consideram a evolução do Estado como uma resposta às necessidades de acumulação e legitimação do sistema capitalista.<sup>191</sup> Sendo assim, o Estado capitalista deve manter a acumulação do capital e ao mesmo tempo manter uma harmonia social, sem ter de utilizar a coação todo o tempo para ter uma legitimidade. Se um governo interrompe a acumulação do capital da elite econômica, corre o risco de secar sua fonte de recursos ou mesmo de ações mais drásticas contra o governo, como um golpe de Estado. Por outro lado, se o governo utilizar abertamente a máquina do Estado, principalmente as forças repressivas, para defender a acumulação de capital por uma classe em detrimento de outras, perde sua legitimidade, arriscando perder as próximas eleições ou enfrentar uma revolta popular, dependendo da desigualdade na sociedade e do nível de insatisfação da população. Com isso, um governo deve

Responder às necessidades do capital, seja para garantir diretamente a acumulação, via capital social, seja para corrigir os efeitos sociais da acumulação de capital via despesas sociais. Mesmo esta última função

---

<sup>189</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011. p. 252.

<sup>190</sup> ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, n. 39, 1995. p. 12.

<sup>191</sup> Idem.

estatal é exposta como uma das condições necessárias à acumulação. Enfim, legitimação do Estado e harmonia social são elementos necessários à acumulação de capital.<sup>192</sup>

Seguindo essa linha de pensamento, o estágio industrial do capitalismo produziu diversos problemas sociais que necessitaram de uma solução, e esta somente poderia ser oferecida pelo Estado, dado o caráter individualista das empresas privadas. Tais problemas podem ser classificados em duas categorias básicas: aqueles diretamente relacionados à acumulação de capital (aumentar a produtividade, diminuir os custos de produção e aumentar o consumo); e os criados pela industrialização (moradia, saúde, previdência, urbanização). Para a resolução desses problemas correspondeu um formato específico de Estado. Assim, as políticas sociais de diminuição da desigualdade são uma resposta funcional à necessidade de constituição da classe operária e parte essencial do desenvolvimento e manutenção do capitalismo industrial.

Outra questão a se considerar quanto à organização do Estado dentro do modo de produção capitalista é a influência que o mercado gera sobre os governos, principalmente o capital internacional. Não será considerada, portanto, a ideia neoestruturalista de que os governos nacionais são autônomos. O mercado tem grande influência na gestão dos Estados, essa influência pode ser muito diferente, de acordo com as instituições políticas e a economia de cada país. Quanto mais liberal é o governo de um país maior é o poder do capital internacional sobre o Estado. Um governo mais centralizado e com uma economia com menor dependência do mercado internacional sofrerá menor intervenção. Mas não há nenhum governo que não sofra essa influência.

Nessa perspectiva, o mercado tendeu a ser reabilitado como instância reguladora por excelência das relações econômicas e sociais no capitalismo contemporâneo. A ele caberia determinar, inclusive, o tipo e a quantidade de investimento da economia, decisão privada com profundos impactos públicos.<sup>193</sup>

### **3.1.2 A contradição do Estado moderno**

O modo de produção capitalista se desenvolve em torno de um ponto teórico central, que é a lei do valor. Essa lei rege o capitalismo e seu desenvolvimento. A sua

<sup>192</sup> ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas.

**BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, n. 39, 1995. p. 13.

<sup>193</sup> DUPAS, Gilberto. A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 171-183, 1998. p.176.

mera constituição já realiza a existência do capitalismo, portanto, sua destruição é consequentemente a destruição do modo de produção capitalista. “A lei do valor explica o crescimento do capital pelo próprio modo de constituição deste. Inelutável crescimento, enquanto o processo econômico assim se constituir.”<sup>194</sup>

O capitalismo tem relações sociais precisas em que indivíduos são os multiplicadores assalariados de capital ou os detentores do capital, que são os seus patrões, portanto, detentores do controle da produção. O tempo de trabalho incorporado às mercadorias, frutos da produção, como parte central da estrutura do modo de produção, só tem sentido no capitalismo.

A diferença entre o tempo de trabalho empregado na fabricação de um produto e o que o trabalhador recebe, como salário, por esse fabrico configura a mais-valia. Esta é a base do capitalismo, portanto o eixo central do modo de produção capitalista é a exploração do tempo de trabalho e a incorporação destes nos produtos oriundos da produção acrescentando-lhe valor e, assim, transformando-o em mercadoria. Esse processo de mercantilização acontece com o produto do trabalho e com a força de trabalho empregada para a produção da mercadoria, pois a força de trabalho é a única “mercadoria” que o trabalhador tem para vender. No capitalismo os produtos do trabalho são produzidos como valores de troca, para se realizarem como valores de uso.

Além de ser a lei do tempo de trabalho, a lei do valor é a lei do mínimo tempo de trabalho possível incorporada a um produto, para com isso aumentar a taxa de mais-valia. Esta é a segunda determinação da lei do valor. Com isso o aumento de produção é sempre contínuo, a busca por uma tecnologia de maior produção e as consequentes crises cíclicas do capitalismo devido à superprodução, ou baixo consumo.<sup>195</sup>

A Comuna de Paris, com a efetiva mudança de estrutura global implicada pelo processo de inversão política de que resultou, constituía uma base material que permitia ultrapassar a assimilação entre a lei do valor e uma forma particular de realização dessa lei.<sup>196</sup>

Para o operário, a mais-valia se realiza no momento de sua alienação para com o fruto do trabalho, corporificado no salário. Já para o capitalista, esta se realiza no

---

<sup>194</sup> BERNARDO, João. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975. p. 15.

<sup>195</sup> Idem.

<sup>196</sup> Idem, p. 128.

momento da venda da mercadoria, pois, sem a venda, a mercadoria se torna inútil ao capitalista.

São condições da distribuição da mais-valia os aparelhos ideológicos, a preparação técnica da força de trabalho e o Estado, por isso são políticas as condições de distribuição da mais-valia. O Estado é o ponto de combate entre a burguesia, para determinar a distribuição da mais-valia, e a principal arma de dominação de uma classe por outra, mais precisamente a dominação do proletariado pela burguesia.<sup>197</sup> O Estado é um aparelho burocrático e hierarquizado, edificado pelo processo de representação de indivíduos, uma realização da ideologia capitalista.

É nesse ponto que reside a certeza da necessidade de criação de novas instituições organizativas e novas tecnologias pelo proletariado, durante o processo revolucionário, ou mesmo em momento anterior. “Nenhum outro modo de produção pode vigorar sobre a base material de forças constituídas sob a tecnologia capitalista, ou seja, numa formulação genérica, cada modo de produção produz também a sua tecnologia.”<sup>198</sup>

A segunda determinação da lei do valor mantém as forças produtivas sempre em crescimento, devido à busca incessante de incorporar cada vez menos tempo de trabalho na produção. Então, uma defasagem cada vez maior entre o capital constante e o capital variável, portanto, caracteriza uma redução da taxa de mais-valia. Em um nível mais concreto, ao reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de certa mercadoria, diminui, conseqüentemente, o valor que um produtor pode gerar naquele espaço de tempo, já que, no capitalismo, o valor das coisas é o tempo de trabalho incorporado ao produto. Com essa diminuição do valor do trabalho a taxa de mais-valia fica reduzida e pode ser retirada do tempo de trabalho. Assim essa baixa da taxa de lucro é um aspecto da estrutura do modo de produção referente ao seu desenvolvimento.

Para o retrocesso dessa baixa dos lucros, os capitalistas buscam uma forma de travar ou eliminar seus efeitos. Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e o refreamento dessa mercantilização estão ligados indivisivelmente. O avanço desse processo é a reprodução dessa oposição, também em nível

---

<sup>197</sup> MARX, Karl. **O Capital**, I. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 2 v.

<sup>198</sup> BERNARDO, João. Para uma teoria do modo de produção comunista. Porto: Afrontamento, 1975. p. 70.

tecnológico, o que tem como reflexo a cisão cada vez maior entre o trabalho vivo e o trabalho morto, que é a separação entre produtor e produto.

A lei destes processos contraditórios – a lei do valor – determina portanto o desenvolvimento e o não-desenvolvimento. O antagonismo entre as forças produtivas e as relações de produção no capitalismo é a expressão visível, por assim dizer, da contradição da lei do valor.<sup>199</sup>

Então, por ser uma contradição estrutural da lei do valor, esta é irresolúvel, não podendo ser destruída ou reorganizada sem desmoronar o modo de produção capitalista. Esta contradição provoca o conflito ideológico e social entre as classes antagônicas nas relações de produção. É esse conflito inerente ao capitalismo que irá resolver a contradição.

Portanto, o único fim da contradição da lei do valor é a sua destruição. Isso necessariamente ocorrerá devido ao fato dessa contradição não ter uma solução que não a inexistência da lei do valor, assim, ela se reproduz até que as possibilidades materiais e ideológicas estejam postas e a classe trabalhadora possa resolvê-la.

Os trabalhadores de Paris, tendo implantado um governo autônomo de controle coletivo das instituições públicas conseguiu realizar a destruição do Estado burguês, ação que, para Marx, é a condição prévia para a revolução popular e, ao mesmo tempo, para a construção de um novo modelo.

Nesse sentido, a Comuna trazia consigo um grande elemento de positividade já que a tarefa da revolução não se limitava à destruição do Estado burguês; combinando dialeticamente destruição com criação, onde o primeiro aspecto é apenas condição para o segundo, que é o mais importante.<sup>200</sup>

Os *communards* implantaram tal processo de destruição e criação criando instituições baseadas na gestão coletiva, que destituía o formato burocrático do Estado burguês apoiando-se em três pontos: a elegibilidade dos funcionários, submetendo a escolha e a promoção destes à livre escolha da população; o mandato imperativo, que criou um formato de responsabilidade para com os trabalhadores, e não mais um chefe hierárquico; e a revogabilidade dos cargos, sob decisão dos próprios trabalhadores, para os funcionários que perdessem a confiança da população.

<sup>199</sup> BERNARDO, João. Para uma teoria do modo de produção comunista. Porto: Afrontamento, 1975. p. 72.

<sup>200</sup> MARTORANO, L. C. **A burocracia e os desafios da transição socialista**. São Paulo: Xamã; Anita Garibaldi, 2002.



Podemos considerar que a Comuna, ao destruir o Estado burguês, construiu um Estado Socialista<sup>201</sup>, que, para Marx, era o período de transição entre a sociedade capitalista e a comunista. Essa afirmação se baseia na ideia de que os *communards*, apesar de terem iniciado o processo de destruição do modo de produção capitalista ao destruir o modelo de Estado burguês, se limitaram apenas a uma revolução política, não modificando as bases econômicas do modo de produção.

Com a destruição do Estado burguês pela Comuna e a criação de um novo modelo, considerando a premissa de que o Estado é uma ferramenta de opressão de uma classe sobre outra, e não havendo mais a opressão por parte do Estado, pois este estava dissolvido na participação de toda a população através das diversas comissões e instituições coletivas, pode-se concluir que não havia mais Estado.

A derrota do Estado burguês pela Comuna não tinha por objetivo instalar outro Estado em seu lugar. Seu objetivo não era a fundação de nenhuma máquina estatal, mas a substituição do Estado por uma organização da sociedade sobre bases econômicas e federalistas.<sup>202</sup>

Contudo, a afirmação da destruição total do Estado esbarra na continuidade da propriedade privada dos meios de produção e da exploração da mão de obra.

### **3.1.3 Ideologia e luta de classes**

A ideologia burguesa, propagada também através do Estado, e da qual este faz parte, sustenta que todos os indivíduos são livres para escolher políticas e que o resultado das eleições são a vontade geral, mas, em definitivo, o que resulta na sociedade é a política da classe dominante. Sendo diferente, o sistema político, o jogo partidário do chefe de Estado e a administração, os primeiros são aparelhos ideológico do Estado e os outros são aparelhos políticos de Estado. A democracia representativa do Estado burguês, com o sufrágio universal e certas liberdades individuais – estando essas dentro de um limite – gera a ideia de que o Estado representa a vontade coletiva, quando, na verdade, devido ao seu formato, representa apenas a vontade da burguesia.<sup>203</sup>

O Estado pode ser qualificado como burguês quando cria condições ideológicas e materiais necessárias à reprodução das relações de produção

---

<sup>201</sup> MARTORANO, L. C. **A burocracia e os desafios da transição socialista**. São Paulo: Xamã; Anita Garibaldi, 2002.

<sup>202</sup> LEHNING, Arthur. **Bakunin: textos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

<sup>203</sup> ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.

capitalista. O Estado burguês, afirma Saes,<sup>204</sup> desempenha duas funções diretas sobre o trabalhador.

Uma delas é a individualização: o trabalhador é colocado como indivíduo com direitos e vontades. Essa individualização coloca como um ato de vontade própria a troca desigual da venda da força de trabalho, excluindo, assim, a necessidade contínua de coerção para a obtenção da mais-valia. A exploração do trabalho mediante o contrato de trabalho assalariado e a alienação do fruto do trabalho é considerada normal e justa pela sociedade. A própria necessidade de manutenção da vida, diante das possibilidades impostas pelo Estado burguês, mantém o trabalhador preso ao processo de exploração.

A outra função é afastar o trabalhador de uma tendência à ação coletiva. Para isso, o Estado burguês implementa uma outra forma de coletivo para suplantiar a possível associação entre trabalhadores. Essa forma de coletividade é a nação, onde o trabalhador é colocado como igual ao detentor do capital, não como seu adversário. Com a implantação da lógica nacionalista de união dentro do Estado, a burguesia coloca todos os habitantes desse Estado como indivíduos iguais e livres perante si e, teoricamente, sujeitos às mesmas leis. O indivíduo deixa de ser parte de uma classe e passa a ser parte de uma nação. Essa ação inibe a coletivização enquanto classe.<sup>205</sup>

O Estado burguês pode assumir diversos formatos políticos, bastando apenas manter as relações de produção intactas. Esse formato político vai depender de uma conjuntura de forças políticas e econômicas de acordo com o local e o período. O Estado burguês pode possuir a forma ditatorial (representação puramente burocrática, ausência de representação política); a forma liberal-democrática (representação fundada no sufrágio universal), a forma fascista ou corporativa (representação fundada nas corporações profissionais) e a forma plebiscitária (representação por plebiscito ou aclamação).<sup>206</sup>

A nação disfarça a luta de classes de uma sociedade, criando e justificando uma união entre exploradores e explorados, contra um inimigo externo. Ao mesmo tempo em que essa união reforça uma oposição entre trabalhadores de outras nações. Esse ideal nacionalista é muito usado durante as guerras externas, como na luta da França contra a Prússia. Contudo, para que se criasse uma ampla força armada com

---

<sup>204</sup> SAES, D. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

<sup>205</sup> Idem.

<sup>206</sup> SAES, D. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

o intuito de fuzilar os parisienses, foi preciso criar a ideia de que a Comuna era a destruição da Nação.

### **3.1.4 Materialismo e consciência de classe**

O ser humano é um ser racional e com vontade própria. No entanto, essa vontade e o livre arbítrio são condicionados, todo ser é resultado do meio em que vive, seja nos costumes culturais de um determinado país e época, seja nas relações de produção e classe social. O pensamento do indivíduo é condicionado pela conjuntura social, política e material em que vive.<sup>207</sup> Um ser humano só pode ter ideias de acordo com aquilo que conhece (o mundo exterior) e suas escolhas são limitadas às possibilidades existentes. O que se é, o que se pensa e se faz é determinado pela sociedade em que se vive, o que parece natural e instintivo em um determinado tempo e local, não faz sentido em outro.

Essas afirmações podem parecer óbvias atualmente, mas o importante são as conclusões a que se pode chegar a partir delas. Se o ser humano está limitado à sua realidade de tempo e espaço, na maioria das vezes, parece-lhe absolutamente normal algo que, em outro período, pareceria absurdo. Pode-se utilizar como exemplo o modo de trabalho escravista que, por séculos e em muitos lugares, foi a principal forma de trabalho, seja na Antiguidade ou na escravidão atlântica. Para quem vive no século XXI, há séculos dentro de uma lógica capitalista, o trabalho escravo é irreal, absurdo. Contudo, o trabalho assalariado é comum, normal e justo para a realidade contemporânea, e aqueles que desafiam essa realidade são reprimidos pelo Estado. Portanto, bastou ao Estado moderno e à burguesia, que o controla, implementar a ideia de normalidade ao trabalho assalariado, e este como única opção ao trabalho escravo, visto que também impossibilitou o trabalhador de produzir por si próprio com a mecanização da produção.

Hobsbawm demonstra, em *A era das revoluções*, como ocorreu, na Inglaterra, essa adaptação do trabalho pré-fábrica para o trabalho nas fábricas, e como houve, no período da industrialização, a formação de uma identidade de valores proletários, que com o tempo foram consumidos pelos valores burgueses impostos pelo Estado.<sup>208</sup>

---

<sup>207</sup> MARX, Karl. **O Capital**, livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 2 v.

<sup>208</sup> HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

Assim como o trabalho, a existência do próprio Estado aparece como necessária e insuperável dentro da realidade moderna. E este Estado é colocado como universal, devido à sua suposta necessidade, mas essa universalidade é falsa, pois a homogeneidade do todo não existe. Juntamente com essa necessidade do Estado moderno centralizado, é colocada a ideia de nação, que adensa o fator coletivo entre classes e a ideia de um todo unitário, dentro dessa nação. Thiers se utilizou disso na sua campanha contra a Comuna, colocando as províncias contra Paris.

Há uma perpetuação de valores da sociedade nos indivíduos que nela vivem. “Aquilo que é interiorizado por meio da formação do superego poderia muito bem ser definido como um certo estágio das relações sociais que constituem uma cultura, em outras palavras, uma sociedade.”<sup>209</sup> Assim, o indivíduo toma para si regras e convicções da sociedade como se fossem suas decisões e vontades de livre escolha.

Entretanto essa interiorização de valores burgueses na sociedade moderna não é absoluta. Como já foi explanado anteriormente, o ser humano é fruto do seu meio, e o conjunto dos trabalhadores, que sofre com a alienação do seu trabalho e com a grande diferenciação social entre sua classe e a burguesia, pode adquirir e conservar valores próprios de sua experiência enquanto grupo ou indivíduo. Tais valores e desejos são opostos aos valores da sociedade burguesa, essa diferenciação de valores de classe, referenciada pela vida material do indivíduo com relação à sua classe social, é explicada por Marx.<sup>210</sup>

Cada pessoa age de acordo com o período e o lugar onde vive. Da mesma forma ocorre com um grupo ou uma classe social. A esse conjunto de ideais, valores e conhecimentos denominamos cultura. Mas, de forma geral, os ideais e valores da classe dominante são predominantes em relação aos de outras classes sociais.

O que as pessoas são, em sua maioria, resulta de um produto do que elas fizeram ou do que delas foi feito nas relações sociais particulares em que nasceram e viveram. O que elas fazem ou lhes foi feito deve ser entendido em termos de suas capacidades, inclinações e tendências históricas e socialmente condicionadas.<sup>211</sup>

Como explicam Engels e Marx em *A ideologia alemã*, é dentro da própria sociedade que se criam os elementos de sua destruição, o capitalismo cria o

---

<sup>209</sup> IASI, M. **As metamorfoses da consciência de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 139.

<sup>210</sup> MARX, Karl. **O Capital**, livro 1, v. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. 2 v.

<sup>211</sup> BHASKAR, Roy. **A realist theory of science**. New York: Routledge, 2008.

proletariado que, segundo eles, iria destruir o modo de produção capitalista<sup>212</sup>. A consciência da realidade pautada por um conhecimento científico e a consciência de classe são necessárias para haver mudanças. Somente a situação individual não é o bastante para a transformação da sociedade, mas é o ponto de partida. Ou seja, somente por ser um trabalhador assalariado no capitalismo e ter o produto de seu trabalho alienado pelo patrão não faz com que esse trabalhador lute pela revolução, é necessário que ele compreenda a realidade tanto quanto indivíduo, como pertencente a uma classe social. Para compreender as contradições da realidade é necessário percebê-la, para que assim se possa ter uma ação consciente de transformação. A possibilidade para a mudança da realidade está contida na própria realidade. “No seio da velha sociedade se formaram os elementos de uma sociedade nova.”<sup>213</sup>

Ainda quanto à consciência e realidade, todos dentro de um mesmo modo de produção, como o capitalista, estão sujeitos a seus valores. O trabalhador não deixa sua condição de explorado por crer nos valores da sociedade burguesa, tampouco se extrai da sociedade por ser um crítico dela. Os indivíduos têm a possibilidade de confrontar o mundo à sua volta ou aceitá-lo e, segundo Marx, é a classe trabalhadora que tem o potencial para formar essa crítica e agir materialmente, como classe, para destruir o modo de produção capitalista. Assim como um trabalhador pode aceitar a situação de explorado – seja pela falta de compreensão crítica da realidade, seja pela aceitação dos valores da sociedade burguesa, ou os dois – alguém da classe dominante pode também não concordar com a exploração de classe e confrontá-la, aferindo a um movimento pela dissolução de sua própria classe. Como exemplo, pode-se citar Engels e Bakunin, dois grandes integrantes do movimento revolucionário. Não se pretende com essa afirmação promover a necessidade ou validade de uma conciliação de classes, mas apenas pontuar que nenhuma situação é totalmente determinante, e a consciência e percepção da realidade pode colocar o indivíduo contra sua classe social. Durante a Comuna de Paris diversos foram esses casos.

Os trabalhadores constituem por si só uma classe social, mas a formação material, ou seja, sua mera existência, não significa que sejam uma classe social

---

<sup>212</sup> MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

<sup>213</sup> MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 25.

consciente. A tomada de consciência de uma classe se dá pela luta constante contra outra classe.

Quando passa a existir entre esses trabalhadores uma conexão que vai além do local e seus interesses geram entre eles uma organização política, eles passam a pensar e agir enquanto classe, a ser uma classe para si. São as relações estabelecidas entre eles que permitirão esse amadurecimento.<sup>214</sup>

A luta consciente da classe trabalhadora para a sua emancipação, pela revolução e pelo fim das classes passa pela disputa do Estado. Seja para simplesmente tomá-lo, para transformá-lo em outro formato de Estado, mais adequado a uma nova sociedade, ou para extingui-lo. Pois é o Estado que atualmente controla as relações sociais.

Essa disputa pelo Estado não é uma mera disputa eleitoral, visto que a simples eleição de membros da classe trabalhadora para ocupar cargos no Estado burguês em nada muda as relações de produção, como já discutido anteriormente. De forma geral, para que haja uma mudança na sociedade, deve haver um processo revolucionário, conseguido através da ação consciente da classe proletária de forma autônoma.

Quase tudo depende do nível de atividade consciente e da participação das massas. Uma verdadeira revolução só acontece quando e se esta atividade atinge dimensões extraordinárias, tanto no que respeita ao número de pessoas envolvidas quanto a intensidade de sua participação. Uma revolução é o período de atividade intensa e consciente das massas, que tratam de apoderar-se (elas próprias) da gestão de todos os assuntos comuns da sociedade.<sup>215</sup>

### **3.2 Partido, revolução e ditadura do proletariado**

A insurreição dos trabalhadores franceses que tomaram Paris em 1871 foi uma tentativa de mudança. Embora suas ações e meios para organizar a cidade não tenham destruído completamente o Estado, a base de um modelo por eles conhecido foi utilizada e modificada para um formato mais adequado à ação coletiva dos trabalhadores. E, apesar da curta duração da Comuna de Paris, foi possível detectar tais mudanças.

Para efetuar a mudança do Estado ou a sua destruição, o proletariado necessita se organizar de forma consciente, e essa organização demanda instituições

---

<sup>214</sup> VALLE, C. O. **A Comuna de Paris de 1871: organização e ação**, 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 64.

<sup>215</sup> CASTORIADIS, Cornelius. **O que significa o socialismo**. Porto Alegre: Fantasma, 1981. p. 28.

autônomas e alheias ao Estado burguês para que, de alguma forma, se efetive a extinção das classes sociais e a construção de uma nova sociedade. Todo esse processo passa por um trajeto, não definível, mas teorizável.

Para a compreensão desses conceitos, muitas vezes não definidos diretamente, passemos para uma análise de importantes teóricos quanto a questão, para que assim, se possa visualizar os feitos dos *communards* ante a essa análise. Ainda, tem-se o entendimento de que tais conceitos, mesmo que posteriormente formulados, tem valor para a presente pesquisa no sentido de que a ação direta dos trabalhadores e a teorização destes nem sempre caminham ao mesmo passo.

### **3.2.1 A organização dos trabalhadores**

A luta dos trabalhadores constituídos como classe social, portanto, uma luta coletiva contra o capital, se dá por meio de alguma instituição. Marx e posteriormente, seguindo a mesma linha de pensamento, Lênin, defenderam que esta instituição é o Partido revolucionário.

O primeiro texto de Lênin importante para pensar o tema do partido político é o conhecido *Que Fazer?*, publicado em 1902. Apesar de tomado como obra referencial para a concepção leniniana de partido, este texto não representa uma síntese de sua concepção de partido uma vez que Lênin pretendia com ele apenas descrever necessidades específicas dos comunistas em relação à formação econômica, social e política da Rússia sob as contradições e limitações impostas pelo czarismo.<sup>216</sup>

A luta dos trabalhadores pode ser feita também sem que haja definidamente uma consciência de classe como um todo, sem que o trabalhador compreenda que sua luta é contra um modo de produção e não apenas de forma direta contra seu patrão. Essa forma de luta é mais localizada e por motivos mais imediatos do que pela transformação da sociedade, e ela pode ser coletiva ou individual.

Marx tem visão diferente da concepção de partido de Blanqui quanto à questão das massas. Para aqueles, a classe trabalhadora deve formar um conjunto organizado no partido, enquanto, para Blanqui, a revolução deve ser feita por um pequeno grupo de militantes mais conscientes e treinados e posteriormente as classes operárias os seguiriam. É importante ressaltar que nas duas concepções a atividade clandestina é importante para o crescimento do movimento revolucionário, principalmente quando

---

<sup>216</sup> FIGUEREDO, César. Concepção de partido marxista-leninista: contribuições teóricas e dilemas históricos. **Revista Outubro**, n. 33, 2019. p. 64.

há uma repressão maior por parte do Estado. Lênin utiliza a concepção de Marx, proposta já no *Manifesto do Partido Comunista*, e a aprofunda em *Que Fazer?*. Nesse percurso, a concepção de ação clandestina sofreu grande influência do movimento blanquista.

A proposta de adensamento do partido com a massa de proletários e a tomada de consciência vêm da concepção materialista de Marx, segundo a qual a própria vida do trabalhador, como proletário explorado pelo capitalista, serviria de ponto de partida para a tomada da consciência de classe, e que a emancipação dos trabalhadores não poderia ser feita por outros: os próprios trabalhadores deveriam tomar a frente do processo revolucionário para que não fosse barrado por outra classe. Esse conceito não foi levado em conta por Blanqui.

Mesmo existindo essa diferença conceitual quanto ao número de membros do partido entre Blanqui e Marx, a ideia de vanguarda permanece. Para Blanqui, a vanguarda deveria agir sozinha e tomar o controle do Estado. Em outra concepção de vanguarda, derivada do conceito de Marx quanto a partido, indica um papel de liderança para o grupo

Na Comuna de Paris não ocorreu nenhum dos dois casos. Apesar da grande influência de Blanqui nos movimentos revolucionários franceses do século XIX, ele não estava presente na Comuna por ter sido preso pouco tempo antes e permaneceu encarcerado em outra cidade. Diversas foram as tentativas de negociação de troca de reféns por Blanqui, mas nenhuma delas surtiu efeito.<sup>217</sup> Os blanquistas tentaram tomar o poder do Estado mais de uma vez após a proclamação da República, mas foram derrotados. A influência marxista na França ainda era pequena e a sessão da AIT parisiense tinha maioria proudhoniana.<sup>218</sup>

Assim, quando a insurreição explodiu, em março, não havia um partido de massas ou vanguarda organizada para conduzir a revolução. O que havia era um grande número de trabalhadores descontentes com a sua situação e principalmente com o governo. Esses trabalhadores que fizeram a Comuna, de forma geral, não estavam vinculados a um partido, mas a um montante de clubes ou instituições de trabalhadores onde a vida política e econômica francesa era debatida. Essa formação de trabalhadores, que defenderam a Comuna até à morte, respalda a ideia materialista

---

<sup>217</sup> MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015.

<sup>218</sup> SAMIS, A. R. **Negras tormentas**: o federalismo e o internacionalismo na Comuna Paris. São Paulo: Hedra, 2011.



de que a vida como explorado pode levar à tomada de consciência e à luta por mudanças. O momento histórico em que a Comuna ocorreu foi um catalizador desse processo.

Para Althusser, o Partido Comunista não deve participar do governo democrático pequeno-burguês, o trabalho de gerir o Estado burguês não contribui para a sua destruição. É tarefa do partido conduzir a luta operária em todos os terrenos.<sup>219</sup>

Como um partido revolucionário, entende-se que este almeje a revolução como forma de transformação da sociedade, seja qual for sua concepção de partido ou de governo posterior à revolução. Faz-se necessário então a compreensão do que seria a revolução e os seus desdobramentos, como insurreições e guerra civil.

A organização dos trabalhadores variou muito de acordo com o lugar e o período. Na Inglaterra, primeiro país a se industrializar, se organizaram as primeiras formas de lutas operárias.

### **3.2.2 O processo revolucionário**

Na França, houve uma influência direta da Revolução Francesa do século XIX, que, por muito tempo, pode-se dizer até o período da Comuna de 1871, foi o modelo básico das organizações que almejavam a revolução. Existia, segundo Hobsbawm, no século XIX, um modelo comum, baseado na Revolução de 1789, para toda a Europa de como deveria ocorrer a revolução.

Haveria uma crise nos negócios políticos do Estado, levando à insurreição... Na capital, levantar-se-iam barricadas; os revolucionários atacariam o Palácio, o Parlamento... Uma Guarda Nacional de cidadãos armados seria organizada, seriam feitas eleições democráticas para uma Assembleia Constituinte.<sup>220</sup>

A necessidade de uma crise para inflamar as massas já era considerada. Pensava-se, apesar do ato revolucionário, a formação de um governo legalista aos moldes burgueses, com a formação de poderes legislativo e executivo formado por representantes eleitos. Isto, apesar de já conter elementos que são presentes nos ideais revolucionários de um socialismo mais bem formulado, como a ideia do povo em armas.

<sup>219</sup> ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença,, 1980.

<sup>220</sup> HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra, 2016. p. 208.

É possível observar na formação da Comuna que esse modelo permaneceu vivo mesmo depois das derrotas de 1848. A derrota dos trabalhadores nas ruas de Paris, nas Jornadas de Junho, foi um importante divisor no movimento operário, terminando com a visão de que a burguesia poderia ser aliada dos trabalhadores, no entanto, o formato revolucionário e de Estado não mudaria até a Comuna.

Até a insurreição de 1871, o modelo era o mesmo, e foi seguido inicialmente, dentro das possibilidades. A Guarda Nacional, com ampla participação popular, já existia e foi exatamente essa a instituição que se instaurou no governo. As eleições foram realizadas assim que possível e se formou um governo central. Entretanto, as necessidades e possibilidades transformaram esse governo em legislativo e executivo conjuntamente, mas ainda centralizado. Contudo, as instituições coletivas criadas pelos trabalhadores exerceram um grande papel de participação popular nas comissões e instituições públicas em cada *arrondissement*, dissolvendo o poder centralizado, apesar do modelo revolucionário. É importante, ainda, frisar que essa mudança em um plano geral de uma revolução não foi feita a partir de um manual ou chefia de um líder esclarecido, mas, sim, de forma espontânea, a partir das ações coletivas dos trabalhadores.

O jacobinismo foi influência na teoria e na ação de muitos durante o século XIX, incluindo Blanqui e Marx, apesar das diferenças em várias concepções. Até mesmo nas revoluções do século XX vai existir essa influência jacobina, mesmo estando distante mais de um século da Revolução Francesa, com a sua ideia de organização da vanguarda revolucionária, mas essa influência se deu, principalmente, através de Marx. Estes autores não podem ser considerados jacobinos, pois a influência que sofreram era a principal referência de revolução no século XIX e afetava a todos. Eles contribuíram muito mais para os ideais revolucionários do que a importância da influência jacobina em suas teorias e ações.

O movimento revolucionário francês do século XIX utilizava-se de métodos conspiratórios, organizando-se politicamente através das sociedades secretas. Esse formato de organização, fosse operário ou não, cresceu após o período napoleônico e foi dominante até a Comuna de Paris. O movimento organizado por Blanqui, posteriormente chamado de blanquismo, é um dos principais desse modelo. Esse formato de organização na França do século XIX está ligado à forte repressão por parte do governo.

É uma organização formada por um conspirativismo clandestino, já que secretamente conspiravam e organizavam atos contra o Estado e o governo. Baseava-se, também, no centralismo, tendo a figura de Blanqui uma importância fundamental. Possuíam uma orientação militar, ou seja, a obtenção de armas e a ação militar tem um papel central em sua estrutura. Para o partido blanquista, a revolução viria com uma insurreição vitoriosa seguida da ditadura revolucionária.<sup>221</sup>

Para Marx, o partido proletário deve ser autônomo em relação aos partidos de outras classes, mesmo que estes lutem conjuntamente contra um inimigo comum em certo momento. Essa divisão deve ser clara e os trabalhadores devem ter consciência dela, pois os partidos democratas pequeno-burgueses irão somente até certo ponto da luta, apenas até derrubar o regime no poder que lhes é prejudicial. Ao passo que os trabalhadores têm interesse de fazer avançar a revolução até que sejam abolidas as classes e a propriedade privada. É papel do partido e dos trabalhadores compreender esse distanciamento necessário e, quando a revolução acontecer, mesmo que ela tenha sido construída conjuntamente com outros partidos, o partido comunista não deve aceitar a pacificação imediata, a tomada do Estado. Deve fazer a revolução continuar até a completa abolição das classes e da propriedade. Marx e Engels defendiam que, no caso de uma revolução conjunta com a pequena-burguesia democrata, os proletários deveriam levar ao extremo as propostas democráticas, confiscar terras e colocá-las sob o controle do Estado, de maneira que elas formassem colônias operárias. E ainda que paralelo ao governo oficial (nesse momento ainda em conjunto com a pequena burguesia), os proletários organizariam instituições próprias de gestão da vida e do trabalho, para que o governo não tenha controle sobre o proletariado.

Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova.<sup>222</sup>

Esse texto, escrito em 1850, faz uma análise das tarefas dos trabalhadores frente à experiência e atuação nas Jornadas de Junho, em 1848, na França, quando os trabalhadores, após terem lutado conjuntamente com a burguesia para derrubar a monarquia, se viram excluídos do governo e suas pautas não foram atendidas, até se

---

<sup>221</sup> VALLE, C. O. **A Comuna de Paris de 1871: organização e ação**, 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 78.

<sup>222</sup> ENGELS, F., MARX, K. **Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas**. The Marxists Internet Archive, 1850. p. 4.

levantarem novamente contra a nova República e serem reprimidos pela burguesia que ocupava o Estado.

Ainda nesse mesmo texto, Marx e Engels defendem que o proletariado se mantenha armado enquanto a revolução não estiver concluída, e as classes e a propriedade, abolidas. Ou seja, quando o proletariado agir conjuntamente com a burguesia, deve estar preparado para enfrentá-la. Para isso deve manter tanto a atuação legal quanto a clandestina.

Mas, para opor-se enérgica e ameaçadoramente a esse partido, cuja traição aos operários começará desde os primeiros momentos da vitória, estes devem estar armados e organizados. Dever-se-á armar, imediatamente, todo o proletariado, com fuzis, carabinas, canhões e munições; é preciso opor-se ao ressurgimento da velha milícia burguesa, dirigida contra os operários.<sup>223</sup>

O pensamento de que a mudança do modo de produção segue etapas a serem lutadas é claro. Os pensadores argumentaram em favor da unificação alemã em um Estado centralizado por entender que este formato seria melhor do que uma República federativa de Estados semi-independentes, pois seria favorável à união dos trabalhadores alemães. Segundo eles, os operários não podem propor imediatamente medidas comunistas, mas podem tomar medidas que os favoreçam, como concentrar os meios de produção nas mãos do Estado.

Marx e Engels consideravam a tomada do Estado imprescindível. Os trabalhadores deveriam se apossar do Estado burguês e utilizá-lo como ferramenta para acabar com a burguesia. Desse modo, se as forças produtivas estivessem em controle do Estado, seria mais fácil derrubar a burguesia.

Ao tomar o Estado, os proletários deveriam instaurar uma ditadura, usar o Estado como uma ferramenta para acabar com a burguesia e transformar a sociedade. Essa ditadura seria o formato proletário de Estado, mas nesse momento ainda pensado de forma centralizada. Posteriormente, na Comuna, essa concepção muda.

Ao defender a ditadura do proletariado, defende um governo transitório, onde a classe trabalhadora irá exercer o poder político a fim de realizar as transformações sociais necessárias à superação das classes sociais e do próprio Estado.<sup>224</sup>

---

<sup>223</sup> Idem, p. 6.

<sup>224</sup> VALLE, C. O. **A Comuna de Paris de 1871**: organização e ação, 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 80.

Há diferenças entre a guerra civil e a guerra entre nações. Comumente define-se que a guerra civil seria uma disputa militar dentro da própria nação, entre partes da sociedade ou classes sociais antagônicas. Fazendo uma análise das obras de Marx, além de acrescentar partes de suas próprias teorias, Lênin afirma que a guerra civil é uma guerra de classes, entre opressores e oprimidos.<sup>225</sup>

Com essa definição, claramente são descartas as guerras civis como as dos EUA e a do Brasil. Nestes dois casos, a disputa militar se deu entre facções da classe dominante pelo controle político do país. Considerando apenas casos como a Comuna de Paris, chamada por Marx de Guerra Civil na França.

Os dois autores sustentam a ideia de que a revolução ocorre em etapas, emergindo de agitações e greves, passando pela guerra civil e a insurreição até chegar à revolução. Acrescentando outros autores, como Marx, pode-se completar o debate dizendo que esse processo se inicia com a própria situação de exploração e alienação do trabalho, na qual o proletariado está inserido, e a tomada de consciência de classe. Esse é um processo complexo em que muitas vezes não é possível identificar cada uma das fases ou mesmo distingui-las. Em cada caso, as fases teriam durações diferentes, ou ocorrem até mesmo em conjunto.

No caso francês, a insurreição inicia-se após uma guerra entre nações e um amplo descontentamento da população parisiense com o governo oficial quanto ao andamento e manejo da guerra. A população parisiense, que já formava uma força militar, se insurge contra o governo. Este, por sua vez, passa a atacar a capital tomada pelos trabalhadores. Dá-se assim a guerra civil. Portanto, pode-se colocar que a guerra civil pode ser iniciada com uma contrarrevolução.

Outro ponto importante quanto às insurreições, abordado por alguns autores, como Engels, no prefácio à *Guerra Civil da França*, é que os insurgentes devem avançar sobre a classe dominante para destruir seu poder, e não apenas se defender, pois estariam fadados ao fracasso. Esse foi um erro dos *communards*, que inicialmente ainda acreditavam em uma conciliação entre a Comuna e o governo de Thiers.

Os *communards* iniciam um ato de resistência, matam dois generais, tomam o *Hôtel de Ville*, que já estava desocupado, e instalam um governo municipal. Deixam que seja mantido um poder da ordem paralelo, *anticommunard*, num momento em que seria necessário superar esse poder

---

<sup>225</sup> LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas**, v. 1. Lisboa, Avante. 1984.

paralelo para deixar apenas o poder *communard*, apoiado em clubes e organizações. Ao não avançar, retrocederam.<sup>226</sup>

Esse complexo processo de etapas levaria à revolução, que é uma ruptura com a situação atual. A revolução deve trazer uma transformação estrutural nas relações sociais e de trabalho. Como já dito anteriormente, o modo de produção impele as pessoas a agirem de certo modo, reproduzindo-o por meio das relações sociais. Portanto, somente uma ruptura com o modo de produção, e conseqüentemente com suas relações sociais e de classe características, poderia transformar a sociedade. Em diversas de suas obras, Marx defendeu a revolução como única forma de superar o Estado e as classes sociais, no processo de construção do comunismo.

Assim, a emancipação do proletariado viria com a superação do Estado e das classes sociais. Contudo, não há uma forma de precisar um formato absoluto para a revolução ou mesmo sua direção. Esta seria uma obra dos próprios trabalhadores, construída de forma autônoma, durante o próprio processo revolucionário. Marx e Engels, por diversas vezes, criticaram autores que pretendiam a transformação do modo de produção sem passar pelo processo revolucionário, apenas com a tática única do uso do sufrágio universal.

Contudo, a mera troca de uma elite no controle do Estado, não significa que este Estado seja destruído. A constituição de uma burguesia de Estado no controle dos meios de produção não constitui uma real mudança no formato do Estado, que continua mantendo a extração da mais-valia e a propriedade privada. “Se a nacionalização dos meios de produção e a planificação são os fundamentos do socialismo, então, evidentemente, não há nenhuma relação necessária entre socialismo e a ação da classe operária.”<sup>227</sup>

O avanço da revolução e até mesmo sua eclosão dependem das condições sociais existentes no período. O próprio modo de produção capitalista gera esses momentos em suas crises cíclicas. É nessas crises, em que as forças produtivas se chocam com as relações sociais de trabalho,<sup>228</sup> que a classe dominante tentará manter tais relações e a outra, dominada, lutará por sua libertação, destruindo-as. A destruição dessas relações implica, inevitavelmente, na destruição das ferramentas que as mantém, ou seja, o Estado burguês. Dessa maneira, pode-se compreender

---

<sup>226</sup> VALLE, C. O. **A Comuna de Paris de 1871: organização e ação**, 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 101.

<sup>227</sup> CASTORIADIS, Cornelius. **O que significa o socialismo**. Porto Alegre: Fantasma, 1981. p 11-12.

<sup>228</sup> MARX, K., ENGELS, F. **Obras escolhidas**, t. 1. Lisboa; Moscovo: Avante; Progresso, 1982.

que as possibilidades para a vitória ou derrota das revoluções dependem das condições postas. É necessário que haja um momento revolucionário.

Pode-se ver que, mesmo antes da proclamação da Comuna, em março, as instituições coletivas formadas pelos trabalhadores de Paris já se colocavam como detentoras do poder político, não como em uma democracia representativa formadora de um Estado burguês, mas por eleições e participação direta dos trabalhadores em todos os distritos da cidade.

É na questão da dualidade de poder e das instituições criadas pelos trabalhadores que se tem um dos principais argumentos do presente estudo. Os trabalhadores passam a exercer as funções do Estado quando este não é capaz, ou por algum motivo, não cumpre certas funções básicas. Quando o conjunto dos trabalhadores se vê em uma situação em que o Estado burguês não apresenta uma solução, esses trabalhadores são impelidos a fazer por si mesmos. É claro que para isso é necessário que a classe trabalhadora esteja preparada.

Essa preparação não significa um profundo conhecimento das teorias sociais, apesar de serem de grande ajuda, mas exige, sim, um conhecimento de sua situação, de sua posição na sociedade, enquanto classe. Os trabalhadores não precisam ser estudiosos ou seguidores desta ou daquela teoria política, mas devem ter a consciência de que são trabalhadores em um mundo burguês.

É nesta situação que a classe trabalhadora assume coletivamente certas funções do Estado, e o fazem à sua maneira, não simplesmente copiando o Estado burguês. Nesse processo de assumir funções do Estado, vão ao mesmo tempo destruindo o modelo burguês e construindo instituições de controle coletivo, mais adequadas às suas características de classe, estruturando, assim, um autogoverno.

Toda essa ação dos trabalhadores e as mudanças por eles promovidas não ocorrem em qualquer momento. Como dito acima, é necessária uma consciência de classe e uma falha do Estado burguês que coloque os trabalhadores em uma situação sem escolha.

Chama-se esse momento de situação revolucionária.<sup>229</sup> Afirma-se a necessidade dessa situação revolucionária para que o conjunto dos trabalhadores ajam em sentido de construir instituições para substituir o Estado burguês. Um trabalhador, mesmo que consciente de sua situação enquanto classe, dificilmente vai

---

<sup>229</sup> LÊNIN, V. I. **A falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós, 1979.

deixar sua vida e família para enfrentar a repressão do Estado se ele tiver uma vida minimamente razoável.

As situações revolucionárias podem ocorrer por vários motivos. No caso da França, o que serviu como catalizador para levar os trabalhadores a criar as instituições de autogoverno na Comuna de 1871 foi a guerra contra a Prússia.

Com a guerra e as outras dificuldades que ela trouxe à população de Paris, principalmente aos mais pobres, como a fome, o desemprego e a alta da inflação, cresceu também a insatisfação com o governo. Nos debates dos clubes de Paris se podia ver o crescimento dessa insatisfação e o aumento conjunto da ideia de que só a Comuna poderia salvar Paris. Concomitante a essa situação, as movimentações políticas criadas pelos revolucionários mais ativos colocaram a população na ação revolucionária, portanto, foi de extrema importância a presença e a ação desses grupos.

A ideia da Comuna não era nova em 1871. A palavra *commune*, significa algo como o governo municipal, um governo que pode ou não ser separado do governo central. Durante os anos de 1870 e 1871, quando por tantas vezes a Comuna foi invocada, era na Comuna de 1792 que se baseavam, portanto, a ideia inicial era uma influência de um passado revolucionário, mas não algo totalmente inovador, que intrinsecamente contivesse a ideia de destruição do Estado burguês. A inovação da Comuna de 1871 foi construída passo a passo, de forma autônoma e espontânea, catalisada pelas necessidades. A ideia inicial podia ser reflexo de uma memória coletiva do movimento revolucionário invocando algo que, inicialmente, foi inovador e obteve sucesso. Mas o momento histórico era diferente de um período para o outro, assim como era a sociedade. Em 1871 os revolucionários eram proletários, identificados como classe autônoma, lutando contra um Estado burguês constituído.

Para existir, a situação revolucionária necessita primordialmente de um movimento de classe de massas, em que a maioria dos trabalhadores esteja engajada no processo de criação e gestão das instituições. A leitura desse momento não é simples. Jacobinos e blanquistas se equivocaram diversas vezes no período da guerra por acharem que existia a situação propícia para a revolução. Isto ocorreu devido à visão de partido e revolução desses grupos, segundo a qual uma vanguarda consciente tomaria o poder do Estado para assim ser seguida pelas massas. As tentativas fracassadas, consequentes prisões e repressão levaram parte do movimento revolucionário a complicações e descrenças.



Esse momento revolucionário pode ocorrer de várias formas, mas sempre relacionado à uma crise do capital, quando a classe dominante, no controle do Estado, usa seu poder para manter a acumulação de capital ou reduzir suas perdas. Nesse processo os trabalhadores sofreriam mais intensamente os efeitos da crise, que poderá, com isso, levá-los a agir contra a classe dominante e o Estado.

Lênin coloca que existe a necessidade do elemento subjetivo e do elemento objetivo para que ocorra uma revolução. O elemento subjetivo seria o partido, formado por pessoas capazes de fazer a revolução. Ou seja, de forma geral, a capacidade da classe operária de se juntar em torno de uma instituição organizada com uma vanguarda capaz de organizar as ações necessárias para a derrubada da ordem dominante. O elemento objetivo relaciona-se com a conjuntura, quer dizer, com as situações que permitam que a revolução aconteça, e não estão sob o controle dos indivíduos. Essa seria a situação revolucionária.

Apesar de fazer uma análise posterior ao evento da Comuna, e não diretamente relacionado ao tema, Lênin ainda aponta três elementos necessários para que ocorra uma situação revolucionária. São eles: o extremo agravamento da situação econômica, levando à miséria e à angústia e gerando uma verdadeira situação de desespero; uma crise governamental grave o bastante para gerar uma situação de ingovernabilidade, ou seja, a impossibilidade da manutenção da dominação de classe de uma forma inalterada; e, por fim, a ação independente das massas que, na maior parte do tempo se mantêm pacíficas, mas, com o agravamento da situação em virtude da dupla crise, tanto econômica quanto política, se lançam em uma ação independente.<sup>230</sup>

É importante ressaltar, contudo, que nem todo momento revolucionário, ou seja, propício a se empreender uma revolução, levará realmente à ocorrência de uma revolução. Pois o momento revolucionário é o elemento objetivo, e sem o elemento subjetivo conjuntamente não há revolução.

### **3.2.3 O governo proletário**

Outro ponto sobre o qual se faz necessária uma análise, tratando-se de uma revolução e da tomada de poder pelos trabalhadores, é o governo proletário, ou a

---

<sup>230</sup> LÊNIN V. I. **A falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós, 1979.

ditadura do proletariado, tal como foi colocado por Marx e Lênin. Não se fará uma análise das experiências reais dessa prática, como as revoluções Russa, Chinesa e Cubana, pois não se trata do foco do presente estudo, seriam necessários estudos separados e profundos para tais temas. Será tratada a dimensão teórica quanto à ditadura do proletariado, de acordo com os teóricos da área, com a finalidade de se compreender a gestão da Comuna de Paris.

O conceito, apresentado por Marx, foi elaborado através de anos, apesar de não estar no *Manifesto* de 1848. A expressão, em si, Marx tomou de Blanqui, que, apesar das diferenças táticas, era uma referência no movimento revolucionário europeu do período. E Blanqui, por sua vez, era herdeiro da Conspiração dos Iguais, de Gracchus Babeuf.

Babeuf, influenciado por sua vivência pessoal e profissional, além dos ideais de Rousseau, defendeu, durante a maior parte do tempo, o fim da propriedade privada, entendendo que ela era a origem das desigualdades sociais. Para ele, a sociedade deveria suprir a necessidade do indivíduo em busca da felicidade. Se a sociedade não cumprir esse papel, ela é um estado contra a natureza. Esse pensamento era comum entre ele, os jacobinos e os *Sans-Culottes*.<sup>231</sup> Babeuf se diferenciava deles justamente na questão da propriedade, sendo que pregavam a existência da pequena propriedade e não a propriedade coletiva. Havia, contudo, uma inconstância em seu pensamento. Por vezes definiu como radical a abolição da propriedade privada, vendo-a como um direito, mas que não deveria se sobrepor ao direito à vida.

Algumas das ideias de Babeuf podem ser vistas em teóricos do século seguinte. Ele já percebia, ainda em uma sociedade não transformada pela industrialização, que o capital se favorecia da existência de um alto índice de desemprego, fazendo baixar os salários.<sup>232</sup> Tal ideia será posteriormente melhor elaborada por Marx, como o exército de reserva.

Babeuf fundou a Conspiração dos Iguais, conjuntamente com outros que estavam descontentes com os rumos da Revolução Francesa após do golpe do Diretório, na Reação Termidoriana. Esse movimento, apesar de inserido no processo

---

<sup>231</sup> MOLON, Alessandro M., **Graco Babeuf**: o pioneiro do socialismo moderno. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

<sup>232</sup> MOLON, Alessandro M., **Graco Babeuf**: o pioneiro do socialismo moderno. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

da Revolução Francesa, se distanciava do curso da revolução burguesa, o que fez dele uma prerrogativa dos movimentos revolucionários que existiriam na França e na Europa no século XIX. Até mesmo o formato conspiratório, usado para fugir da repressão do Estado, foi usado pelo movimento revolucionário francês por muito tempo.

Está fora de dúvida que a tentativa da Conjuração dos Iguais não se inscreve exatamente na linha da revolução burguesa. Mas, considerando a evolução histórica de um ponto mais elevado, ela marca a mutação necessária entre o movimento popular de tipo antigo, tal como culmina no ano II, e o movimento revolucionário nascido das contradições da sociedade nova.<sup>233</sup>

A organização do movimento da Conspiração dos Iguais representou uma ruptura com os movimentos populares anteriores, e propôs um formato que em muito se assemelhava com o movimento blanquista. Esse, era formado por um centro de dirigentes que se apoiava em um pequeno grupo de militantes experientes. Em torno desse núcleo, e alheio aos segredos centrais, um grupo maior de apoiadores simpatizantes que não tinham uma formação ideológica concreta e, por último, as massas populares que seriam acionadas em situações de crise. Além do formato do que posteriormente viria a ser o Partido Proletário, há também uma paridade em relação à organização das instituições revolucionárias e às concepções do andamento da revolução.

Assim, para além da experiência da insurreição popular, fixava-se a noção da ditadura popular pressentida por Marat sem que ele a pudesse definir exatamente: após a tomada do poder pela insurreição, seria pueril entregá-lo a uma assembleia eleita segundo os princípios da democracia política, mesmo ao sufrágio universal; é indispensável a ditadura de uma minoria revolucionária, durante o tempo necessário à refundição da sociedade e ao estabelecimento das novas instituições. Através de Buonarroti, esta ideia passou a Blanqui, e é verossimilmente ao blanquismo que devemos ligar a doutrina e a prática leninistas da ditadura do proletariado.<sup>234</sup>

Para Marx, a ditadura do proletariado seria o governo do período de transição entre o capitalismo e o comunismo. Marx entendia que a derrubada da burguesia do controle do Estado não extinguiria a classe burguesa, pois o Estado não é mais que uma ferramenta de dominação de uma classe sobre outra. O poder da burguesia vai além do Estado, baseando-se na propriedade privada dos meios de produção, o que

---

<sup>233</sup> SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Difel, 2007. p. 88.

<sup>234</sup> SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Difel, 2007. p. 90.

faz necessário um governo proletário para acabar com a burguesia e as classes sociais de forma geral. Esse governo seria a ditadura do proletariado.<sup>235</sup>

Entramos então na questão de como seria essa ditadura do proletariado. Tal denominação não era usada inicialmente por Marx, mas quando a adotou, o faz emprestando a expressão usada por Blanqui, que, por sua vez, era herdeiro de Babeuf. Assim, mesmo tendo alterado em parte o significado da expressão devido à sua própria concepção de Estado, a ideia de ditadura do proletariado estendeu-se pelos séculos XIX e XX através de diversos pensadores.

Marx não manteve a mesma concepção de Estado em todos os seus longos anos como filósofo. “Trata-se de um pensamento em movimento, que parte das lutas reais dos oprimidos e que se enriquece com suas experiências revolucionárias.”<sup>236</sup> Portanto, foi através da análise das lutas proletárias acompanhadas por Marx que ele formulou sua teoria de Estado. A Comuna de Paris foi um fator importante nessa trajetória, em que ele pôde verificar mudanças sistemáticas na organização da gestão da cidade de Paris, tais como a junção do executivo e legislativo, a eleição e revogabilidade dos delegados, o povo em armas e a dissolução do poder. Para Marx, a Comuna de Paris foi “a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho.”<sup>237</sup>

O conceito de ditadura foi construído por Marx em dois tempos. Primeiramente com uma significação negativa, entre 1848 e 1852, em que analisou a ditadura do Estado burguês sobre o trabalhador, incluindo a democracia parlamentar. Nesse período, ele entendia que o próprio formato de Estado burguês já configurava uma ditadura. Em um segundo tempo, quando faz sua análise da Comuna de Paris, Marx passou a atribuir significação positiva à ditadura do proletariado.<sup>238</sup>

Para Marx, ditadura é o domínio de uma classe sobre outra, portanto, o período de transição entre a revolução e o fim das classes sociais e do Estado. Este seria um período de opressão dos trabalhadores, quando passam a ocupar o Estado e a intervir na propriedade burguesa. Assim, Marx diferencia a ditadura do Estado burguês, que age para manter a dominação de uma classe por outra, e a ditadura proletária, em

---

<sup>235</sup> MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**, t. 3. Lisboa; Moscovo: Avante; Progresso, 1982.

<sup>236</sup> TIBLE, Jean. Marx contra o Estado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.13. Brasília, 2014, p. 54.

<sup>237</sup> MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**, v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 406.

<sup>238</sup> BALIBAR, E. **Cinco estudos sobre materialismo histórico**, I. Lisboa; São Paulo: Presença; Martins Fontes, 1975.

que o poder repressor do Estado seria utilizado para a extinção das classes. A ideia da fase de transição entre um modo de produção e outro é utilizado na *Crítica ao programa de Gotha*, mas Marx não usa a expressão de Estado proletário ou socialista, apenas escreve sobre a ditadura do proletariado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo procurou-se compreender a formação e o funcionamento das instituições coletivas criadas pelos trabalhadores parisienses no decorrer da Terceira República Francesa, que culminaram com a formação de um autogoverno na cidade de Paris e de que maneira essas instituições e o governo dos trabalhadores poderiam ter formado um novo modelo de Estado. Essa análise foi feita através de documentos como jornais, cartazes e outras comunicações, além dos relatos posteriores dos membros da Comuna, conjuntamente com estudos publicados por outros historiadores.

Para a compreensão de como se formaram as instituições coletivas e todo o processo da Comuna de Paris, foi preciso fazer uma retomada histórica da formação política e ideológica da classe trabalhadora francesa. Pôde-se observar, assim, que a Revolução Francesa, seja por parte dos jacobinos ou da Conspiração dos Iguais, foi uma forte influenciadora do modelo de Revolução durante o século XIX. Essa ideia de conspiração formada por um pequeno grupo de revolucionários conscientes, que se apoiava também na referência dos *carbonari* italianos, e a intensa repressão implantada pela monarquia fez com que o modelo de organização comum do movimento revolucionário francês fosse a sociedade secreta.

Durante a Restauração, esse movimento revolucionário congregava diversas classes, ou frações delas, que se opunham de alguma forma ao governo dos Bourbons. Estavam, portanto, aliados aos liberais, monarquistas moderados, republicanos, jacobinos e o nascente movimento proletário. Essa união durou até a Revolução de 1830, quando os Bourbons foram derrubados, mas a burguesia conseguiu colocar em seu lugar Luís Felipe I, da casa de Orléans, mantendo assim a monarquia e a dominação aristocrática. A Revolução de 1830 colocou no poder a grande burguesia, desfazendo assim a aliança que existia contra os Bourbons. Contudo, a burguesia republicana e os proletários ainda não eram vistos como inimigos naquele momento.

Um marco importante no movimento operário francês foram as Revoluções de 1848, colocadas aqui no plural, pelo entendimento de que a derrubada da Monarquia, em fevereiro, e as Jornadas de Junho tiveram características muito diferentes. Em fevereiro, burguesia e proletariado lutaram juntos para derrubar a Monarquia, e assim

instauraram novamente a República na França. No entanto, os anseios das duas classes são antagônicos. Enquanto os proletários desejavam uma república social, a burguesia tomou o Estado para defender os ideais da propriedade privada. Essas diferenças ficaram cada vez mais claras entre março e junho daquele ano. Em junho essa diferença explodiu em uma nova insurreição. Pela primeira vez o proletariado se lançou sozinho, e contra a burguesia, em uma luta armada. As Jornadas de Junho inauguraram, definitivamente, a luta de classes contemporânea. A burguesia republicana, que defendeu a manutenção de seu poder no Estado e a propriedade privada, também tomou um golpe, quando Louis Napoleão implantou seu *coup d'État* e formou o Terceiro Império.

A partir de 1848, movimento operário e movimento revolucionário se tornaram uma única coisa, não havia mais uma parcela significativa da burguesia que defendesse um processo revolucionário para alcançar o poder do Estado. A repressão da burguesia ao movimento operário fez com que se continuasse o uso das táticas de conspiração e sociedades secretas. Contudo, no processo de queda do Terceiro Império, essas organizações aumentaram muito seu número de membros. Surgiram os clubes políticos e diversas outras instituições populares que congregavam trabalhadores dos bairros mais pobres. Essas instituições formavam também federações, com delegados eleitos em cada distrito, aglutinando trabalhadores de toda a cidade. Nessas instituições se debatiam os problemas cotidianos da vida operária, mas também eram locais de intenso aprendizado político. A organização dessas instituições foi a base política do autogoverno da Comuna de Paris.

Pôde-se ver que o enfraquecimento do poder do Estado francês devido às derrotas contra a Prússia, geraram uma brecha na relação de poder. Em março de 1871, os trabalhadores de Paris se insurgiram contra o governo reacionário e tomaram o controle da cidade. Além de somente a defesa dos direitos de formar um governo municipal autônomo do nacional. A insurreição, pelo seu caráter espontâneo e formado de uma maioria de trabalhadores, transformou o levante em uma revolução inovadora. As instituições coletivas criadas antes do 18 de março passaram a constituir o governo da cidade, transformando-o em um formato de Estado diferente do modelo burguês. A formação de um governo de representantes eleitos, teoricamente comum, não modificou o caráter inovador da Comuna de Paris. O modelo implantado, que agregou executivo e legislativo, dividindo-se em comissões de trabalho, diferenciou-se do comum. Entretanto, o mais importante foi a dissolução

dessas comissões pelos distritos através das *mairies*, onde os moradores de cada bairro participavam ativamente. Os serviços públicos também foram ocupados pelos trabalhadores, onde o mandato imperativo e revogável destituiu a hierarquização comum, e prejudicial aos trabalhadores, do Estado burguês. Outro ponto que integra esse conjunto de modificações, que estabeleceram um novo formato de Estado, foi a formação do povo em armas. A Guarda Nacional, antes braço armado da burguesia parisiense, foi transformada pelos trabalhadores parisienses em uma milícia popular. Não à toa, foi o estopim da insurreição.

Vê-se, assim, que a constituição de um novo formato de Estado, dissolvido, integrado e comandado por toda a cidade, foi resultado de uma série de fatores concebidos através de um longo tempo de lutas por parte dos trabalhadores.

Estima-se que esse trabalho possa contribuir para o conjunto das pesquisas sobre a Comuna de Paris e as teorias de Estado no campo da História, tendo organizado e discutido uma série de fontes e estudos importantes para o tema e feito um debate no sentido de compreender melhor o movimento proletário francês na construção de um novo formato de Estado.



## REFERÊNCIAS

### Livros e capítulos de livros

- AUDIN, Michèle. **Eugène Varlin, ouvrier relieur 1839-1871**. Libertalia: Paris, 2019.
- AGULHON, Maurice. **1848 – O aprendizado da República**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1980.
- BECKERMAN, Olinto (org.). **O socialismo pré-marxista**. São Paulo: Global, 1980.
- BEER, Max. **História do socialismo e das lutas sociais**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.
- BERNARDO, João. **Para uma teoria do modo de produção comunista**. Porto: Afrontamento, 1975.
- BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva: 2007.
- BHASKAR, Roy. **A realist theory of science**. New York: Routledge. 2008.
- BROCHER, Victorine. **Souvenirs d'une morte vivante: une femme du peuple dans la Commune de 1871**. Montreuil: Libertalia, 2017.
- BOITO JR, Armando. (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius. **O que significa o socialismo**. Porto Alegre: Fantasma, 1981.
- COSTA, Silvio. **Revolução e contrarrevolução na França**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999, v. 1.
- ERSON, O. **Comuna e transformações**. In: **A Comuna de Paris de 1871**. São Paulo: Ícone, 2002. p. 59-64.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 1789–1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- \_\_\_\_\_. **A era do capital: Europa 1848–1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HORNE, Alistair. **The fall of Paris**. Great Britain: Pinguin Books, 1985.

IASI, M. **As metamorfoses da consciência de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LÊNIN V. I. **A falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós, 1979.

\_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1984. v. 1.

LENOIR, Hugues. **A Comuna de Paris e a educação**. São Paulo: Intermezzo, 2018.

LISSAGARAY, P. Olivier. **História da Comuna de 1871**. São Paulo: Ensaio, 1991.

LOPES, A. L. **Noções de teoria geral do Estado**. Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara, 2010.

MARTORANO, L. C. **A burocracia e os desafios da transição socialista**. São Paulo: Xamã; Anita Garibaldi, 2002.

MARTORANO, L. C. Elementos do Estado Socialista na Comuna de Paris. In: BOITO JR., Armando (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001.

MERRIMAN, John. **A Comuna de Paris**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2015.

MOLON, Alessandro M. **Graco Babeuf: o pioneiro do socialismo moderno**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

MUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos: antologia política da I Internacional**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROUGERIE, Jacques. **Paris Libre 1871**. Paris: Seuil, 1971.

SAES, D. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998. (Trajetória, 1)

SAES, D. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

SAMIS, A. R. **Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris**. São Paulo: Hedra, 2011.

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

TOMBS, Robert. **Paris bivouac des revolutions: la commune de 1871**. Montreuil: Libertalia, 2014.

TROTSKY, Leon. **Problemas da guerra civil**. Lisboa: Antidoto, 1977.

VOVELLE, Michel. **Jacobinos e jacobinismo**. Bauru: Edusc, 2000.

WOOD, E. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2003.

## Artigos

ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro/São Paulo: Relume-Dumará/ANPOCS, -n. 39, p. 3-40, 1995.

BALIBAR, E. **Cinco estudos sobre materialismo histórico I**. Lisboa; São Paulo: Presença; Martins Fontes, 1975.

COGGIOLA, Osvaldo L. A. A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris. **Aurora**, Marília, v. 4, n. 2, p. 165-183, 2011. DOI: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2011.v4n2.1274>. Disponível: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1274>. Acesso em: 22 set. 2022.

DUPAS, Gilberto. A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: a urgência de um novo pacto. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 171-183, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9418>. Acesso em: 26 set. 2022.

FIGUEREDO, César. Concepção de partido marxista-leninista: contribuições teóricas e dilemas históricos. **Revista Outubro**, n. 33, 2019. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2020/01/04\\_Figueiredo.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2020/01/04_Figueiredo.pdf). Acesso em: 26 set. 2022.

KRAEMER, C.; FRANCO, P. L.; NASCIMENTO, L. R. Pierre-Joseph Proudhon e a Educação Tecnista. **Revista Húmus**, [s. l.], v. 2, n. 6, 2012, p. 60. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/inde.php/revistahumus/article/view/1548>. Acesso em: 20 set. 2022.

MARTORANO, L. C. Socialização e a Comuna em Karl Korsch. **Novos Temas**: revista de debate e cultura marxista, nº 4. Salvador: Quarteto; São Paulo: ICP; Ano III, set. 2011. p. 117-125.

PINTO, J. A. DA C. Louis-Eugène Varlin e a Comuna de Paris (1871). **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 118, p. 46-55, 1 mar. 2011.

RUGAI, Ricardo Ramos. Proudhon anarquista? Estado, mercado e o pensamento econômico proudhoniano. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 24, 2018, Guarulhos. **Anais [...]**, Guarulhos, 2018, p. 1. Disponível: [https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530840057\\_ARQUIVO\\_RUGAI\\_Ricardo\\_Proudhon.pdf](https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530840057_ARQUIVO_RUGAI_Ricardo_Proudhon.pdf). Acesso em: 19 set. 2022.

SECCO, Lincoln. A face da Revolução. **Fim do Mundo**, n. 5, p. 273-285, mai/ago, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36311/2675-3871.2021.v2n5.p273-285>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/12052>. Acesso em: 19 set. 2022.

## Textos contemporâneos

ENGELS, F, MARX, K. **Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas**. [s. l.]: The Marxists Internet Archive, 1850. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/03/mensagem-liga.htm>. Acesso em: 26 set. 2022.

GARNIER, Frères. **Journal de journaux de la Commune**: tableau résumé de la presse quotidienne, du 19 mars au 24 mai 1871. Paris: Libraires-Éditeurs, 1872.

LEHNING, Arthur. **Bakunin**: textos anarquistas. Porto Alegre: L&PM, 2006

MALON, B. **La troisième défaite du prolétariat français**. Paris: Neuchatel, 1871.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Lisboa; Moscovo: Avante; Progresso, 1982. 3 t.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **A Guerra Civil em França**. Lisboa-Moscovo: Avante, 1983.

\_\_\_\_\_. **A revolução antes da revolução**, v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **As lutas de classes na França (1848-1850)**. São Paulo: Global 1986.

\_\_\_\_\_. **Glosas críticas marginais ao artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano**. 1844. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>. Acesso em: 25 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **O Capital**, livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 2 v.

\_\_\_\_\_. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

MICHEL, Louise. **A Comuna**. Lisboa: Presença, 1971. 2 v.

PAYEN, Alix. **C'est la nuit surtout que le combat deviant furieux**. Montreuil: Libertalia. 2020.

PROUDHON, P. J. **A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

SUTTER-LAUMANN. **Histoire d'un trente sous (1870-1871)**. Paris: Albert Savine, 1891. (Nouvelle Librairie Parisienne)

TIBLE, Jean. Marx contra o Estado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 13. Brasília, janeiro-abril de 2014, p. 53-87.

### Teses e dissertações

POMINI, Igor Pasquini. **Revolução Espanhola: uma análise dos processos autogestionários (1936-1939)**, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

SILVA, Selmo N. da. **Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário**, 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

VALLE, C. O. **A Comuna de Paris de 1871: organização e ação**, 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

### Fontes eletrônicas

ARCHIVES DE PARIS. **Mairies des vingts arrondissements anciens de Paris: Dossiers (1860–1925)**, 1982. Disponível em: <file:///C:/Users/Leticia%20N.%20Moraes/Downloads/Mairies%20des%20vingts%20arrondissements%20anciens%20de%20Paris.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

BLANQUI, A. **La Patrie en Danger**: jornal politique quotidien. Paris, ano 1, n. 4, p. 1-4, 10 set. 1870. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k66017397>. Acesso em: 27 set. 2022.

BRUHAT, Jean. Auguste Blanqui. **Encyclopedia Britannica** [s. d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Auguste-Blanqui>. Acesso em: 19 set. 2022.

COGGIOLA, Osvaldo. **Um Che Guevara do Século XIX: BLANQUI**. Revista Espaço Acadêmico. 2011. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2011/06/04/um-che-guevara-do-seculo-xix-blanqui/>. Acesso em 17 set. 2022.

COMMISSION DES BARRICADES. **Laissez passer M. Alphonse Hirsch**. Manuscrits et feuillets relatifs à la Guerre de 1870, au Siège de Paris et à la Commune. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bd6t52521586/f1.item.r=manuscrits%20commune%201871>. Acesso em: 7 jan. 2022.

COMMUNE DE PARIS, 1871. **Déclaration au peuple français**. Affiche, n. 170, Paris, 19 de abril de 1871. p&b, 110 x 72 cm. Disponível em: <https://bibliotheques-specialisees.paris.fr/ark:/73873/pf0001485940/v0001.simple.highlight=commune%20de%20paris%20affiche%2019%20avril.selectedTab=record>. Acesso em: 26 set. 2022.

COMMUNE DE PARIS, 1871. **Appel aux ouvrières**. Comité central de l'Union des femmes pour la défense de Paris. Paris, 18 de maio de 1871. Disponível em: <https://www.parismuseescollections.paris.fr/fr/musee-carnavalet/oeuvres/republique-francaise-ndeg-342-liberte-egalite-fraternite-ndeg-342-commune#infos-principales>. Acesso em: 11 fev. 2022.

TOLAIN, Henri, Les ouvriers française: a l'exposition de Londres. **L'Opinion Nationale**. Paris, 17 de outubro de 1861, p. 1. Disponível em: <https://www.retronews.fr/journal/l-opinion-nationale/17-octobre-1861/2349/4623782/1>. Acesso: 9 mar. 2022.

WOODCOCK, George. Pierre-Joseph Proudhon. **Encyclopedia Britannica** [s. d.]. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Pierre-Joseph-Proudhon>. Acesso em: 19 set. 2022.